



NOTA: VERSÃO DO PLANO SUBMETIDA EM SEDE DE CANDIDATURA.

CARTEIRA DE PROJETOS INTEGRAL – NÃO COINCIDENTE COM OS INVESTIMENTOS APROVADOS A FINANCIAMENTO PELO CENTRO 2020

CM ÁGUEDA | PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PEDU)

O conteúdo do presente documento responde ao

Aviso EIDT-99-2015-03 - Portugal 2020

NOTA: VERSÃO DO PLANO SUBMETIDA EM SEDE DE
CANDIDATURA.

CARTEIRA DE PROJETOS INTEGRAL – NÃO COINCIDENTE
COM OS INVESTIMENTOS APROVADOS A
FINANCIAMENTO PELO CENTRO 2020

Candidatura submetida em Agosto de 2015



Apoio técnico:



Índice

A. DIAGNÓSTICO	1
a.1. Caraterização sociofuncional do espaço a intervir	1
a.2 Principais problemas e prioridades.....	10
a.3. Análise SWOT	11
B. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA.....	14
b.1. Eixos, medidas e objetivos estratégicos.....	14
b.2. Alinhamento com estratégias e instrumentos locais e supralocais	17
C. IDENTIFICAÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO.....	19
c.1. Identificação das prioridades de investimento a mobilizar	19
c.2. Total de investimento por prioridade de investimento, ações e metas	22
D. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO APLICÁVEIS.....	25
d.1. Componentes de mobilidade urbana sustentável	25
i. Diagnóstico	25
ii. Objetivos e definição da estratégia	28
iii. Identificação dos investimentos a desenvolver.....	34
iv. Fichas Síntese	36
d.2. Componentes do Plano de Ação de Regeneração Urbana.....	42
i. Objetivos estratégicos	43
ii. Planta de delimitação territorial do perímetro em que se pretende intervir .	47
iii. Modelo habitacional.....	50
iv. Modelo económico	58
v. Regras e critérios de proteção do património arquitetónico e arqueológico	63
vi. Identificação indicativa dos investimentos a desenvolver.....	65
vii. Fichas Síntese	69
d.3. Componentes do Plano de Ação Integrada para as comunidades desfavorecidas	78
i. Identificação das comunidades desfavorecidas em que se pretende	78
atuar	78
ii. Delimitação da área territorial a intervencionar	78
iii. Identificação das necessidades encontradas e definição da estratégia de	91
intervenção para resposta às mesmas.....	91
i. Identificação indicativa dos investimentos, estimativa do investimento	97
público a realizar, realizações e resultados esperados	97
ii. Fichas Síntese	101
E. RESULTADOS ESPERADOS, FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO E INTERDEPENDÊNCIAS	108
e.1. Investimentos, ações, resultados e metas.....	108
e.2. Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados	109
para cálculo dos indicadores	109

e.3. Desafios e Fatores Críticos de Sucesso	111
F. MODELO DE GOVERNAÇÃO	112
f.1. Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Plano com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica	112
f.2. Mecanismos de acompanhamento e avaliação	114
f.3. Envolvimento e responsabilidades dos parceiros	116
G. QUADRO DE INVESTIMENTOS	118

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. População residente por freguesias no Município de Águeda, entre 2001 e 2011.....	3
Tabela 2. Evolução do índice de envelhecimento.	4
Tabela 3. Alojamentos familiares clássicos segundo os Censos: total e por forma de ocupação.	5
Tabela 4. Alojamentos familiares não clássicos segundo os Censos: total e por tipo.	5
Tabela 5. Evolução das Famílias, Alojamentos e Edifícios por Freguesias entre 2001 e 2011.....	7
Tabela 6. Indicadores relativos ao mercado de trabalho.	8
Tabela 7. Caracterização da população empregada.	8
Tabela 8. População desempregada, segundo os Censos.....	10
Tabela 9. Total de investimento por prioridade de investimento.....	22
Tabela 10. Previsão da participação dos vários atores – Instrumento Financeiro.....	23
Tabela 11. Quadro de investimentos PMUS.....	34
Tabela 12. Resultados Esperados PMUS.....	35
Tabela 13. Caracterização económica dos indivíduos residentes na ARU, em 2001 e 2011.....	60
Tabela 14. Indivíduos residentes empregados por setor de atividade na ARU.	60
Tabela 15. Indivíduos residentes empregados por setor de atividade, por Unidade Homogénea.	60
Tabela 16. Quadro de investimentos PARU.....	65
Tabela 17. Resultados Esperados PARU.....	67
Tabela 18. Classificação das Comunidades Desfavorecidas a intervencionar no PEDU de Águeda.....	78
Tabela 19. Investimentos PAICD.....	97
Tabela 20. Resultados Esperados PAICD.....	99
Tabela 21. Indicadores e metas do PEDU.....	108
Tabela 22. Quadro de investimentos Final.....	118

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Enquadramento Regional do concelho de Águeda.	1
Figura 2. Linha Ferroviária do Vouga.	2
Figura 3. Evolução da população residente do município de Águeda entre 2001 a 2011.	4
Figura 4. População residente no município de Águeda com 15 e mais anos segundo os Censos por nível de escolaridade completo.	5
Figura 5. Evolução da população empregada por setores de atividade económica no município de Águeda.	8
Figura 6. Número de empresas com sede em Águeda por setor de Atividade (2012). ...	9
Figura 7. Pessoal ao serviço das empresas com sede em Águeda por setor de atividade (2012).	9
Figura 8. Número de reformados/aposentados e pensionistas no município de Águeda.	10
Figura 9. Planta de localização dos investimentos do PEDU (PMUS, ARU, PAICD)	24
Figura 10. Documento comprovativo do arranque do processo de delimitação da ARU.	42
Figura 11. Enquadramento territorial da ARU da Cidade de Águeda no perímetro urbano definido no PDM de Águeda.....	49
Figura 12. Enquadramento da ARU da Cidade de Águeda no perímetro urbano definido no PDM de Águeda.....	50

Figura 13. Variação da população residente, 2001 e 2011	51
Figura 14. Variação da população residente no ARU, 2001 e 2011.	51
Figura 15. Densidade populacional na ARU de Águeda (subsecções estatísticas)	52
Figura 16. Enquadramento territorial da UH-A – Núcleo de Paredes	53
Figura 17. Enquadramento territorial da UH-B – Núcleo histórico e tradicional de Águeda	54
Figura 18. Enquadramento territorial da UH-C – Núcleo de Assequins.....	55
Figura 19. Enquadramento territorial da UH-D – Núcleo de habitação social e degradada	56
Figura 20. Fotografias das intervenções recentes de regeneração urbana.....	57
Figura 21. Antigas unidades industriais na EN1, EN333 e EN230	58
Figura 22. Número de empresas com sede em Águeda por setor de Atividade.....	59
Figura 23. Pessoal ao serviço das empresas com sede em Águeda por setor de atividade	59
Figura 24. Projeto “Águeda Concept”, Parque empresarial do Casarão e Logótipo do <i>Lighting Living Lab</i>	61
Figura 25. Concentração de comércio local na zona histórica de Águeda (incluída na ARU) - Rua Luís de Camões	62
Figura 26. Planta de localização dos investimentos do PEDU (PMUS, ARU, PAICD) ...	68
Figura 27. Enquadramento das comunidades desfavorecidas na ARU de Águeda	79
Figura 28. Enquadramento Comunidade Desfavorecida - Núcleo de Paredes.....	80
Figura 29. Núcleo de Paredes - Usos do Edificado	80
Figura 30. Núcleo de Paredes – Estados de conservação	81
Figura 31. Diferentes realidades do estado de conservação do edificado.....	82
Figura 32. Fotografias do Núcleo de Paredes	82
Figura 33. Enquadramento Comunidade Desfavorecida - Núcleo de Assequins	83
Figura 34. Núcleo de Assequins – Usos do Edificado	84
Figura 35. Fotografias do Núcleo de Assequins	85
Figura 36. Fotografias do núcleo de Assequins	86
Figura 37. Núcleo de Assequins – Estado de conservação.....	86
Figura 38. Fotografias do Largo de Nossa Senhora da Graça e da Capela, núcleo de Assequins.....	87
Figura 39. Enquadramento Comunidade Desfavorecida - Núcleo de habitação social e degradada.....	88
Figura 40. Unidade homogénea D – Usos do Edificado.....	88
Figura 41. Unidade homogénea D – Estado de conservação	89
Figura 42. Fotografias das habitações sociais e degradadas (UH-D).....	90
Figura 43. Fotografias das habitações sociais da Borralha	90
Figura 44. PAICD de Águeda.....	92
Figura 45. Planta de localização dos investimentos do PEDU (PMUS, ARU, PAICD)	100
Figura 1. Questionário para aferição do indicador “Melhoria do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção”	110
Figura 46. Modelo de gestão e organização	112

Lista de Siglas e Acrónimos

AIDU - Ações Integradas de Desenvolvimento Urbano Sustentável
ARU - Área de Reabilitação Urbana
CCDR - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro
CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro
CMA - Câmara Municipal de Águeda
CP - Comboios de Portugal, E.P.E.
EBF - Estatuto dos Benefícios Fiscais
EE - Eixo Estratégico
EN - Estrada Nacional
ESTGA - Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda
GEE - Gases de Efeito de Estufa
GICA - Ginásio Clube de Águeda
IC - Itinerário Complementar
IFRRU - Instrumento Financeiro de Reabilitação e Revitalização Urbana
IHRU - Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, IP
IMI - Imposto Municipal sobre os Imóveis
IMT - Imposto Municipal sobre a Transmissão Onerosa de Imóveis
InCA - Incubadora Cultural de Águeda
INE - Instituto nacional de Estatística, I.P.
IP - Itinerário Principal
IPSS - Instituições particulares de solidariedade social
IRC - Imposto sobre o Rendimentos das pessoas Coletivas
IRS - Imposto sobre o Rendimentos das pessoas Singulares
IVA - Imposto de Valor Acrescentado
IVV - Instituto da Vinha e do Vinho
NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

NRAU - Novo Regime do Arrendamento Urbano
OE - Objetivo Estratégico
ORU - Operação de Reabilitação Urbana
PAICD - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas
PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana
PDM - Plano Diretor Municipal
PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PERU - Programa Estratégico de Reabilitação Urbana
PET - Plano Estratégico de Transportes
PI - Prioridade de Investimento

PIMTRA - Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro
PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PO CH - Programa Operacional Capital Humano
PO Compete - Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
PO ISE - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PO SEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos
POR Centro - Programa Operacional da Região Centro
PROT-Centro - Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro
PRU - Parcerias para a Regeneração Urbana
RCM - Reunião de Conselho de Ministros
RJRU - Regime Jurídico da Reabilitação Urbana
SPI - Sociedade Portuguesa de Inovação
SWOT - Strengths, weaknesses, Opportunities and Threats
TI - Transporte Individual
UH - Unidade Homogénea

A. DIAGNÓSTICO

a.1. Caracterização sociofuncional do espaço a intervir

Situado na região Centro de Portugal, mais precisamente a noroeste, na sub-região denominada Região de Aveiro, o concelho de Águeda possui uma área de 335,27 km² repartida por 11 freguesias e 47.729 habitantes¹. No contexto regional, a sede de concelho, Cidade de Águeda, é a terceira mais populosa da subregião, com cerca de 14570 residentes em 2011.

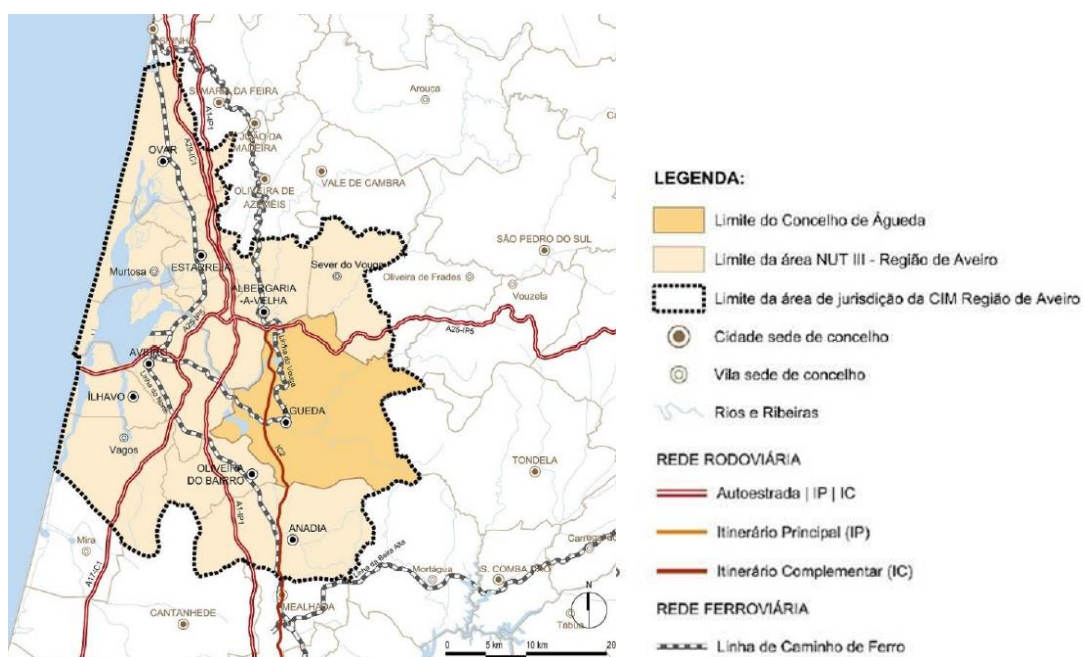


Figura 1. Enquadramento Regional do concelho de Águeda.
Fonte: CMA, SPI, 2015.

O concelho é servido pelas principais infraestruturas integrantes da rede rodoviária nacional com destaque para a A1, a A25 e a IC 2 (antiga EN1) que permite a ligação direta de Águeda às duas áreas metropolitanas (Porto e Lisboa), a Aveiro e a Espanha. O IC 2 (antiga EN1) cruza o concelho de Águeda no sentido norte-sul, estabelecendo importantes ligações regionais, como é o caso da articulação com Coimbra, e locais, entre a Cidade e os diversos aglomerados urbanos concelhios.

O concelho de Águeda é, também, atravessado pela linha ferroviária do Vouga, que possui diversas estações e apeadeiros no interior do concelho, com especial destaque para a estação da Cidade de Águeda.

¹ De acordo com o Recenseamento da População e Habitação, 2011 (INE).

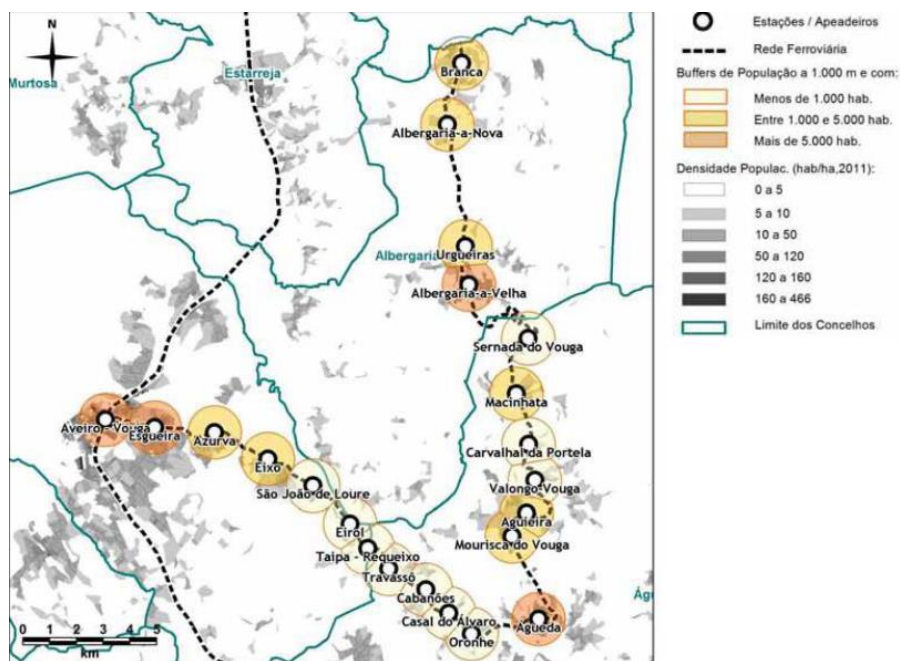


Figura 2. Linha Ferroviária do Vouga.
Fonte: Plano Intermunicipal de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (2014), Região de Aveiro.

Ainda no âmbito da mobilidade, de referir uma aposta clara nos modos de transporte suaves (bicicleta), nomeadamente com o projeto BeÁgueda - Projeto de utilização pública e gratuita da bicicleta elétrica. Este projeto assume particular importância face às acidentadas características do território municipal e da Cidade de Águeda em particular, consideradas por muitos como dissuasoras da utilização da bicicleta convencional. Atualmente o projeto está em fase de avaliação com vista ao alargamento da rede e incorporação de novas tecnologias.

No que diz respeito à paisagem e geomorfologia, o concelho de Águeda está localizado numa zona de transição com áreas planálticas que marcam a maioria da área concelhia, caracterizada por cotas medianas e vales fluviais estreitos e encaixados. O relevo contribui para que um considerável número de cursos de água percorra o concelho, constituindo, no seu conjunto, uma vasta rede de rios, ribeiras e lagos. A Cidade de Águeda localiza-se junto ao rio Águeda, na zona central do concelho, entre as cotas dos 6 e 78 metros.

No concelho de Águeda, a Cidade polariza um território heterogéneo, com inúmeros aglomerados urbanos dispersos pelas 11 freguesias, tendo-se desenvolvido em torno do eixo urbano central do concelho, e estrutura-se em torno do IC2 e do rio Águeda. A partir deste aglomerado de 1ª ordem desenvolvem-se inúmeras pequenas povoações, de forma linear e dispersa, que formalizam um contínuo urbano. Neste contexto, a Cidade e a sua área de influência constituem-se como um importante polo económico, vocacionado predominantemente para a indústria transformadora,

concentrando em si um conjunto de pequenas e médias empresas ligadas a múltiplos setores, com destaque para a metalomecânica, novas tecnologias, habitat, iluminação, automóvel, 2 rodas, cerâmica, entre outros em franco crescimento.

A morfologia da Cidade e envolvente é marcada pelo rio Águeda, tendo a zona ribeirinha sido alvo de recentes intervenções de regularização e requalificação que permitiram controlar o caudal e fomentar a ligação da Cidade ao rio e ao meio natural envolvente.

Em termos sociodemográficos, em 2011, a população residente no concelho era de 47.229 habitantes, o que representa um decréscimo de 2,68% relativamente a 2001 (49.041 habitantes). No mesmo período, a sub-região do Baixo Vouga, na qual o concelho de Águeda se insere, registou um acréscimo populacional de 1,32%, (385.724 hab. em 2001 e 390.822 hab. em 2011).

Na freguesia de Águeda, onde se insere a ARU, verificou-se uma estabilização do quantitativo populacional (ligeiro decréscimo de 0,1%) mantendo-se os cerca de 14 mil habitantes (30% da população concelhia).

Tabela 1. População residente por freguesias no Município de Águeda, entre 2001 e 2011.

Unidade Territorial	Área Km ²	População residente		Variação entre 2001 e 2011 (%)		Densidade populacional	
		2001 N.º	2011 N.º	Hab.	%	2001 Hab/Km ²	2011
Centro	28199	2348397	2327755	-20642	-0,9	83,3	82,5
Baixo Vouga	1803,52	385724	390822	5098	1,3	213,9	216,7
Concelho de Águeda	335	49041	47729	-1312	-2,7	146,4	142,5
Freguesia de Valongo do Vouga	43	5006	4877	-129	-2,6	116,4	113,4
Freguesia de Aguada de Cima	28	3952	4013	61	1,5	141,1	143,3
Freguesia de Fermentelos	9	3148	3258	110	3,5	349,8	362,0
Freguesia de Macinhata do Vouga	32	3581	3406	-175	-4,9	111,9	106,4
União das Freguesias de Águeda e Borralha	36	13578	13576	-2	0,0	377,2	377,1
União das Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo	10	3739	3209	-530	-14,2	373,9	320,9
União das Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão	88	1792	1611	-181	-10,1	20,4	18,3
União das Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira	11	2449	2305	-144	-5,9	222,6	209,5
União das Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga	16	4645	4630	-15	-0,3	290,3	289,4
União das Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcôba	42	1031	808	-223	-21,6	24,5	19,2
União das Freguesias de Recardães e Espinhel	20	6120	6036	-84	-1,4	306,0	301,8

Fonte: INE - X Recenseamento Geral da População | IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação.

A estrutura etária da população, em 2011 evidenciava o peso das faixas etárias com idade superior a 25 anos, em especial a faixa etária entre os 25 e os 64 anos (cerca de 27mil hab.). Registou-se na década intercensitária uma ligeira diminuição das faixas etárias mais jovens e o aumento da população com mais de 65 anos, em consonância com a tendência nacional.

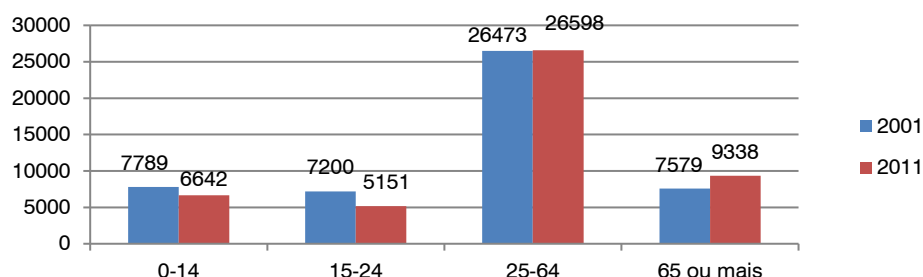


Figura 3. Evolução da população residente do município de Águeda entre 2001 a 2011.
Fonte: Censos 2011. Resultados definitivos: Portugal. Quadros Resumo.

Ao analisar o índice de envelhecimento do concelho verifica-se um aumento na ordem dos 45% durante o mesmo período (registando valores crescentes até, pelo menos, o ano de 2014).

Tabela 2. Evolução do índice de envelhecimento.

Unidade Territorial	2001	2011	2014
Continente	104,5	130,6	141,6
Centro	129,6	163,4	173,6
Região de Aveiro	93,0	126,9	140,2
Águeda	97,3	140,6	158,0

Fonte: PORDATA, 2015. Retirado de INE - X, XII, XIV e XV e INE - Estimativas Anuais da População Residente.

Ao nível de qualificação, verificam-se progressos significativos, com um decréscimo de população sem nível de escolaridade e a duplicação de população com ensino superior completo (4000 residentes). De notar que, em 2011, cerca de 25% da população residente com mais de 15 anos possuía habilitações completas de nível igual ou superior ao grau do secundário.

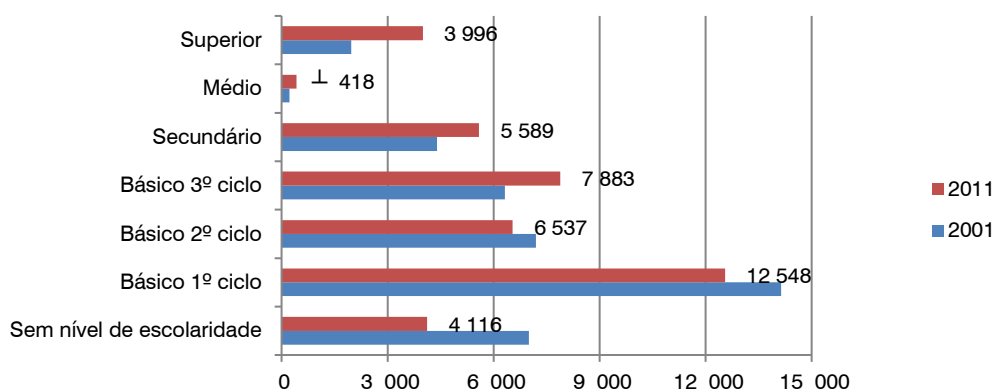


Figura 4. População residente no município de Águeda com 15 e mais anos segundo os Censos por nível de escolaridade completo.
Fonte: INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

No que refere a evolução do parque habitacional do concelho, entre 2001 e 2011, à semelhança da tendência regional, observa-se o aumento do total de alojamentos familiares clássicos e de alojamento coletivo. De salientar que a maioria dos alojamentos familiares clássicos existentes se encontravam ocupados à data dos Censos (89% e 87%, respetivamente em 2001 e 2011), persistindo, no entanto, situações de alojamento familiares vagos/devolutos.

Tabela 3. Alojamentos familiares clássicos segundo os Censos: total e por forma de ocupação.

Unidade Territorial	Alojamentos familiares clássicos por forma de ocupação							
	Total		Ocupados		Vagos para aluguer		Vagos outros casos	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Centro	1.248.486	1.443.886	1.118.516	1.246.912	16.331	22.245	113.639	174.729
Região de Aveiro	161.710	191.632	146.388	168.812	2.094	2.757	13.228	20.063
Águeda	19.661	22.801	17.578	19.921	303	419	1.780	2.461

Fonte: PORDATA, 2015. Retirado de INE - X Recenseamento Geral da População | IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação.

Tabela 4. Alojamentos familiares não clássicos segundo os Censos: total e por tipo.

Unidade Territorial	Alojamentos familiares não clássicos					
	Total		Barracas		Outro tipo de alojamento	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Centro	4.268	1.457	1.320	474	2.948	983
Região de Aveiro	752	342	275	149	477	193
Águeda	73	20	21	3	52	17

Fonte: PORDATA, 2015. Retirado de INE - II, IV e V Recenseamentos Gerais da Habitação.

A história industrial de Águeda, cujo início remonta aos finais do séc. XIX, tem no fator geográfico o seu vínculo mais forte. O cruzamento das estradas nacionais, o rio e o caminho-de-ferro deram origem ao desenvolvimento industrial comercial da sede de Concelho. A localização estratégica do Concelho e a passagem de importantes acessibilidades à escala nacional facilitou desde cedo os processos de importação de matéria-prima e a exportação das produções locais.

Ao longo dos anos, a indústria das ferragens, cuja génese se deve ao empreendedorismo de antigos ilustres aguedenses, deu origem a outro dos sectores âncora da economia concelhia - o sector da metalomecânica - que rapidamente extravasou o fabrico de ferragens e se afirmou com novos produtos, entre os quais as bicicletas. Associado ao assinalável e reconhecido dinamismo do tecido empresarial do concelho, salienta-se o esforço da autarquia na criação de condições para a atração e fixação de atividades económicas, com iniciativas como o Parque Empresarial do Casarão, a Linha de Apoio ao Empresário, a Incubadora de Empresas de Águeda, a Incubadora Cultural os living labs, o Projeto Águeda Concept, entre outros.

Em 2011 a Cidade concentrava cerca de 30% do total de alojamentos e da população do concelho, registando-se uma crescente procura por parte de famílias residentes. A dinâmica cultural, os equipamentos e serviços de apoio à população disponibilizados neste espaço (escolas, serviços administrativos, espaços culturais, equipamentos de saúde e apoio social, etc.) e a proximidade às maiores bolsas de emprego concelhias - zonas industriais, são fatores de ponderação determinantes no crescimento da Cidade de Águeda e para o seu posicionamento estratégico à escala sub-regional e afirmação como espaço de referência socioeconómica.

Tabela 5. Evolução das Famílias, Alojamentos e Edifícios por Freguesias entre 2001 e 2011.

Unidade Territorial	Famílias			Alojamentos familiares			Edifícios		
	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação	2001	2011	Variação
Centro	847265	904770	6,8	1252754	1445343	15,4	992321	1111952	12,1
Baixo Vouga	129654	145258	12,0	171009	202111	18,2	133042	149921	12,7
Freguesia de Valongo do Vouga	1580	1685	6,6	1835	2156	17,5	1723	2051	19,0
Freguesia de Aguada de Cima	1271	1455	14,5	1568	2018	28,7	1318	1653	25,4
Freguesia de Fermentelos	1045	1169	11,9	1233	1463	18,7	1135	1308	15,2
Freguesia de Macinhata do Vouga	1216	1279	5,2	1574	1727	9,7	1500	1644	9,6
União das Freguesias de Águeda e Borralha	4643	5188	11,7	6002	6905	15,0	4063	4328	6,5
União das Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo	1144	1131	-1,1	1334	1464	9,7	1264	1358	7,4
União das Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão	606	591	-2,5	699	785	12,3	692	770	11,3
União das Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira	825	812	-1,6	933	1035	10,9	896	969	8,1
União das Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga	1490	1650	10,7	1798	2020	12,3	1572	1689	7,4
União das Freguesias de Préstimo e Macieira de Alcôba	337	303	-10,1	497	495	-0,4	494	494	0,0
União das Freguesias de Recardães e Espinhel	1946	2190	12,5	2261	2753	21,8	2031	2308	13,6
Total do Município de Águeda	16103	17453	8,4	19734	22821	15,6	16688	18572	11,3

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População e Habitação – 2001 e 2011 (Resultados Definitivos).

Em termos de mercado de trabalho e emprego, em 2011, a taxa de atividade no concelho era próxima de 50%, com os setores secundário e terciário (maioritariamente relacionado com a atividade económica) a sobressaírem, em igual medida, como os maiores empregadores.

Tabela 6. Indicadores relativos ao mercado de trabalho.

Unidade Territorial	Taxa de atividade ² %	Taxa de desemprego ³ %	Reformados e pensionistas ⁴ %
Centro	45,4	11	25,4
Baixo Vouga	48,6	11,2	20,9
Águeda	48,9	10,1	21,9

Fonte: Censos 2011 - Importação dos principais dados alfanuméricos e geográficos (BGRI).

Tabela 7. Caracterização da população empregada.

Unidade Territorial	População economicamente ativa Empregada						
	Total	Total	Primário	Secundário	Total	Terciário De natureza social	Relacionados com a atividade económica
Centro	1056225	940211	35018	282800	622393	272878	349515
Baixo Vouga	190085	168834	4398	63596	100840	40820	60020
Águeda	23357	20999	291	10367	10341	3764	6577

Fonte: Censos 2011. Resultados definitivos: Portugal. Quadros Resumo.

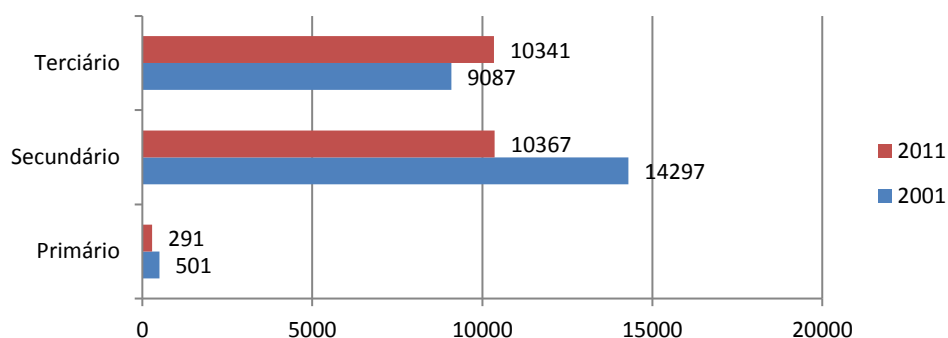


Figura 5. Evolução da população empregada por setores de atividade económica no município de Águeda.
Fonte: PORDATA, 2015. Retirado de INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População.

² Taxa de atividade: Peso da população ativa sobre o total da população. Calculada como a soma da população empregada e desempregada sobre a população residente.

³ Taxa de desemprego: Peso da população desempregada sobre a população ativa. Calculada como a população desempregada sobre a soma da população empregada e desempregada.

⁴ % de pensionistas e reformados: Calculada como o número de reformados e pensionistas sobre a população residente.

Importa referir ainda que de 18.341 indivíduos⁵ empregados ao serviço das empresas com sede em Águeda, em 2012, 9.551 e 3.960 se encontravam associados, respetivamente, à indústria transformadora e ao comércio.

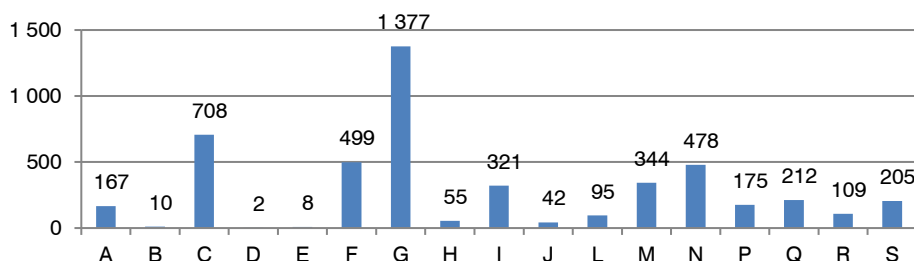


Figura 6. Número de empresas com sede em Águeda por setor de Atividade⁶ (2012).
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas. Anuários Estatísticos da Região Centro de 2013.

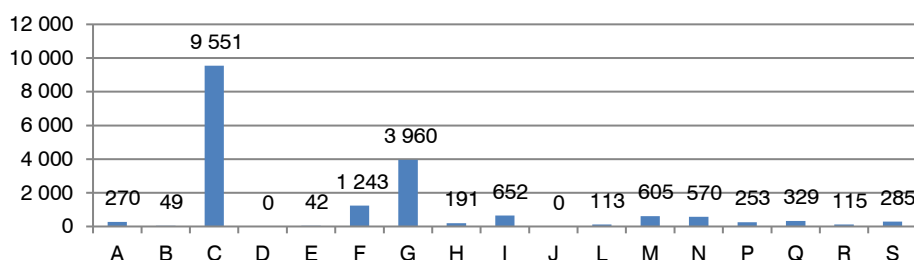


Figura 7. Pessoal ao serviço das empresas com sede em Águeda por setor de atividade (2012).
Fonte: INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas. Anuários Estatísticos da Região Centro de 2013.

Durante a última década intercensitária, observou-se um aumento substancial do desemprego e da população reformada e pensionista, grupos mais vulneráveis socialmente e sobre os quais devem recair esforços de integração e inclusão.

⁵ No Anuário Estatístico do Centro 2013, encontravam-se omissos os valores para os setores D e J.

⁶ CAE -Classificação Portuguesa de Atividades Económicas. A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, B - Indústrias extrativas, C - Indústrias transformadoras, D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, F - Construção, G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, H - Transportes e armazenagem, I - Alojamento, restauração e similares, J - Atividades de informação e de comunicação, K - Atividades financeiras e de seguros, L - Atividades imobiliárias, M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio, O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória, P - Educação, Q - Atividades de saúde humana e apoio social, R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, S - Outras atividades de serviços.

Tabela 8. População desempregada, segundo os Censos.

Unidade Territorial	População desempregada segundo os censos				Desempregados inscritos em % da população residente com 15 a 64 anos		
	2001	2011			2001	2011	2014
		Total	1º emprego	Novo emprego			
Centro	61.491	116.014	21.570	94.444	3,8	6,7	7,9
Região de Aveiro	9.387	20.416	-	-	3,3	7,0	7,8
Águeda	715	2.358	398	1.960	2,4	6,4	7,2

Fonte: PORDATA, 2015. Retirado de INE - X, XII, XIV e XV Recenseamentos Gerais da População e IEF/MSESS e INE - Estimativas Anuais da População Residente. Censos 2011. Resultados definitivos: Portugal. Quadros Resumo.

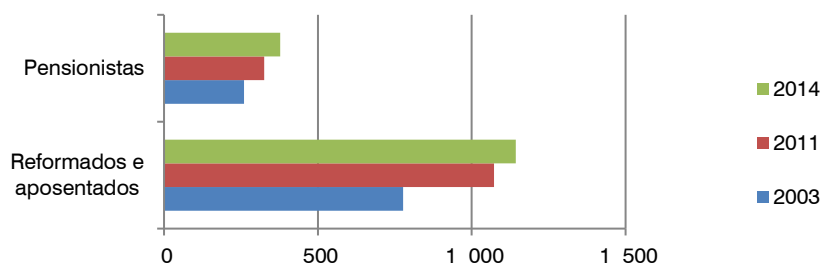


Figura 8. Número de reformados/aposentados e pensionistas no município de Águeda.
Fonte: PORDATA, 2015. Retirado de CGA/MEF.

a.2 Principais problemas e prioridades

PROBLEMAS

- Dificuldade na promoção de acessibilidade devido às condições orográficas e às grandes distâncias entre povoamentos do concelho;
- Envelhecimento populacional acentuado (segmento mais vulnerável a situações de exclusão social);
- Evolução crescente de população inativa (desempregados, reformados e pensionistas) no concelho;
- Nível de qualificação da população;
- Parque habitacional devoluto.

PRIORIDADES

- Melhorar a mobilidade e reduzir a dependência e o uso do transporte individual dentro da Cidade;
- Reforçar o papel da Cidade como polo dinamizador do concelho através da qualificação dos seus espaços e promoção de uma maior articulação entre eles;
- Promover a ligação de diferentes zonas da Cidade e entre esta e o rio / meio natural;
- Melhorar a articulação entre espaços públicos de referência, com a criação de uma rede conexa, contínua, que permita criar uma imagem coesa da Cidade;
- Fomentar a inclusão ativa e a inovação social com foco nas classes sociais mais frágeis.

a.3. Análise SWOT

PRINCIPAIS OPORTUNIDADES

- Quadro institucional / Contexto regional;
- Aposta no posicionamento geoestratégico do concelho para o desenvolvimento de ligações com outros polos urbanos na envolvente;
- Aposta na vertente turística do concelho com base em recursos patrimoniais e culturais diferenciadores que beneficiem o desenvolvimento do concelho e o reequilíbrio das suas dinâmicas de povoamento;
- Desenvolvimento de alternativas de mobilidade e transporte coletivo face à concentração do emprego nas zonas industriais e no centro da Cidade;
- Aposta em alternativas de acessibilidade regional multimodal;
- Aposta na manutenção da capacidade de retenção do emprego para a atração e fixação de novos habitantes;
- Aposta no dinamismo e projeção do tecido empresarial a nível regional e nacional;
- Incrementar a articulação entre o tecido empresarial e as entidades de ensino regular e profissional.

PRINCIPAIS AMEAÇAS

- Debilidades económicas do país;
- Concorrência de outras cidades mais competitivas e atrativas;
- Estrutura económica tradicional em queda;
- Abandono, decadência e envelhecimento do centro da Cidade com as devidas consequências económicas e sociais;
- Manutenção de situações de desemprego de longa duração com consequências económicas e sociais;
- Descida dos preços dos combustíveis fósseis, podendo comprometer a opção por meios não poluentes de transporte.

PRINCIPAIS PONTOS FORTES

- Complementaridade urbano-rural existente na Cidade;
- Dinamismo associado à promoção (e inovação) de modos suaves de mobilidade - ex: bicicleta elétrica;
- Presença de equipamentos de transporte público coletivo rodoviário e ferroviário;
- Forte tradição e empreendedorismo industrial do concelho, com praticamente metade da população empregada no setor secundário;
- Dinâmica desportiva, cultural e social visível no forte associativismo local;
- Presença do Rio Águeda e respetiva zona ribeirinha;
- Presença da Universidade de Aveiro / Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda
- Presença do Parque da Alta Vila, Incubador Cultural e Incubadora de Empresas;
- Dinamismo em sectores de atividade âncora – fileira: Habitat e Metalomecânica;
- Presença de uma rede de equipamentos/infraestruturas públicas de qualidade e de um comércio tradicional local dinâmico no centro da Cidade.

PRINCIPAIS PONTOS FRACOS

- Fenómeno de cheias com fortes impactos na baixa da Cidade, junto ao Rio Águeda;
- Existência de um número considerável de alojamentos familiares vagos/devolutos;
- Rede de transporte público deficitária, dificultando o acesso ao emprego, formação e educação;

- Dinâmica de crescimento populacional concelhia inferior à média da região (2001-2011)
- Densidade populacional inferior à média regional (142 hab/km² vs 217 hab./km²), com as freguesias mais orientais a apresentarem densidades inferiores aos 25 hab/km²;
- Reforço dos fenómenos de envelhecimento populacional e de despovoamento da zona interior do concelho;
- Aumento substancial de população desempregada no concelho;
- Degradação e esvaziamento do núcleo histórico e tradicional da Cidade de Águeda;
- Abandono das unidades industriais e dos bairros habitacionais adjacentes.

B. OBJETIVOS E DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA

b.1. Eixos, medidas e objetivos estratégicos

A estratégia de desenvolvimento urbano da Cidade de Águeda corresponde ao quadro de referência que sustenta as intervenções a realizar na Cidade em matéria de mobilidade sustentável, regeneração urbana e inclusão social de comunidades desfavorecidas e que respondem às necessidades detetadas no diagnóstico efetuado a cada uma destas componentes. Neste contexto, assumem-se os seguintes desafios:

- Consolidação de uma economia verde, assegurando a transição para um modelo de baixo carbono numa perspetiva de promoção da sustentabilidade urbana e de desenvolvimento de novos modelos de crescimento urbano e económico;
- Promoção de condições urbanas e ambientais que contribuam para a qualidade de vida e satisfação da população e para a fixação de população e atividades económicas;
- Reforço da atividade económica através do incentivo a uma economia de proximidade;
- Promoção de uma sociedade inclusiva capaz de integrar diferentes grupos especiais, em especial os mais desfavorecidos e com maior dificuldade de acesso a bens e serviços essenciais.

A estratégia assenta assim no desígnio de reforçar a qualidade do ambiente urbano da Cidade, complementando intervenções físicas com dinâmicas sociais e económicas capazes de alavancar novas oportunidades para a comunidade local. Neste contexto assume-se a seguinte visão estratégica **“Águeda: uma *smartcity* à escala do cidadão, sustentável e inclusiva”**.

A visão é alcançada através dos seguintes eixos, alicerçados em medidas e objetivos estratégicos coerentes com as especificidades da Cidade de Águeda e com os desígnios estabelecidos do Regulamento Específico Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (SEUR) e Inclusão Social e Emprego (ISE) para as prioridades de investimentos mobilizadas no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável (PEDU):

EIXO 1. PROMOVER UMA ESTRATÉGIA DE BAIXO TEOR DE CARBONO SUSTENTADA NA MOBILIDADE

Objetivo geral: Diminuir o impacto ambiental da mobilidade urbana na Cidade de Águeda

- **Medida 1.1. Criar condições para um usufruto mais sustentável da Cidade em termos de mobilidade**

Objetivo estratégico: Apoiar a mobilidade urbana sustentável e diminuir a dependência do automóvel criando uma rede de circuitos pedonais e cicláveis e melhorando a rede de interfaces e serviços de transportes públicos.

Importa, desde já referir que os projetos integrados na presente medida/eixo se encontram no Plano Integrado de Mobilidade e Transportes da Região de Aveiro (PIMTRA) elaborado à escala da CIM/NUTS III.

EIXO 2. PROMOVER A QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO E A DINAMIZAÇÃO SOCIOCULTURAL E ECONÓMICA DA CIDADE

Objetivo geral: Promover a apropriação da Cidade por parte dos aguedenses, qualificando os espaços públicos e edifícios e reforçando dinâmicas culturais e económicas.

- **Medida 2.1. Reabilitação de espaços públicos urbanos**
 - Objetivo estratégico: Qualificar os espaços públicos da Cidade, com especial ênfase nas áreas de maior utilização, onde se concentra o comércio e serviços e se registam as mais intensas dinâmicas urbanas.

Importa referir que os espaços públicos a intervencionar se encontram na envolvente de intervenções recentes em espaços construídos, nomeadamente os que se realizaram no âmbito da PRU.

- **Medida 2.2. Reabilitação e refuncionalização de edifícios**
 - Objetivo estratégico: Reabilitar edifícios públicos com funções âncora na vida da Cidade e apoio à reabilitação de edifícios privados.

Nesta medida integram-se, para além da reabilitação de edifícios públicos, as ações relativas à intervenção em áreas industriais devolutas e ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU) a criar.

- **Medida 2.3. Gestão urbana e reforço da dinamização socioeconómica e cultural da Cidade**

- Objetivo estratégico: Reforçar a gestão e animação da Cidade, mobilizando a comunidade local e promovendo atividades económicas e culturais valorizadoras dos espaços urbanos.

EIXO 3. REGENERAÇÃO FÍSICA E SOCIAL DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

Objetivo geral: Promover a qualificação dos espaços tornando-os veículos de inclusão e dinamizar ações focadas nas necessidades da comunidade e na sua capacitação ativa.

- **Medida 3.1. Regeneração de espaços e edifícios**
 - Objetivo estratégico: Reabilitar/reconverter espaços com vista a regeneração das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e a mitigação de situações de carência, de disfunção e de marginalização social
- **Medida 3.2. Ações de inclusão ativa das comunidades desfavorecidas**
 - Objetivo estratégico: Promover a inclusão das comunidades desfavorecidas com vista o fomento da igualdade de oportunidades, da participação ativa e melhoria da empregabilidade.



1. PROMOVER UMA ESTRATÉGIA DE BAIXO TEOR DE CARBONO SUSTENTADA NA MOBILIDADE

1.1. Criar condições para um usufruto mais sustentável da Cidade em termos de mobilidade



2. PROMOVER A QUALIDADE DO AMBIENTE URBANO E A DINAMIZAÇÃO SOCIOCULTURAL E ECONOMICA DA CIDADE

2.1. Reabilitação de espaços públicos urbanos

2.2. Reabilitação e refuncionalização de edifícios

2.3. Gestão urbana e reforço da dinamização socioeconómica e cultural da Cidade



3. REGENERAÇÃO FÍSICA E SOCIAL DAS COMUNIDADES DESFAVORECIDAS

3.1. Regeneração de espaços e edifícios

3.2. Ações de inclusão ativa das comunidades desfavorecidas

b.2. Alinhamento com estratégias e instrumentos locais e supralocais

A elaboração da estratégia obedeceu ao princípio da coerência, não só no que respeita às principais orientações comunitárias e nacionais relativas ao período de programação 2014-2020, mas também às opções de desenvolvimento estabelecidas na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da Região e instrumentos de gestão territorial como o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT), o Plano Diretor Municipal (PDM) e a Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Cidade.

A EIDT da Região de Aveiro assenta num conjunto de 5 eixos prioritários de intervenção aos quais estão associadas metas estratégicas. Nestes 5 eixos integram-se: (1) Promover um contexto de suporte à inovação e ao empreendedorismo, (2) Proteger e valorizar os recursos naturais da Região, (3) Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva; (4) Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora e (5) Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos. Tendo em consideração a estratégia do PEDU e as Prioridades de Investimento (PI) que este instrumento mobiliza é evidente o alinhamento com o eixo 2, nomeadamente na meta “Demonstrar liderança nacional na gestão de recursos e na eficiência energética”, para a qual concorre o eixo 1 do PEDU; eixo 3, nomeadamente nas metas “Promover respostas sociais com base na Inovação Social” e “Apostar na qualificação das comunidades” para as quais contribui o eixo 3 do PEDU; e o eixo 4, em especial na meta “Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos” para a qual concorre o Eixo 2 do PEDU.

No âmbito do PROT, um evidente alinhamento uma vez que o Plano Regional define uma estratégia que aposta na “valorização do potencial de energias renováveis” e na “valorização do policentrismo”, realçando-se o contributo da estratégia do PEDU em especial para esta última. Existe um contributo claro para as propostas de futuro que referem “exige-se um elevado grau de articulação entre tutelas e entre objetivos sectoriais de modo a melhorar a racionalidade e a funcionalidade do modelo extensivo de urbanização” considerando que o PEDU aposta na reabilitação e qualificação do centro da Cidade focando-se assim nas normas gerais (G3) do PROT que refere a “valorização e consolidação de um modelo policêntrico de organização do Sistema Urbano Regional, base para a melhoria da competitividade regional e da qualidade de vida”, nomeadamente “assegurando que a regeneração urbana contribua para potenciar os recursos diferenciadores dos centros urbanos da Região” e (G5) que refere “A política de acessibilidade e transportes deve ser programada em função de lógicas não exclusivamente sectoriais” privilegiando a concretização de níveis elevados de eficácia e eficiência com o respeito por objetivos ambientais, energéticos e de segurança e a promoção da intermodalidade.

Ao nível do PDM refira-se que o PEDU incide sobre solo urbanizado nas classes “espaço central” e “espaço histórico-cultural”. A estratégia do PEDU está assim alinhada com o modelo territorial do PDM que preconiza “promover a requalificação das infraestruturas e equipamentos, repensando a malha viária existente, hierarquizando-a e articulando-a com o tecido urbano, e a localização dos equipamentos de utilização coletiva, tornando-os âncoras do desenvolvimento urbano e elementos centrais de crescimento, numa ótica de qualificação urbana. Adicionalmente, são estabelecidas diretrizes no sentido de se proceder à qualificação do património e edificado, com a recuperação e restauro das áreas mais antigas do tecido urbano municipal”.

O PEDU integra todo o território da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Cidade de Águeda. A ARU proposta para a Cidade de Águeda abrange um território com cerca de 182,6 ha, na freguesia de Águeda, e insere-se no perímetro urbano da Cidade com 1725 ha. A ARU integra as áreas mais consolidadas da Cidade, abrangendo as suas zonas mais críticas: o núcleo central, o núcleo histórico e tradicional, a frente ribeirinha e os núcleos de Paredes e Asseguins.

A proposta de delimitação da ARU da Cidade de Águeda teve como base a análise detalhada das características e dinâmicas do seu perímetro urbano, definido pelo PDM e a identificação dos principais pontos críticos que justificam a integração em ARU para efeitos de desenvolvimento de operações de reabilitação urbana.

A estratégia do PEDU contribui terminantemente para a Operação de Regeneração Urbana em definição, sendo o eixo 2 o mais alinhado com as premissas da regeneração urbana associadas à ARU. Face ao exposto, o equilíbrio na composição da ARU é assumido como fundamental para o desenvolvimento de uma operação de reabilitação urbana, que pela sua própria natureza integrada, se destina não só a produzir efeitos ao nível da qualificação urbanística, ambiental e patrimonial do espaço a intervir, mas também (e sobretudo) a promover as condições que permitam estimular o desenvolvimento económico e a coesão social neste território. Neste sentido o alinhamento com o PEDU é notório.

C. IDENTIFICAÇÃO DAS PRIORIDADES DE INVESTIMENTO

c.1. Identificação das prioridades de investimento a mobilizar

As prioridades a mobilizar no âmbito do PEDU de Águeda correspondem às previstas no convite para a apresentação de candidatura e que estão inscritas no eixo urbano do Centro 2020. As prioridades mobilizadas decorrem assim da sua necessária mobilização no âmbito do PEDU e da efetiva pertinência para responder a problemas detetados na área de intervenção e potenciar aspetos diferenciadores também aí verificados.

Neste contexto, considerando o diagnóstico apresentado e tendo em conta o histórico de políticas e projetos da autarquia nos domínios da mobilidade urbana sustentável, regeneração urbana e inclusão social, pretende-se que o presente PEDU se consubstancie numa carteira de projetos complementares que permita colmatar as fragilidades ainda existentes e potenciar dinâmicas já iniciadas, com resultados claramente positivos para qualidade de vida dos residentes e de toda a comunidade aguedense.

Com base no diagnóstico foram identificadas características que se assumiram como fatores essenciais de ponderação das escolhas. Destacam-se neste contexto as seguintes características:

- A Cidade apresenta uma morfologia diversificada, com diversas unidades territoriais que se complementam mas cuja ligação territorial nem sempre é legível devido à topografia e elementos naturais existentes (vales, linhas de água, etc.)
- Permanece uma forte complementaridade urbano-rural, entre o núcleo central da Cidade e uma periferia rural polinucleada que se desenvolveu em torno dela. Ao longo das vias de ligação também se foram registando fenómenos de expansão urbanística.
- As principais bolsas de emprego – áreas industriais – estão localizadas na periferia, tendo gerado também novas dinâmicas de expansão de funções urbanas complementares (ex. zonas comerciais) que não foram acompanhadas pela criação de canais de ligação não rodoviários.
- Em termos de mobilidade, a presença do modo ferroviário é um fator a potenciar, nomeadamente no que concerne à exploração de complementaridades intermodais e ao reforço da aposta em modos suaves (bicicletas).
- A ligação entre as diferentes partes da Cidade e entre os equipamentos aqui existentes e outras áreas de utilização coletiva carece de uma intervenção que permita reforçar sinergias e fazer com que, a pé ou de bicicleta, se possa usufruir e aceder às suas várias funções.

Para tal importa colmatar várias patologias existentes nos espaços públicos passíveis de utilização por peões e bicicletas.

- Uma forte tradição e empreendedorismo industrial do concelho, com praticamente metade da população empregada no setor secundário o que indica a forte incidência de fluxos pendulares entre a Cidade e as áreas industriais.
- A elevada concentração na Cidade de serviços e equipamentos/infraestruturas públicas e de comércio, o que gera uma elevada afluência à Cidade, em especial de população que se desloca em transporte individual motorizado com o consequente impacto ambiental.
- Uma dinâmica desportiva, cultural e social associativa forte no concelho, com muitas das entidades sediadas na ARU.
- A existência de problemas sociais associados ao decréscimo da população do concelho e envelhecimento populacional, evidenciando fortes sinais destes fenómenos na área da Cidade de Águeda, e um aumento de população desempregada.
- Um evidente abandono de unidades industriais e bairros habitacionais adjacentes – facto que origina o surgimento de espaços degradados que condicionam a qualidade de vida dos espaços adjacentes.
- A constatação de uma progressiva degradação e esvaziamento do núcleo histórico e tradicional da Cidade de Águeda e existência de um número considerável de espaços devolutos.

Com base nestas características/fatores de ponderação de seleção de prioridades foram identificados desafios para a Cidade, quer do ponto de vista da intervenção concreta nos espaços que a constituem e que a ligam à envolvente quer do ponto de vista da intervenção na comunidade e que se consubstancia no apoio a dinâmicas socioculturais e económicas. Destacam-se, como previamente referidos, os seguintes desafios:

- Consolidação de uma economia verde, assegurando a transição para um modelo de baixo carbono numa perspetiva de promoção da sustentabilidade urbana e de desenvolvimento de novos modelos de crescimento urbano e económico;
- Promoção de condições urbanas e ambientais que contribuam para a qualidade de vida e satisfação da população e para a fixação de população e atividades económicas;
- Reforço da atividade económica através do incentivo a uma economia de proximidade;
- Promoção de uma sociedade inclusiva capaz de integrar diferentes grupos especiais, em especial os mais desfavorecidos e com maior dificuldade de acesso a bens e serviços essenciais.

Para a prossecução destes desafios são mobilizadas as seguintes prioridades de investimento que permitirão a concretização de ações fundamentais à resolução dos problemas urbanos identificados e valorização do potencial existente:

- PI 4.5. Promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação.
 - Esta PI permitirá a prossecução de projetos conducentes, por um lado, à diminuição do impacto ambiental da mobilidade urbana na Cidade de Águeda e, por outro, ao incentivo a uma mobilidade urbana sustentável, à criação de uma rede de circuitos pedonais e cicláveis, e à melhoria da rede de interfaces e serviços de transportes públicos. Nesta PI apresenta-se o PMUS – Plano de Mobilidade Urbana Sustentável da sub-região de Aveiro identificando as ações a implementar em Águeda.
- PI 6.5. Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído
 - Esta PI permitirá a prossecução de projetos conducentes a uma maior apropriação da Cidade, qualificando os espaços públicos e edifícios e reforçando dinâmicas culturais e económicas. A qualificação de espaços públicos onde se concentram comércio e serviços e se regista uma maior dinâmica; a reabilitação do edificado e o reforço da gestão e animação da Cidade, promovendo atividades mobilizadoras, serão algumas das operações a levar a cabo. Nesta PI apresenta-se o Plano de Ação para a Regeneração Urbana (PARU).
- PI 9.8. Concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais.
 - Esta PI é complementada com a mobilização das PI 9.1, 8.4, 9.3, 9.4 e 10.1 complementares e que permitem a prossecução e projetos com vista à qualificação e transformação de espaços urbanos em veículos de inclusão e à dinamização de ações focadas nas necessidades da comunidade e na sua capacitação. A reabilitação e reconversão de espaços com comunidades desfavorecidas e a promoção de iniciativas com vista à inclusão por via do fomento da igualdade de oportunidades, da participação ativa e melhoria da empregabilidade, serão algumas das operações a levar a cabo. Nesta PI apresenta-se o PAICD – Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas.

c.2. Total de investimento por prioridade de investimento, ações e metas

Tabela 9. Total de investimento por prioridade de investimento

PI	Fundo	Território	Investimento Total (euros)	Estimativa de investimento público (euros)	Montante do Fundo (euros)	Montante do Fundo A aloca a instrumento financeiro (euros)
4.5	FEDER	Águeda	6 190 000,00 €	928 500,00 €	5 261 500,00 €	n.a.
6.5	FEDER	Águeda	10 347 500,00 €	1 552 125,00 €	8 795 375,00 €	8 000 000,00 €
9.8	FEDER	Águeda	1 245 000,00 €	186 750,00 €	1 058 250,00 €	
9.1	FSE	Águeda	280 870,00 €	42 130,50 €	238 739,50 €	n.a.
8.4	FSE	Águeda	250 000,00 €	37 500,00 €	212 500,00 €	n.a.
9.3	FSE	Águeda	250 000,00 €	37 500,00 €	212 500,00 €	n.a.
9.4	FSE	Águeda	1 000 000,00 €	150 000,00 €	850 000,00 €	n.a.
10.1	FSE	Águeda	1 000 000,00 €	150 000,00 €	850 000,00 €	n.a.

Destaca-se ainda a previsão de FEDER a mobilizar para apoio a outras entidades públicas que, não tendo investimentos detalhados no presente PEDU, são cruciais para a reabilitação e dinamização da Cidade e que deverão ser objeto de apoios 2014-2020. Neste contexto os investimentos a realizar por estas entidades públicas também em outras PI que não a 6.5. Conforme exposto ao longo do documento, em termos de entidades públicas destacam-se as seguintes: Rede Ferroviária Nacional, EP, Agrupamentos de Escolas, ESTGA, Associação Comercial de Águeda, Cancioneiro de Águeda, Conservatório de Música de Águeda, Orquestra Típica de Águeda, Paróquia, todas as IPSS, bem como entidades associativas e cooperativas. Este conjunto de parceiros é meramente indicativo, sendo o trabalho de mobilização um desafio permanente. Prevê-se a necessidade de alocação de um montante de cerca de 8 milhões de euros.

No que se refere a entidades privadas com e sem fins lucrativos, de acordo com o aviso de candidatura e respetivas FAQ⁷ as mesmas não são diretamente elegíveis aos cofinanciamentos não reembolsáveis, não sendo por isso acederão ao IFRRU. Em termos de identificação de entidades, a mesma é feita por tipologias.

⁷ Frequently Asked Questions (perguntas frequentes)

Tabela 10. Previsão da participação dos vários atores – Instrumento Financeiro

Montante Fundo - A alocar a instrumento financeiro (€)		
Tipos de entidades (FAQ 16)	território	montante do Instrumento financeiro
6.5. Entidades Públicas (CMA, etc.)	ARU	2.000.000,00 €
6.5 - Privados sem fins lucrativos (Instituições Privadas d Solidariedade Social -IPSS, associações, coletividades, etc.) - Todas as entidades privadas sem fins lucrativos com sede na ARU ou proprietárias de espaços na ARU que possam vir a intervencioná-los, contribuindo para a estratégia definida no PEDU/PARU.	ARU	3 000 000,00 €
6.5 - Privados (proprietários de imóveis com fins residenciais ou outros)	ARU	3 000 000,00 €
9.8 - Privados (proprietários de imóveis em áreas PAICD ⁸)	Áreas PAICD	
Total		8 000 000,00 €

Nota: Em resposta ao disposto nos pontos 16 e 18 da FAQ publicadas pelo Portugal 2020

FAQ:

“na elaboração dos PEDU não é exigível a identificação das intervenções nos edifícios em concreto, nem a identificação dos proprietários como copromotores. Em termos de planeamento, é exigível a previsão da participação dos vários atores, associando, a título indicativo, o volume financeiro global para cada tipo de entidades (autarquias, outras entidades públicas e privados).”

“na elaboração do PEDU não é exigível a identificação das intervenções nos edifícios em concreto (nem identificar todos os proprietários como copromotores), mas a previsão, em termos de planeamento, da participação dos vários atores, associando, a título meramente indicativo, um volume financeiro global para cada tipo de entidade (autarquias, outros públicos e os privados).”

⁸ Plano de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas

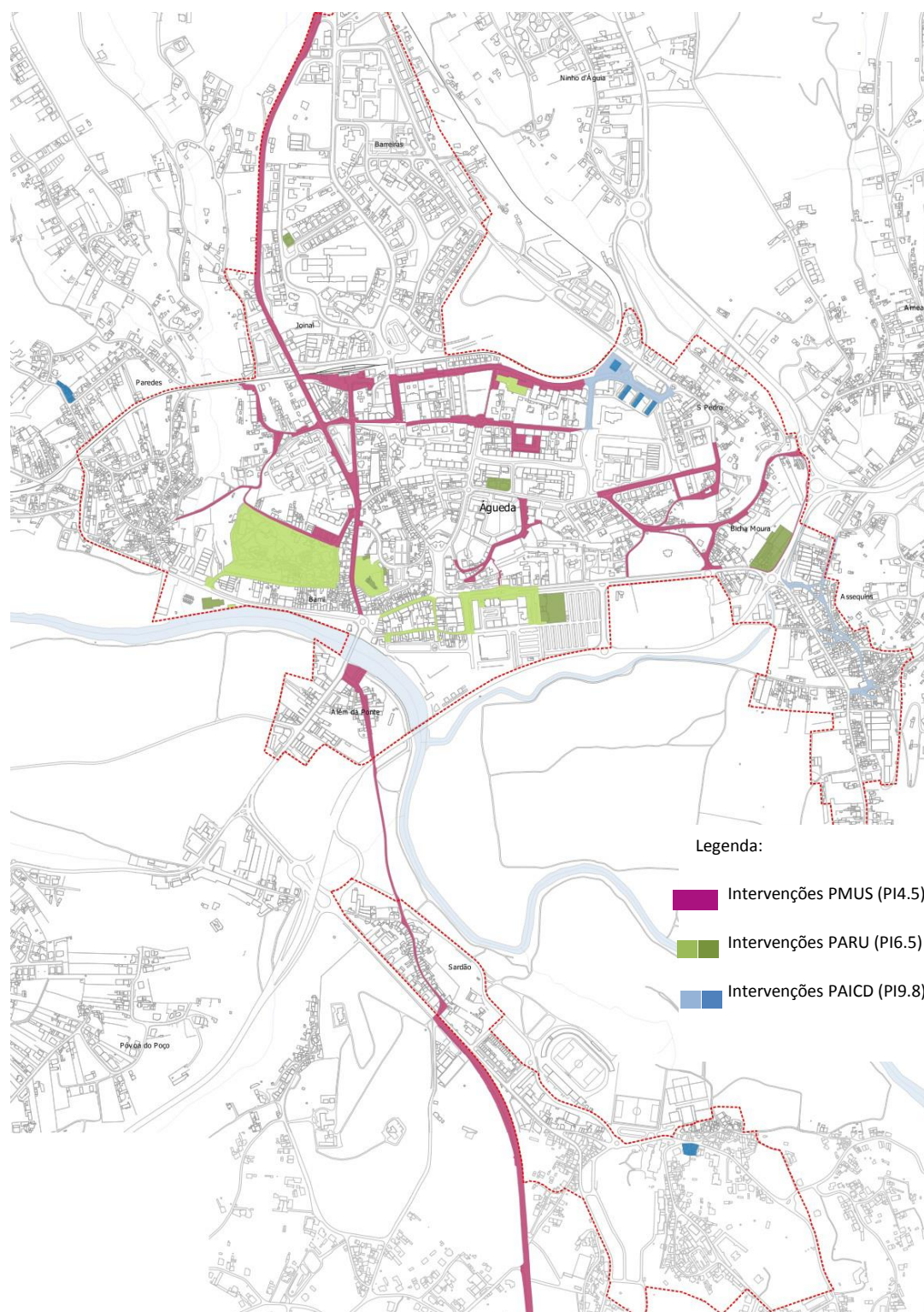


Figura 9. Planta de localização dos investimentos do PEDU (PMUS, ARU, PAICD)
Fonte: CMA

D. COMPONENTES DOS PLANOS DE AÇÃO APLICÁVEIS

d.1. Componentes de mobilidade urbana sustentável

i. Diagnóstico

Segundo o Plano Intermunicipal de Mobilidade Transportes da Região de Aveiro (PIMTRA), identificam-se características e dinâmicas de ocupação urbana que condicionam a gestão de mobilidade em Águeda, destacando-se desde logo, uma significativa diminuição da população no concelho entre 2001 e 2011, bem como um índice de envelhecimento elevado. Acresce:

- Um forte contraste entre a zona Nascente e Poente do Concelho, que se reflete em diversas dimensões – orografia; povoamento, demografia; emprego; polos de atração e geração de viagens (implicando abordagens diferenciadas e adaptadas às suas especificidades);
- Uma população dispersa no território (implicando dificuldades ao nível da promoção da acessibilidade através de transportes coletivos que requerem limiares de procura elevados para se tornarem rentáveis);
- Uma dimensão populacional e de emprego⁹, e um conjunto de equipamentos e serviços com importância em termos regionais, permitindo configurar-se como polo de referência dentro da Região. De notar que, segundo os Censos 2011, o concelho de Águeda regista um maior volume de entradas do que saídas, com saldo positivo nos movimentos pendulares; facto que confere massa crítica para uma aposta em soluções e alternativas de transporte que permitam reduzir a dependência do automóvel.

Na última década o transporte individual tem desempenhado um papel preponderante nas deslocações. De acordo com o PIMTRA “no conjunto da Região de Aveiro são realizadas cerca de 505 mil viagens em transporte individual (TI) num dia útil médio”, com os concelhos de Águeda e Anadia a destacarem-se, “com percentagens de viagens em TI iguais ou superiores a 80% do total de viagens terminadas no concelho. Acresce que, segundo os Censos, o concelho de Águeda registou um aumento significativo de uso do automóvel entre 2001 e 2011.

A tendência para a utilização massiva do transporte individual tem tido como consequência uma diminuição da procura do transporte coletivo, bem como uma retração no número de deslocações em modos suaves, inclusivamente nas deslocações de proximidade. Face a esta realidade, no âmbito do PIMTRA, defende-se o reequilíbrio da repartição modal a favor dos modos de transporte

⁹ De referir que o PIMTRA salienta, no contexto da região de Aveiro, a forte polarização do concelho de Águeda (16%) e destaca, ao nível do emprego, Águeda como um dos principais aglomerados de emprego no setor privado.

mais sustentáveis, evidenciando a necessidade de promover a reafetação de parte do espaço público ocupado pelo automóvel aos modos de transporte mais sustentáveis, encontrando-se vários dos concelhos da Região de Aveiro “sensibilizados para esta necessidade de redistribuir o espaço canal a favor de outros modos de transporte”. O PIMTRA destaca, com base na análise de projetos e iniciativas em desenvolvimento, que Águeda tem aproveitado os programas de regeneração urbana para a qualificação do espaço público - solução utilizada para qualificar as redes pedonais e/ou cicláveis; e é um dos concelhos da Região de Aveiro que apresenta redes cicláveis mais consolidadas e que se destaca neste território com uma aposta no desenvolvimento de infraestruturas de estacionamento de bicicletas.

Face à realidade do sistema de acessibilidades e modelo de mobilidade para Águeda (complementada com resultados obtidos no Inquérito à Mobilidade do PIMTRA), destaca-se o contexto favorável aos modos suaves de mobilidade, considerando que:

- Existe um forte dinamismo de qualificação e consolidação das redes pedonais e cicláveis integradas no contexto urbano;
- No contexto urbano – associado à mobilidade quotidiana - estão em curso planos de Promoção das Acessibilidades e Projetos de Regeneração Urbana que visam a melhoria das condições de deslocação pedonal e a qualificação do espaço público. Existe também uma proposta para a rede ciclável, a qual engloba a Cidade e a sua envolvente, da qual já se encontra construída a 1ª fase e está implementado um serviço de empréstimo de bicicletas elétricas, integrado no projeto BeÁgueda;
- A rede de estacionamento de bicicleta na Cidade não está totalmente estruturada, mas existem espaços de estacionamento de bicicletas junto aos principais equipamentos coletivos (e.g., escolas) e junto à estação ferroviária.

No contexto municipal, no que diz respeito à promoção e sustentação de modos suaves de mobilidade, de acordo com o PIMTRA sobressaem os seguintes pontos fortes e fragilidades:

PONTOS FORTES:

- Águeda é um dos concelhos mais ativos na qualificação e consolidação das redes pedonais, apresentando uma quota de viagens a pé superior ao que se poderia supor num concelho com a sua orografia (13% das viagens são realizadas a pé).
- Águeda é um dos municípios da Região de Aveiro que mais tem investido no modo ciclável, sobretudo no interior do perímetro da Cidade.
- Águeda dispõe de uma rede bastante completa de ciclovias, a qual ainda será complementada conforme os planos da autarquia.

- Águeda dispõe de uma rede de aluguer de bicicletas elétricas, as quais permitem, com maior facilidade, vencer as pendentes existentes.

FRAGILIDADES / PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO identificadas no âmbito do PIMTRA:

- Uma elevada taxa de motorização e grande dependência do automóvel.
- A orografia do concelho pode ser dissuasora da utilização dos modos suaves, bem como a existência de problemas associados aos fluxos e perfil da rede viária, especialmente nos aglomerados atravessados por estradas nacionais;
- Necessidade de melhoria da acessibilidade pedonal para todos nas vias que definem as ligações entre a zona central do aglomerado e os principais estabelecimentos escolares, o hospital, o centro de saúde, a câmara municipal, a junta de freguesia, o mercado e as interfaces de transporte;
- Necessidade de criar novas ligações pedonais entre a cota baixa e a cota alta da Cidade, nomeadamente entre a Av. 25 de Abril e vários pontos da Cidade. Como exemplo, a ligação à Rua da Infanteria 28, de modo a promover a utilização do parque de estacionamento junto ao mercado como alternativa ao estacionamento na zona alta e central do aglomerado. Devido ao desnível existente entre estes dois arruamentos poderá ser equacionada a introdução de meios mecânicos de apoio às deslocações pedonais, nomeadamente na ligação proposta adjacente à biblioteca.
- Registo de acidentes envolvendo atropelamento de peões na EN1.
- Necessidade de criar ligações cicláveis para norte e sul da Cidade, até às Zonas Industriais/Parque Empresarial, como forma de promover a utilização da bicicleta entre os trabalhadores da zona industrial e, desta forma, alterar os seus padrões de mobilidade quotidiana. Esta ligação permitiria ainda servir os lugares periféricos e as superfícies comerciais existentes na EN1.
- Necessidade de expansão da rede de estacionamento de bicicletas junto dos principais polos geradores, e da rede de aluguer de bicicletas elétricas, sugerindo-se a introdução de pontos de acessos nas zonas industriais próximas da Cidade de Águeda (ZI do Barrô e do Norte de Águeda), facilitando deste modo a realização da deslocação em bicicleta nos troços mais declivosos.

O concelho de Águeda possui um interface de transporte de nível 2, com modo de transporte ferroviário e rodoviário, que segundo a avaliação de paragens e estações de transporte coletivo em Águeda, assume importância no meio em que se insere. O PIMTRA indica como fragilidades/prioridades de intervenção:

- A inserção urbana das duas principais paragens de Águeda é muito boa, mas a qualidade do espaço público envolvente à interface ferroviária deverá ser melhorada;

- É necessário melhorar a acessibilidade pedonal à estação ferroviária, e a informação aos passageiros, nomeadamente com a criação de um Centro de Informação em que seja possível conhecer a oferta global.

Por último, relativamente à gestão do estacionamento, o PIMTRA refere a importância de desenvolver uma estratégia ao nível da Cidade que promova uma maior restrição à utilização de estacionamento de longa duração nas zonas centrais, “enquanto instrumento de auxílio ao processo de transferência modal do transporte individual para o transporte coletivo e/ou modos suaves”. Em complementaridade com este cenário, recomenda-se a definição de “uma rede de interfaces apoiada por parques de estacionamento de longa duração (Park&Ride).

ii. Objetivos e definição da estratégia

Considerando o definido no PIMTRA, “o desenvolvimento de uma estratégia de planeamento e de gestão da mobilidade tem que ter em consideração o que se pretende alcançar nas diversas vertentes que influenciam a mobilidade, devendo concorrer, tanto quanto possível, para aumentar a atratividade e a competitividade da Região de Aveiro no contexto nacional e dos principais polos urbanos da Região face ao território que influenciam. Nesse sentido, defendem-se os seguintes Objetivos Estratégicos:

- Promover a qualidade de vida para residentes, trabalhadores e visitantes;
- Contribuir para uma economia mais eficiente e sustentável;
- Promover uma repartição modal favorável aos modos de transporte mais eficientes e sustentáveis;
- Promover a acessibilidade, inclusão social e justiça social;
- Aumentar a segurança de todos os utilizadores;
- Contribuir para reduzir os impactes ambientais associados ao sector dos transportes.

A promoção da qualidade de vida deve ser entendida como um objetivo estratégico, devendo traduzir-se na garantia de que a maior parte das pessoas têm ao seu dispor alternativas modais adequadas para realizar as suas deslocações quotidianas e que o modelo de acessibilidade concorre para a qualificação do espaço público e do ambiente urbano, de modo a que este seja um espaço seguro para a realização de viagens a pé/bicicleta, mas também para a estadia ou realização de atividades de lazer.

A definição de uma estratégia de gestão da mobilidade deve ter sempre presente a necessidade de contribuir para uma economia mais eficiente e sustentável. Para tal, o sistema de acessibilidades deve garantir níveis elevados de fluidez rodoviária, mas também assegurar que é possível aceder às

principais atividades económicas e equipamentos coletivos (e.g., escolas, centro de saúde e principais serviços de atendimento público) utilizando a oferta de transporte coletivo e/ou em modos suaves. A oferta de transporte coletivo deve proporcionar níveis de qualidade e rapidez adequados, procurando ter em consideração o equilíbrio económico da oferta que é assegurada.

Na fase de diagnóstico ficou evidenciada a forte dependência do automóvel por parte dos residentes na Região de Aveiro (74% das viagens são realizadas em transporte individual). Nesse contexto, é compreensível que um dos objetivos do PIMTRA diga precisamente respeito à “promoção de uma repartição modal favorável aos modos de transporte mais eficientes e sustentáveis”.

A promoção da acessibilidade, inclusão social e justiça social passa por procurar garantir a oportunidade de acesso aos principais bens e serviços a toda a população. Para tal deve-se assegurar a existência de alternativas modais, garantindo que a acessibilidade não é apenas assegurada pelo transporte individual, excluindo os utilizadores que não têm acesso a este modo de transporte. Deve-se também assegurar a existência de serviços de Transportes Público Coletivos (TPC) e políticas de preços de acesso a estes que sejam inclusivas.

À escala dos principais aglomerados urbanos é ainda importante prosseguir com a estratégia de planeamento e requalificação do espaço público (apoiada no desenvolvimento dos Planos de Promoção de Acessibilidade para Todos), mas estes devem ser enquadrados em iniciativas mais abrangentes de planeamento e promoção da utilização das redes pedonais e cicláveis por todos os segmentos de utilizadores (com ou sem restrições de mobilidade) numa lógica de utilização dos modos de transporte mais eficientes para cada tipo de deslocação.

Ainda neste contexto defende-se que deve ser promovida a autonomia da população escolar relativamente ao transporte individual (na região de Aveiro cerca de 63% dos alunos realiza as deslocações casa-escola em transporte individual), com uma maior utilização dos modos suaves e do transporte coletivo (preferencialmente utilizando as redes de transporte regular). Esta opção é defendida numa perspetiva de curto prazo, porque induz uma mobilidade mais sustentada, mas também porque apresenta vantagens de longo prazo, na medida em que promove a utilização dos modos mais sustentáveis por parte dos adultos do futuro.

Os objetivos estratégicos do PIMTRA têm também implícitas as orientações definidas pela Estratégia Nacional para a Segurança Rodoviária relativas à necessidade de reduzir o total de mortos e de feridos em acidentes rodoviários, objetivo este que está expresso no “Promoção do aumento de segurança de todos os utilizadores”. Esta questão é tanto mais relevante quanto se verifica que um conjunto significativo dos acidentes na Região de Aveiro ocorreu em arruamentos urbanos e que ocorreu a transferência do tráfego das ex-SCUT para a rede nacional de estradas (que frequentemente implica o atravessamento dos aglomerados urbanos), sendo natural que no curto prazo, e caso nada seja realizado, as estatísticas de sinistralidade possam vir a degradar-se.

Finalmente, os objetivos estratégicos não seriam totalmente abrangentes se não tivessem em consideração a dimensão ambiental. Por essa razão defende-se a necessidade de contribuir para a redução dos impactes ambientais associados ao sector dos transportes, tendo em consideração os impactes em matéria de ruído, emissão de poluentes atmosféricos e acidentes.

Os objetivos anteriormente apresentados estabelecem “o que se pretende alcançar”, mas não explicitam os moldes em que deve ocorrer a intervenção na Região de Aveiro. Por essa razão foi estabelecido um conjunto de objetivos específicos, os quais refletem para cada uma das áreas de atuação, os objetivos que o PIMTRA se propõe alcançar.

Estes objetivos específicos serviram de base ao desenvolvimento das propostas de intervenção, recomendando-se por isso a leitura do capítulo seguinte para a compreensão de quais são os objetivos específicos e como estes se cruzam com as linhas de orientação:

- Promover serviços de transporte público de boa qualidade e adequados à procura;
- Promover intermodalidade no sistema de transporte coletivo;
- Promover as deslocações em modos suaves, reforçando o seu papel no sistema de deslocações urbanas;
- Desenvolver políticas de estacionamento diferenciadas que contribuam para uma repartição modal mais equilibrada;
- Desenvolver uma estratégia articulada de qualificação do espaço rodoviário em contexto urbano e encaminhamento dos fluxos de tráfego para as vias adequadas;
- Promover a minimização os impactes associados ao tráfego de pesados e organização das cargas e descargas nos centros urbanos;
- Promover a integração entre a organização do sistema de transportes e os usos do solo
- Apostar em medidas inovadoras de gestão da mobilidade;
- Sensibilizar, informar e envolver todos os atores sobre as opções modais mais eficientes.

A estratégia do PEDU de Águeda, anteriormente exposta, encontra alinhamento, no caso específico da PI 4.5. mobilizada, na estratégia do PIMTRA, sendo os projetos integrados no PEDU os propostos nesse documento de referência regional.

Complementarmente, importa referir que a promoção de uma estratégia de baixo teor de carbono sustentada na mobilidade preconizada no PEDU (alinhada e permitindo a implementação das ações referenciadas no PIMTRA para o concelho e Cidade de Águeda) e que tem em vista a diminuição do impacto ambiental da mobilidade urbana na Cidade de Águeda, encontra alinhamento e coerência com o enquadramento e objetivos estratégicos definidos no âmbito de vários documentos orientadores de base ao desenvolvimento do território como o PROT Centro, a EIDT da Região e o Plano Diretor Municipal.

No âmbito do PROT, a estratégia do PIMTRA/PEDU de Águeda vem apoiar o desenvolvimento de medidas tendentes à atenuação de assimetrias de desenvolvimento intrarregionais ao procurar estabelecer alternativas de transporte e mobilidade mais adequadas às especificidades do território, melhorando as ligações internas e externas ao concelho. De forma complementar, ao prever-se a consolidação de um sistema/interface intermodal de transportes no centro da Cidade de Águeda e o alargamento da rede estruturante ciclável e pedonal do concelho, o PEDU de Águeda evidencia um potencial contributo na valorização da natureza multipolar da rede urbana para o desenvolvimento de um sistema urbano policêntrico; a integração entre sistemas urbanos sub-regionais; e a densificação de interações intrarregionais, através da estruturação de redes regionais de equipamentos e serviços e da consolidação de redes estruturantes de transportes internas à região, objetivos espelhados igualmente no âmbito do PROT.

Em articulação com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT) da Região de Aveiro, evidencia-se um alinhamento direto do PEDU com as medidas estratégicas (ME) de aposta no território como identidade, recurso e marca diferenciadora (ME4) e relativas à melhoria da satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais (ME5), particularmente no que se refere ao desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional; da melhoria da satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais; e da criação de condições para a constituição de uma *Smart Region*. Complementarmente, é expetável ainda um contributo favorável para as medidas estratégicas de proteção e valorização de recursos naturais da Região (ME2), designadamente ao nível da promoção de um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis, da proteção e preservação de recursos naturais, e da demonstração de uma liderança na gestão de recursos e eficiência energética; e de reforço e capacitação de comunidades (ME3), associado à promoção de políticas públicas adequadas aos novos desafios demográficos e da promoção de comunidades mais saudáveis e coesas.

Relativamente às orientações estratégicas do PDM, em termos de mobilidade urbana sustentável, o PEDU Águeda integra as ações da mobilidade do PIMTRA que evidenciam um estreito alinhamento, por um lado, com o apoio à reestruturação do modelo territorial de Águeda com vista uma melhor utilização do solo e uma correta distribuição das infraestruturas e qualificação urbana e, por outro, com a promoção do potencial energético do Concelho, reduzindo consumos e aumento a produção de energia através de fontes renováveis. É também verificável um alinhamento estratégico com as ambições do PDM no que refere o reforço da coesão social e redução de assimetrias territoriais, quer ao nível territorial, quer ao nível do acesso aos bens e serviços de maior necessidade e equipamentos fundamentais à vida coletiva das comunidades.

Por último, em conformidade com os objetivos estratégicos apresentados no âmbito da Estratégia de Mobilidade Sustentável 2020 para Águeda, cujo conteúdo se encontra alinhado com o PIMTRA,

o PEDU de Águeda reflete a ambição de apoiar o incremento do uso dos modos suaves e do transporte coletivo no contexto de deslocações quotidianas, nomeadamente através da qualificação do espaço público e do estabelecimento de uma rede estruturante de caminhos acessíveis, pedonais e cicláveis, que permitam a ligação entre as principais funções urbanas; e a redução de conflitos entre os fluxos de tráfego e a qualidade de vida dos centros urbanos, associado ao desenvolvimento de soluções de minimização de impactos do tráfego sobre as zonas urbanas, acautelando a segurança dos modos pedonal e ciclável.

Genericamente, o PEDU, no âmbito da PI 4.5 referente à mobilidade, integra as ações propostas no PIMTRA com incidência na Cidade e envolvente e que possuem uma maior relevância para o alcance dos objetivos. Destacam-se as seguintes propostas do PIMTRA:

- Propostas para a rede intermunicipal pedonal (que inclui a qualificação da rede pedonal estruturante, a garantia de uma acessibilidade a pé para todos, a melhoria das condições de segurança pedonais, a intervenção nas vias com atropelamentos, entre outras);
- Propostas para a rede intermunicipal ciclável (que inclui o desenvolvimento das redes cicláveis, a consolidação de uma rede de estacionamento de bicicletas, o fomento de transporte de bicicletas nos transportes públicos coletivos - TPC) que ligue pontos geradores de trânsito – zonas industriais, equipamentos, superfícies comerciais;
- Propostas para a rede integrada de transporte público (que inclui o reforço da oferta de TPC rodoviário nas estações CP, a melhoria das acessibilidades às estações CP em modos suaves, a reabilitação do serviço da Linha do Vouga (infraestrutura e material circulante), a consolidação da rede de interfaces estruturantes, a promoção de melhoria da informação);
- Propostas de Estacionamento (que inclui a oferta de estacionamento Park & Ride).

Tendo por base estas propostas, avaliadas como necessárias para a melhoria do sistema de mobilidade urbana no concelho de Águeda, apresenta-se no âmbito do PEDU de Águeda as seguintes ações específicas:

- Construção de várias ciclovias e vias pedonais no centro da Cidade de Águeda (identificadas como importantes no âmbito diagnóstico do PIMTRA), designadamente no arruamento urbano de ligação direta interface modal - Escola Marques Castilho - Rua Dr. Manuel Alegre/Rua 15 de Agosto e Praceta das Chãs; na ligação do centro da Cidade e as zonas industriais (A sul e a norte) e a Paredes. De referir também neste âmbito a implantação de um elevador e qualificação envolvente - cota alta e baixa na zona tradicional;
- Estruturação e qualificação do eixo de atravessamento urbano EN1 como medida de controlo de velocidade e priorização peão e bicicleta, contribuindo assim, por exemplo, para a melhoria das condições de segurança pedonais;

- Melhoria do Interface modal de transportes urbanos coletivos da Cidade de Águeda, nomeadamente através da implantação de sistemas de informação ao cidadão da disponibilidade de transportes públicos, bicicletas e automóveis elétricos; sistemas de gestão e informação de transportes especiais para territórios de baixa densidade; e de um sistema integrado de gestão de transportes públicos e estacionamento na Cidade de Águeda;
- Sistemas integrados de gestão da procura e que promovam a diminuição da circulação automóvel no centro;
- Ações de sensibilização e mobilização da comunidade para novos hábitos de deslocação e capacitação para a mudança.

iii. Identificação dos investimentos a desenvolver

Os investimentos a desenvolver encontram-se sistematizados na tabela seguinte, juntamente com a respetiva calendarização, estimativa de custos, fontes de financiamento, e entidades/autoridades responsáveis e intervenientes.

Tabela 11. Quadro de investimentos PMUS

Objetivo Temático	P.I.	Designação do investimento	NIF Promotor	Nome do Promotor	Investimento Total	Ano de Início	NUTS III	Freguesia	% Imputação
04	05	PMUS1. Melhoria do Interface modal de transportes urbanos coletivos da Cidade de Águeda	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	1.260.000 €	2017	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
04	05	PMUS 2. Estruturação do eixo EN1/interface modal/Escola Marques Castilho para circulação ciclável e Pedonal (Rua Dr. Manuel Alegre/Rua 15 de Agosto e Praceta das Chãs)	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	310.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
04	05	PMUS 3. Construção de ciclovia e via pedonal / solução mecânica – reforço da ligação cota alta cota baixa da Cidade	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	600.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
04	05	PMUS 4. Construção de ciclovias e vias pedonais a nascente – Ligações centro/equipamentos escolares e comerciais a Assequins e Ameal	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	370.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
04	05	PMUS 5. Estruturação do corredor urbano de atravassamento - EN1 - Controle de velocidade, priorização do peão e bicicleta	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	300.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
04	05	PMUS 6. Construção de ciclovias e vias pedonais a poente – Ligações centro/equipamentos sociais e de saúde a Paredes	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	700.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
04	05	PMUS 7. Ligação ciclável centro da Cidade às Zonas industriais Travassô e Barrô	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	2.000.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
04	05	PMUS 8. Sistema integrado de gestão de transportes públicos e estacionamento de Águeda	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	200.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00

Objetivo Temático	P.I.	Designação do investimento	NIF Promotor	Nome do Promotor	Investimento Total	Ano de Início	NUTS III	Freguesia	% Imputação
04	05	PMUS 9. Sistema de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte, adequadas à articulação entre os territórios urbanos e os territórios de baixa densidade	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	230.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
04	05	PMUS 10. Construção de ciclovias e acessos pedonais – fecho da rede ciclável do centro	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	250.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00

No que se refere às metas / resultados esperados prevêem-se alcançar os seguintes:

Tabela 12. Resultados Esperados PMUS

Indicadores de realização					Indicadores de resultado				
Designação (unidade de medida)	Meta 2018	Meta 2023	Justificação		Designação	Meta 2018	Meta 2023	Justificação	
O.04.05.04.E	Planos de mobilidade urbana sustentável implementados (N.º)	1	1	Considera-se como meta a concretização em Águeda dos projetos constantes do PIMTRA	R.04.05.01.E	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa (Ton/CO ₂)	255 000	251 120	Assume-se a redução das emissões de CO ₂ apenas afeta à parte relativa aos transportes (considerando os valores nacionais, a % das emissões provenientes do transporte é de 30%). Com base na % afeta aos transportes considera-se uma redução equivalente a 1/3 da % assumida pela NUTS II - Região Centro, uma vez que a redução terá contributos de outros investimentos não integrados neste aviso do PEDU (ex. eficiência energética nos transportes públicos).
O.04.05.09.E	Interfaces multimodais apoiados	1	1	Interface rodo ferroviário existente – projeto constante do PIMTRA					

iv. Fichas Síntese

ID	PMUS1. Melhoria do Interface modal de transportes urbanos coletivos da Cidade de Águeda
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) - secção 9 - artigos 66º, alínea e) Melhoria da rede de interfaces de transportes urbanos públicos coletivos, tendo em especial atenção a qualidade do serviço prestado, as suas acessibilidades aos peões e bicicletas, a sua organização funcional e a sua inserção urbana no território.
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais ME 4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Encorajar o desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional ME 5: Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais
RELAÇÃO PIMTRA	F. Propostas para a rede integrada de Transporte Público~ I. Propostas para promover a integração entre a organização do sistema de transportes e os usos do solo K. Propostas de linhas orientadoras para cada município
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Interface multimodal	<p>NO PIMTRA a rede de interfaces de transporte é uma das peças chave da estratégia de mobilidade. Neste documento é identificada a rede regional existente, na qual se integra o interface da Cidade de Águeda, contudo é referido que <i>“Esta identificação da rede potencial de interfaces parte da análise dos pontos de concentração da oferta e da procura, mas não tem tradução física concreta e, como tal, estas não são entendidas pelos potenciais utilizadores do sistema de transporte público coletivo como verdadeiras interfaces.”</i></p> <p>Prevê-se assim, tal como apontado no PIMTRA que este projeto venha colmatar as fragilidades existentes através da intervenção de qualificação do espaço envolvente à estação da CP, com melhoria dos acessos pedonais e cicláveis e com a implementação de um ponto de interface com o transporte coletivo/autocarro. Com este projeto será concentrado num ponto único o transporte ferroviário, rodoviário coletivo, bicicletas de utilização urbana (alargamento da rede existente e melhoria do sistema de requisição e utilização) e acessos pedonais de qualidade.</p> <p>Será assim melhorada a qualidade do serviço prestado, as acessibilidades aos peões e bicicletas e a organização funcional e inserção urbana deste elemento urbano que atualmente se encontra à margem das dinâmicas de mobilidade registadas. A aposta na qualificação deste espaço visa assim que num único ponto sejam oferecidas múltiplas respostas de mobilidade, destacando-se desde já a sua complementaridade com as restantes operações.</p>

ID	PMUS 2. Estruturação do eixo EN1/interface modal/Escola Marques Castilho para circulação ciclável e Pedonal (Rua Dr. Manuel Alegre/Rua 15 de Agosto e Praceta das Chãs)
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) - secção 9 - artigos 66º, alínea b) Construção de cicloviárias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas; e g) Estruturação de corredores urbanos de procura elevada, nomeadamente, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves, criando nomeadamente corredores específicos “em sítio próprio”
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Encorajar o desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional ME5: Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais
RELAÇÃO PIMTRA	D. Propostas para a rede intermunicipal pedonal E. Propostas para a rede intermunicipal ciclável I. Propostas para promover a integração entre a organização do sistema de transportes e os usos do solo K. Propostas de linhas orientadoras para cada município
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Vias dedicadas à mobilidade suave em corredores de elevada procura	Esta intervenção visa a criação e canais de mobilidade pedonal e ciclável que liguem o interface modal à escola Marques Castilho, com uma intervenção linear na Rua 15 de agosto, rua Manuel alegre e Praceta das Chãs. Esta intervenção colmata as fragilidades de circulação ciclável e pedonal no quadrante norte da Cidade consolidada, nomeadamente na ligação ao interface modal onde se concentram transporte ferroviário e rodoviário coletivo, com um posto de aluguer de bicicletas urbanas. A facilitação do uso de modos suaves a par da criação de condições de segurança e conforto no principal ponto de transbordo intermodal é fundamental para o desincentivo à utilização do veículo automóvel individual.

ID	PMUS 3. Construção de ciclovia e via pedonal / solução mecânica – reforço da ligação cota alta cota baixa da Cidade
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) - secção 9 (artigos 66º, alínea b) Construção de cicloviárias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas; OU
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Encorajar o desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional ME5: Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais
RELAÇÃO PIMTRA	D. Propostas para a rede intermunicipal pedonal E. Propostas para a rede intermunicipal ciclável I. Propostas para promover a integração entre a organização do sistema de transportes e os usos do solo K. Propostas de linhas orientadoras para cada município
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Vias dedicadas à mobilidade suave	A presente intervenção realiza-se na Rua da Infância 28 e Rua do Outeiro na envolvente imediata da ESTGA e prevê, para além da qualificação do espaço no sentido de criar uma via ciclável e pedonal com características adequadas e de segurança, a ligação à cota baixa na lateral da biblioteca Manuel Alegre, com uma solução mecânica de transporte de peões e bicicletas. Este projeto, previsto no PIMTRA, irá pretender facilitar a circulação pedonal e ciclável e potenciar a utilização do amplo estacionamento na Av. 25 de Abril como um dos pontos de paragem para os automóveis (TI) e interface para o modo pedonal e ciclável com a facilitação da ligação a cota alta.

ID	PMUS 4. Construção de ciclovias e vias pedonais a nascente – Ligações centro/equipamentos escolares e comerciais a Assequins e Ameal
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) - secção 9 - artigos 66º, alínea b) Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas; e g) Estruturação de corredores urbanos de procura elevada, nomeadamente, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves, criando nomeadamente corredores específicos “em sítio próprio”
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Encorajar o desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional ME5: Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais
RELAÇÃO PIMTRA	D. Propostas para a rede intermunicipal pedonal E. Propostas para a rede intermunicipal ciclável I. Propostas para promover a integração entre a organização do sistema de transportes e os usos do solo K. Propostas de linhas orientadoras para cada município
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Vias dedicadas à mobilidade suave	A presente intervenção visa a criação de canais de circulação, pedonal e ciclável, adequados e com condições de segurança facilitadores da sua utilização por parte dos diferentes públicos (jovens nas suas deslocações casa-escola; os idosos nas suas deslocações casa-serviços/comércio e a população em idade ativa que, morando nas zonas mais periféricas da Cidade se desloca para o centro diariamente para o seu posto de trabalho). Neste projeto prevê-se a criação de eixos pedonais e cicláveis na Rua António Costa Brinco, Rua Manuel Sousa Carneiro, Rua António Ribeiro de Matos e Rua Velha, e a intervenção em 2 ligações pedonais/cicláveis entre a cota alta e baixa da Cidade onde existem escadarias de ligação Av. 25 de Abril e R. Manuel Sousa Carneiro. Facilitam-se assim as ligações pedonais e cicláveis entre Assequins e o centro da Cidade (por exemplo com a ligação deste lugar à escola Marques Castilho em modos suaves) e do Ameal também ao Centro.

ID	PMUS 5. Estruturação do corredor urbano de atravessamento - EN1 - Controle de velocidade, priorização do peão e bicicleta
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) - secção 9 artigos 66º - alíneas g) Estruturação de corredores urbanos de procura elevada, nomeadamente, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves, criando nomeadamente corredores específicos “em sítio próprio” e f) Ações que reduzam as emissões de gases de efeito de estufa em zonas de elevadas concentrações
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Encorajar o desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional ME5: Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais
RELAÇÃO PIMTRA	D. Propostas para a rede intermunicipal pedonal E. Propostas para a rede intermunicipal ciclável I. Propostas para promover a integração entre a organização do sistema de transportes e os usos do solo K. Propostas de linhas orientadoras para cada município
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Estruturação de corredores urbanos de procura elevada	A Cidade de Águeda cresceu em torno da EN1 que ainda hoje atravessa o aglomerado com um elevado nível de procura para fins de atravessamento rodoviário e de ligação norte-sul do concelho. A expansão da Cidade que, apesar de manter o perfil de atravessamento, passou a ter uma utilização de atravessamento pedonal e ciclável uma vez que em seu redor foram sendo implantados equipamentos de saúde, apoio social, atividades comerciais e a Cidade residencial também se foi expandindo obrigando as pessoas a utiliza-lo como ligação casa – trabalho/casa-escola/casa-comércio. As funções de atravessamento viário fragilizam a sua integração urbana e resultam muitas vezes em situações de perigo para peões e ciclistas que aí circulam. Este projeto visa adequar o perfil da via a um perfil de arruamento urbano, desincentivando a sua utilização e atravessamento por parte do transporte rodoviário e privilegiando a circulação pedonal e ciclável.

ID	PMUS 6. Construção de ciclovias e vias pedonais a poente – Ligações centro/equipamentos sociais e de saúde a Paredes
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) - secção 9 - artigos 66º, alínea b) Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas; e g) Estruturação de corredores urbanos de procura elevada, nomeadamente, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves, criando nomeadamente corredores específicos “em sítio próprio”
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Encorajar o desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional ME5: Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais
RELAÇÃO PIMTRA	D. Propostas para a rede intermunicipal pedonal E. Propostas para a rede intermunicipal ciclável I. Propostas para promover a integração entre a organização do sistema de transportes e os usos do solo K. Propostas de linhas orientadoras para cada município
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Vias dedicadas à mobilidade suave	Esta intervenção pretende reforçar a ligação da zona central da Cidade ao núcleo de Paredes (integrado na ARU e delimitado como Comunidade desfavorecida). A ligação urbana destas duas áreas da Cidade é bastante sinuosa devido ao relevo que as separa, sendo necessária uma intervenção unificadora e que permita à comunidade uma circulação a pé ou de bicicleta num espaço seguro e de qualidade. Esta intervenção contempla a implementação de canais cicláveis e pedonais na Rua Maria de Melo Corga, Rua fonte do Outeiro e Rua do Caldeireiro reforçando a rede de ligações intraurbanas.

ID	PMUS 7. Ligação ciclável centro da Cidade às Zonas industriais
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) - secção 9 - artigos 66º alínea g) Estruturação de corredores urbanos de procura elevada, nomeadamente, priorizando o acesso à infraestrutura por parte dos transportes públicos e dos modos suaves, criando nomeadamente corredores específicos “em sítio próprio”
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Encorajar o desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional ME5: Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais
RELAÇÃO PIMTRA	B. Plano de Sensibilização e Promoção dos Modos Suaves E. Propostas para a rede intermunicipal ciclável I. Propostas para promover a integração entre a organização do sistema de transportes e os usos do solo K. Propostas de linhas orientadoras para cada município
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Estruturação de corredores urbanos de procura elevada	O presente projeto visa a criação e canais de mobilidade ciclável entre a Cidade e os principais focos de emprego, as zonas industriais de Travassô e Barrô, possibilitando a deslocação em modos suaves em condições de segurança. Estes canais servem também a ligação da Cidade aos espaços comerciais periféricos, acessíveis essencialmente por automóvel, mas que são procurados por cidadãos que se deslocam com riscos de acidentes graves. Conforme previsto no PIMTRA, importa implementar a rede ciclável de ligação da Cidade para norte (até à Zona Industrial do Norte de Águeda) e propõe-se alargar a rede existente/prevista até à Zona Industrial do Barrô, como forma de promover a utilização da bicicleta entre os trabalhadores das zonas industriais e, desta forma, alterar os seus padrões de mobilidade quotidiana. Estas ligações permitiriam ainda servir os lugares e as superfícies comerciais existentes nestes troços da EN1. Para além da intervenção física este projeto prevê ações imateriais com vista à adequada apropriação e utilização destes espaços, informando os cidadãos, avaliando e estudando boas práticas e resultados, etc. Estas ações correspondem ao ponto B do PIMTRA.

ID	PMUS 8. Sistema integrado de gestão de transportes públicos e estacionamento de Águeda
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) - secção 9 - artigos 66º - alínea h) Adoção de sistemas de informação aos utilizadores em tempo real.
RELAÇÃO EIDT	<p>ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais <p>ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora</p> <ul style="list-style-type: none"> Encorajar o desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional <p>ME5: Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos</p> <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais
RELAÇÃO PIMTRA	<p>B. Plano de Sensibilização e Promoção dos Modos Suaves</p> <p>C. Plano de incentivo e promoção dos transportes públicos</p> <p>F. Propostas para a rede integrada de TP – interfaces de transporte</p> <p>J. Propostas para a aposta nas medidas inovadoras de gestão da mobilidade</p> <p>K. Propostas de linhas orientadoras para cada município</p>
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Sistemas integrados de gestão	<p>O PIMTRA define como necessário a criação de um sistema de informação centralizado para os transportes públicos da Região que responda às necessidades da população disponibilizando informação integrada e simplificada (pp28). Também este instrumento refere que as orientações gerais definidas devem ser detalhadas em estudos/planos municipais de mobilidade. Acresce ainda a É com esta base, dando resposta à necessidade efetiva de desincentivar o uso do automóvel, nomeadamente através da disponibilização e sistemas de transportes públicos eficazes com informação dada em tempo real ao utente, que se irá implementar o presente projeto.</p> <p>Neste projeto está previsto o desenvolvimento de um <i>software</i> de gestão dos transportes públicos e estacionamento da Cidade de Águeda. Pretende-se dar informação em tempo real sobre horários, meios de transporte coletivos disponíveis (ex.: nº de bicicletas nos diferentes cais disponíveis, autocarros nas diferentes paragens, etc.) e lugares de estacionamento nos principais parques/áreas de estacionamento. Esta última informação é crucial para a diminuição de GEE uma vez que tem um impacto direto na circulação orientando os veículos para os locais de parqueamento disponíveis sem que seja necessária uma procura mais alongada com impacto nefasto na qualidade do ar e ruído.</p> <p>Este projeto tem uma complementaridade direta com o PMUS1 uma vez que permite dar resposta à proposta o PIMTRA de afirmação de uma efetiva rede de interfaces de transportes públicos.</p> <p>Para além do <i>software</i> estão previstas ações imateriais que permitam reforçar o uso do transporte público e modos suaves e que deem inputs reais ao sistema, ajudando a alcançar as metas/resultados nestas matérias (B do PIMTRA). O sistema deverá também contemplar a parte dos equipamentos (painéis informativos) a disponibilizar em contexto urbano para informar os utilizadores e uma aplicação móvel para ampla utilização.</p>

ID	PMUS 9. Sistema de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte, adequadas à articulação entre os territórios urbanos e os territórios de baixa densidade
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) - secção 9 (artigos 66º - i) Desenvolvimento e aquisição de equipamento para sistemas de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte, adequadas à articulação entre territórios urbanos e territórios de baixas densidade populacional, incluindo para as soluções flexíveis de transporte com utilização de formas de energia menos poluentes.
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Encorajar o desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional ME5: Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais
RELAÇÃO PIMTRA	B. Plano de Sensibilização e Promoção dos Modos Suaves F. Propostas para a rede integrada de TP I. Propostas para promover a integração entre a organização do sistema de transportes e os usos do solo J. Propostas para a aposta nas medidas inovadoras de gestão da mobilidade K. Propostas de linhas orientadoras para cada município
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Sistemas integrados de gestão	O presente projeto dá resposta ao proposto no PIMTRA (F) – “Efetivamente, nas zonas de baixa densidade populacional e de povoamento disperso as necessidades de transporte não conseguem ser eficientemente asseguradas pelo transporte público coletivo regular, com horários e rotas fixas, quer porque este é economicamente pouco viável (custos operacionais fixos elevados para receitas escassas), quer ainda porque se torna pouco atrativo devido à degradação da qualidade de serviço decorrente da necessidade de efetuar percursos extensos para cobrir diferentes locais afastados entre si e, consequentemente, com baixas frequências. Para assegurar a mobilidade da população nas zonas de baixa densidade e promover a inclusão social é necessário um novo tipo de oferta de transportes que permita uma cobertura territorial mais ampla, com níveis de serviço adequados e com custos controlados. É neste contexto que surge o transporte flexível a pedido”. (pp 127 e 128). O conceito e descrição do serviço exposto em F2.5.2. é materializado no presente projeto que prevê o desenvolvimento do sistema e a aquisição de um pequeno veículo elétrico adequado à procura que permita responder às solicitações de transporte entre áreas de baixa densidade e a Cidade com o menor impacto ambiental. Está também associado ao projeto uma componente imaterial necessária à sensibilização e promoção da mesma, garantindo que é do conhecimento do público-alvo.

ID	PMUS 10. Construção de ciclovia e acessos pedonais – fecho da rede ciclável do centro
Enquadramento Regulamentar	Regulamento POSEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) - secção 9 - artigos 66º, alínea b) Construção de ciclovias ou vias pedonais, excluindo as que tenham fins de lazer como objetivo principal, podendo exigir a eliminação de pontos de acumulação de acidentes que envolvem peões e ciclistas.
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Encorajar o desenvolvimento de um sistema eficaz, sustentável e integrado de transportes e mobilidade regional ME5: Qualificar a governação e a prestação de serviços públicos <ul style="list-style-type: none"> Melhorar a satisfação e qualidade da prestação de serviços públicos regionais e locais
RELAÇÃO PIMTRA	D. Propostas para a rede intermunicipal pedonal E. Propostas para a rede intermunicipal ciclável I. Propostas para promover a integração entre a organização do sistema de transportes e os usos do solo K. Propostas de linhas orientadoras para cada município
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Vias dedicadas à mobilidade suave	Complementar ao PMUS 1 e PMUS 4, o presente projeto visa fechar a rede urbana de ciclovias e circuitos pedonais na zona norte da Cidade, com intervenções específicas na Rua António da Silva Brinco e José Bastos Xavier e Gustavo Pimenta – envolvente de equipamento escolar e fecho do circuito nascente. Num eixo com elevada densidade populacional importa dotar os espaços públicos de condições para que os residentes se desloquem em modos suaves para o emprego e para as atividades quotidianas, nomeadamente para os equipamentos públicos.

d.2. Componentes do Plano de Ação de Regeneração Urbana

O processo de delimitação da ARU e definição da respetiva Operação está em curso, tendo tido início com a celebração do contrato a 12 de junho de 2015, conforme imagem seguinte.

ÁGUEDA
CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO N.º 66/2015/CMA

CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA A DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DA CIDADE DE ÁGUEDA, DELIMITAÇÃO DE ATÉ 20 ARUS PARA AS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ÁGUEDA, ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA E DO PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO URBANO (PEDU), CELEBRADO COM A EMPRESA SOCIEDADE PORTUGUESA DE INOVAÇÃO – CONSULTADORIA EMPRESARIAL E FOMENTO DA INOVAÇÃO, SOCIEDADE ANÓNIMA

PRIMEIRO OUTORGANTE – Município de Águeda, aqui representado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Gil Nadeis Resende da Fonseca, natural e residente na Freguesia e Concelho de Águeda.

SEGUNDA OUTORGANTE – Sociedade Portuguesa de Inovação – Consultadoria Empresarial e Fomento da Inovação, Sociedade Anónima, com sede em Avenida Marechal Gomes da Costa, n.º 1376, Freguesia de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Concelho de Porto, pessoa coletiva número 503821012, representada, neste ato, pelo seu representante legal, com poderes para o ato, o Senhor Augusto Eduardo Guimarães de Medina, natural de Cedofeita, concelho de Porto, portador do Bilhete de Identidade n.º 988618, emitido em 26 de outubro de 2006, pelos Serviços de Identificação Civil do Porto, Contribuinte n.º 139747508, e a Senhora Mónica Leonor Moreira Coelho, natural de Miragaia, concelho de Porto, portadora do Cartão de Cidadão n.º 8916329, emitido pela República Portuguesa, válido até 01 de julho de 2019, Contribuinte n.º 194056380, conforme procuração lavrada em 09 de abril de 2014, que se anexa ao presente contrato e dele faz parte integrante, para todos os devidos e legais efeitos.

Nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, em conformidade com o parecer favorável do órgão executivo, conforme deliberação tomada em 7 de abril de 2015, e de acordo com o Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, os referidos Outorgantes celebram o presente contrato com vista à aquisição de serviços para a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Cidade de Águeda, delimitação de até 20 ARUS para as Freguesias do Concelho de Águeda, elaboração de um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), adjudicada à Segunda Outorgante por despacho do

ÁGUEDA
CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO N.º 66/2015/CMA

Senhor Vice-Presidente de 01 de junho de 2015, após Ajuste Direto, efetuado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do CCP, e ter sido aprovada a Minuta do Contrato em 01 de junho de 2015, nos termos do Convite, Caderno de Encargos e nas condições das cláusulas seguintes:

PRIMEIRA – O objeto do presente contrato consiste na aquisição de serviços para a delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Cidade de Águeda, delimitação de até 20 ARUS para as Freguesias do Concelho de Águeda, elaboração de um Programa Estratégico de Reabilitação Urbana e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), conforme descrito no Caderno de Encargos.

SEGUNDA – A execução da prestação de serviços deverá respeitar o disposto no Caderno de Encargos, e produz os seus efeitos a partir da outorga do presente Contrato, e mantém-se em vigor até 31 de dezembro de 2015, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no Caderno de Encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

TERCEIRA – Pela aquisição de serviços objeto deste Contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes no Caderno de Encargos, o Primeiro Outorgante paga, à Segunda Outorgante, a importância de € 68.000,00 (sessenta e oito mil e oitenta euros), à qual será adicionado o IVA à taxa legal em vigor, o qual decorre da aplicação da redução remuneratória de 10%, revertida em 20%, do valor da proposta, em conformidade com o disposto na Cláusula 14.ª do Caderno de Encargos, conjugada com o Ponto 16.2 do Convite, e atendendo ao disposto nos artigos 2.º e 4.º da Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, e no n.º 1 artigo 75.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, conforme especificado no Projeto de Decisão de Adjudicação, datado de 18 de maio de 2015, que se anexa ao presente contrato para todos os devidos e legais efeitos.

QUARTA – Nos termos previstos nas Cláusulas 13.ª e 15.ª do Caderno de Encargos, as quantias devidas pela Câmara Municipal de Águeda devem ser pagas até 60 dias após a receção pela Autarquia das respetivas faturas.

QUINTA – Atendendo às especificidades da prestação de serviços objeto do presente contrato, não será exigida caução à Segunda Outorgante, de acordo com o n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, e de acordo com o estabelecido no Ponto 19 do Convite e na Cláusula 12.ª do Caderno de Encargos.

SEXTA – A aquisição de serviços objeto deste contrato consta do Plano Plurianual de Investimentos para o corrente ano, com a seguinte classificação: 0102/020214/2014.A.93, correspondendo-lhe, de acordo com a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada, pela Lei n.º 22/2015, de 17 de Março, o compromisso n.º 2065/2015.

ÁGUEDA
CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO N.º 66/2015/CMA

SÉTIMA – A cessação da posição contratual da Segunda Outorgante carece de prévia autorização do Primeiro Outorgante e depende da apresentação de proposta fundamentada e dos documentos de habilitação do cessionário.

OITAVA – A resolução e denúncia do contrato opera nos termos estabelecidos no Caderno de Encargos e no Código dos Contratos Públicos.

Documentos que instruem este contrato, e que dele são parte integrante, para todos os devidos e legais efeitos:

Proposta, reprodução de Certificado Permanente, Procuração, reprodução de Certificados de Registo Criminal, reprodução da Certidão de Situação Tributária Regularizada, reprodução da Declaração de Situação Contributiva Regularizada, reprodução do Projeto de Decisão de Adjudicação, datado de 18 de maio de 2015, Convite e Caderno de Encargos.

Os Outorgantes leram e compreenderam este contrato, que aceitam, nos termos atrás exarados, obrigando-se ao seu integral cumprimento.

Este contrato foi lido aos representantes dos Outorgantes, na presença simultânea dos mesmos, a quem foi explicado o seu conteúdo e efeitos, depois do que vai ser assinado por todos e por mim, Maria de la Concepcion Moreira Ferreira, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, servindo de oficial pública.

Águeda, 12 de junho de 2015

O Primeiro Outorgante,
Gil Nadeis Resende da Fonseca

A Segunda Outorgante,
Augusto Eduardo Guimarães de Medina
Mónica Leonor Moreira Coelho

A Oficial Pública,
Maria de la Concepcion Moreira Ferreira

ÁGUEDA
CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO N.º 66/2015/CMA

Praga do Município – 3754-509 ÁGUEDA PORTUGAL
Tel (+351) 234610070 – Fax (+351) 234610078 – Linha Verde: 800203197
e-mail: presidencia@cm-aguada.pt – www.cm-aguada.pt
NIF 501006436

Figura 10. Documento comprovativo do arranque do processo de delimitação da ARU.
Fonte: CMA, 2015.

i. *Objetivos estratégicos*

Os objetivos estratégicos do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU), a uma escala mais alargada, decorrem do quadro de objetivos estratégicos definidos no âmbito da delimitação da ARU e elaboração do respetivo Plano Estratégico de Reabilitação Urbana atualmente em desenvolvimento para a Cidade de Águeda, e culminam na ambição de fomentar uma melhoria efetiva do ambiente urbano, através da regeneração, reabilitação e valorização do tecido edificado e do espaço público envolvente com vista à promoção de melhores condições urbanas e ambientais que contribuam para atrair e fixar população e atividades económicas.

Em termos de objetivos estratégicos, pretende-se que o processo desencadeado pela formalização da ARU permita a dinamização e o fortalecimento de uma polaridade urbana qualificada, aglutinadora de novas funções inovadoras, regida por parâmetros de grande qualidade urbana e ambiental, focando-se na redução da poluição do ar e do ruído, com condições para atrair novas funções urbanas, novas atividades produtoras de emprego e novos residentes, potenciando o contributo do centro urbano de Águeda para o desenvolvimento do concelho e para a estruturação do sistema urbano regional. Neste contexto na delimitação da ARU, processo mais transversal e com objetivos que são respondidos nas várias PI mobilizadas e não exclusivamente na PI 6.5 associada ao PARU, foram delineados os seguintes objetivos estratégicos:

1. Promover a articulação e integração dos diferentes espaços urbanos existentes na Cidade de Águeda - este objetivo surge da preocupação de assegurar uma maior interligação dos diferentes espaços urbanos da Cidade, numa lógica de complementaridade de funções e fortalecimento de ligações.
2. Estimular e apoiar a reabilitação do edificado degradado ou funcionalmente inadequado e dos espaços públicos desqualificados - A caracterização realizada à ARU evidencia a existência de diversos núcleos degradados e desqualificados, como é o caso do núcleo histórico, de Paredes, de Assequins e de habitações sociais. Com isto, entende-se necessário estimular e apoiar a intervenção, física e funcional, ao nível do edificado e do espaço público.
3. Atrair e fixar um conjunto de atividades económicas diferenciadas - Este objetivo encontra-se relacionado com o desenvolvimento de novas dinâmicas na Cidade, nomeadamente com a instalação de novas funções, capazes de atrair novos residentes que promovam o rejuvenescimento da população na ARU da Cidade de Águeda.
4. Promover a inclusão social das áreas mais vulneráveis e desfavorecidas do território – Este objetivo procura dar resposta às situações de degradação e desqualificação da malha urbana que dão origem ao surgimento de comunidades desfavorecidas com diversos problemas sociais.

5. Melhorar e incrementar as soluções de mobilidade urbana e de transporte sustentável - Cientes da importância da mobilidade urbana na qualidade de vida urbana, considera-se como um dos desígnios da intervenção na ARU a melhoria da mobilidade e acessibilidade de pessoas e bens, tendo sempre em presente a necessidade de promover a descarbonização da economia e da sociedade e a redução de emissões de poluentes atmosféricos.
6. Fortalecer a estrutura ecológica da Cidade e assegurar o seu equilíbrio - Para o desenvolvimento sustentável da Cidade, que será alavancado pela sua reabilitação urbana e ambiental, é essencial fortalecer a estrutura ecológica e assegurar o seu equilíbrio. Para tal, é de grande importância manter o esforço para uma maior aproximação do rio Águeda e do seu ecossistema natural ao tecido urbano da Cidade, através da formalização de uma rede contínua de espaços e áreas verdes. Por outro lado, é relevante promover iniciativas que contribuam para uma maior eficiência energética do espaço público e do edificado.

Em alinhamento com exposto, destacam-se para o PARU os objetivos estratégicos 1, 2, 3 e 6, que visam, respetivamente, a promoção de uma maior integração dos diferentes espaços urbanos existentes na Cidade de Águeda, o estímulo e apoio à reabilitação do edificado degradado ou funcionalmente inadequado e dos espaços públicos desqualificados, a consequente atração e fixação de um conjunto de atividades económicas diferenciadas, e o fortalecimento da estrutura ecológica da Cidade.

Neste contexto, respeitando a estrutura proposta pelo Portugal 2020 que propõe a definição da estratégia em Eixos, Medidas e Objetivos Estratégicos, o PARU assenta no seguinte eixo de intervenção central:

“Promover a qualidade do ambiente urbano e a dinamização sociocultural e económica da Cidade”.

Este eixo, cujo objetivo central é promover a apropriação da Cidade por parte dos seus residentes, qualificando os espaços públicos e edifícios e reforçando dinâmicas culturais e económicas, subdivide-se no seguinte conjunto de medidas e respetivos objetivos estratégicos:

- **Medida 2.1. Reabilitação de espaços públicos urbanos**
 - Qualificar os espaços públicos da Cidade, com especial ênfase nas áreas de maior utilização, onde se concentra o comércio e serviços e se registam as mais intensas dinâmicas urbanas.
- Prevêem-se nesta medida a reabilitação dos espaços públicos da baixa da Cidade, a reabilitação do espaço público envolvente à Casa do Adro, a reabilitação do Parque Municipal da Alta Vila. Todas estas operações estão localizadas na

envolvente de espaços recentemente intervencionados, nomeadamente no âmbito da PRU.

- **Medida 2.2. Reabilitação e refuncionalização de edifícios**

- Reabilitar edifícios públicos com funções âncora na vida da Cidade e apoio à reabilitação de edifícios privados.

Prevêem-se nesta medida a reabilitação integral de diversos edifícios com diferentes funções âncora na Cidade: mercado municipal (âncora estratégica da dinâmica económica e ligação urbano rural), centro de canoagem, conservatório e edifícios complementares onde funcionam diferentes atividades culturais e associativas, edifícios para residências de estudantes junto à Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA) e a reabilitação das piscinas e de um edifício para funções de apoio à infância. Ainda nesta medida integram-se a reabilitação de uma unidade industrial abandonada que se pretende seja um projeto-piloto e um marco na valorização da história industrial indissociável da história da Cidade; e a participação no IFRRU.

- **Medida 2.3. Gestão urbana e reforço da dinamização socioeconómica e cultural da Cidade**

- Reforçar a gestão e animação da Cidade, mobilizando a comunidade local e promovendo atividades económicas e culturais valorizadoras dos espaços urbanos.

Esta medida integra dois projetos imateriais, o primeiro corresponde à Promoção de atividades de gestão urbana e dinamização sociocultural e económica da Cidade e o segundo á implementação e um Sistema de gestão da qualidade do ar e ruído na Cidade de Águeda.

Com vista a concretização da estratégia do PARU prevê-se o envolvimento da comunidade e das entidades responsáveis pela dinamização de funções urbanas estruturantes. Considerando as regras de elegibilidade das operações na presente PI, apenas a autarquia será promotora das operações aqui enquadradas, contudo, após aturada ponderação sobre as múltiplas entidades com um papel ativo na “vida” da Cidade prevê-se que diversos atores venham a intervencionar espaços que sejam proprietários, contribuindo assim para a concretização do PEDU. Nesta ponderação, e tendo em conta a diversidade de atores, mais do que listá-los exaustivamente, importa reforçar que todas as entidades públicas e privadas com sede ou proprietárias de espaços na ARU que os qualifiquem (em consonância com o PEDU) deverão ser consideradas elegíveis a cofinanciamento não reembolsável ou a instrumentos financeiros.

A mobilização dos privados (com ou sem fins lucrativos) assume neste contexto uma importância de destaque uma vez que a autarquia prevê a alocação de uma parte de FEDER ao Instrumento Financeiro a criar. Importará acautelar o prévio conhecimento das regras de funcionamento do

mesmo e o papel da autarquia na validação dos pedidos dos proprietários de edifícios na ARU. Neste sentido, e independentemente de haver alocação de FEDER ao IFRRU, a mobilização dos privados para a reabilitação do seu património é uma das tarefas prioritárias da autarquia que assumiu já o compromisso de apoiar a reabilitação urbana aquando do processo de delimitação da ARU. Informar e apoiar os agentes privados será um fator crítico do sucesso do PARU. Complementarmente são apresentados valores meramente indicativos, uma vez que as entidades não são elegíveis no presente aviso, reforçando que, no caso dos privados, esse valor integra o Instrumento Financeiro e, no caso das outras entidades públicas – não elegíveis aqui, o valor deve ser tido em consideração pela AG do PO uma vez que é da máxima pertinência para a concretização global da estratégia de regeneração urbana.

Destaca-se a previsão de FEDER a mobilizar para apoio a outras entidades públicas que, não tendo investimentos detalhados no presente PEDU, são cruciais para a reabilitação e dinamização da Cidade e que deverão ser objeto de apoios 2014-2020. Neste contexto os investimentos a realizar por estas entidades públicas também em outras PI que não a 6.5. Conforme exposto ao longo do documento, em termos de entidades públicas destacam-se as seguintes: Rede Ferroviária Nacional, EP, Agrupamentos de Escolas, ESTGA, Associação Comercial de Águeda, Cancioneiro de Águeda, Conservatório de Música de Águeda, Orquestra Típica de Águeda, Paróquia, todas as IPSS, bem como entidades associativas e cooperativas. Este conjunto de parceiros é meramente indicativo, sendo o trabalho de mobilização um desafio permanente.

No que se refere a entidades privadas com e sem fins lucrativos, de acordo com o aviso de candidatura e respetivas FAQ as mesmas não são diretamente elegíveis aos cofinanciamentos não reembolsáveis, não sendo por isso acederão ao IFRRU. Em termos de identificação de entidades, a mesma é feita por tipologias.

Tabela 13. Previsão da participação dos vários atores – Instrumento Financeiro

Montante Fundo - A alocar a instrumento financeiro (€)		
Tipos de entidades (FAQ 16)	território	montante do Instrumento financeiro
Entidades Públicas (CMA, etc.)	ARU	2.000.000,00€
6.5 - Privados sem fins lucrativos (IPSS, associações, coletividades, etc) - Todas as entidades privadas sem fins lucrativos com sede na ARU ou proprietárias de espaços na ARU que possam vir a intervencioná-los, contribuindo para a estratégia definida no PEDU/PARU.	ARU	3 000 000,00 €
6.5 - Privados (proprietários de imóveis com fins residenciais ou outros)	ARU	3 000 000,00 €
9.8 - Privados (proprietários de imóveis em áreas PAICD)	Áreas PAICD	
Total		8 000 000,00 €

Nota: Em resposta ao disposto nos pontos 16 e 18 da FAQ publicadas pelo Portugal 2020

FAQ:

“na elaboração dos PEDU não é exigível a identificação das intervenções nos edifícios em concreto, nem a identificação dos proprietários como copromotores. Em termos de planeamento, é exigível a previsão da participação dos vários atores, associando, a título indicativo, o volume financeiro global para cada tipo de entidades (autarquias, outras entidades públicas e privados).”

“na elaboração do PEDU não é exigível a identificação das intervenções nos edifícios em concreto (nem identificar todos os proprietários como copromotores), mas a previsão, em termos de planeamento, da participação dos vários atores, associando, a título meramente indicativo, um volume financeiro global para cada tipo de entidade (autarquias, outros públicos e os privados).”

ii. Planta de delimitação territorial do perímetro em que se pretende intervir

O RJRU (Lei n.º 32/2012 de 14 de agosto) define uma ARU como “a área territorialmente delimitada que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, designadamente no que se refere às suas condições de uso, solidez, segurança, estética ou salubridade, justifique uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana aprovada em instrumento próprio ou em plano de pormenor de reabilitação urbana” (alínea b) do artigo 2.º). Com isto, o equilíbrio na composição da ARU é fundamental para a montagem de uma operação de reabilitação urbana, que pela sua própria natureza integrada, se destina não só a produzir efeitos ao nível da qualificação urbanística, ambiental e patrimonial do espaço a intervir, mas também (e sobretudo) a promover as condições que permitam estimular o desenvolvimento económico e a coesão social neste território.

Neste sentido, na delimitação da ARU de Águeda foram tidos em consideração os seguintes critérios:

- Coerência com a configuração e evolução da estrutura urbana da Cidade;
- Coerência com os instrumentos de gestão do território, de planeamento estratégico e de programação de investimentos públicos mais recentes e em vigor, com destaque para o Plano Diretor Municipal de Águeda;
- Integração dos espaços e tecidos urbanos degradados e obsoletos que carecem de uma estratégia integrada de reabilitação urbana, em que os investimentos de natureza pública em reabilitação de equipamentos e requalificação dos espaços públicos sejam acompanhados de um programa de estímulos à iniciativa privada;
- Integração dos elementos estruturantes da malha urbana da Cidade de Águeda, essenciais para a coesão e a valorização da paisagem urbana;
- Integração dos principais elementos do património histórico e arquitetónico da Cidade.
- Delimitação de uma área continua e com lógicas urbanas comuns, com funções diversificadas e complementares, permitindo alavancar e perpetuar uma estratégia de regeneração urbana.

Face ao exposto, a proposta de delimitação da ARU da Cidade de Águeda teve como base a análise detalhada das características e dinâmicas do seu perímetro urbano, definido de acordo com a proposta de Plano Diretor Municipal. Com base nas características físicas e socio-funcionais do território foram identificados e caracterizados os principais pontos críticos, que apresentam insuficiências e sinais de degradação ou de desqualificação urbana, que justificam a integração em ARU para efeitos de desenvolvimento de operações de reabilitação urbana. São, neste caso, evidenciados e integrados na ARU da Cidade de Águeda:

- O núcleo histórico e tradicional e a frente ribeirinha de Águeda, onde o edificado se encontra degradado. Este espaço integra os principais valores históricos e patrimoniais da Cidade de Águeda;
- O núcleo de Asseguins, a nascente do núcleo central da Cidade, onde o edificado se encontra muito degradado e o espaço público desqualificado. É pontuado por unidades industriais e armazéns devolutos e em estado avançado de degradação;
- O núcleo de Paredes, a poente do núcleo central da Cidade, onde são débeis as condições de habitabilidade do parque edificado e a qualidade do espaço público e espaços verdes, possuindo também problemas de integração social;
- O núcleo central e funcional da Cidade de Águeda (que integra o núcleo histórico e tradicional) onde é visível, apesar de todo o progresso verificado, a insuficiência e a degradação de alguns equipamentos, espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, sendo por isso necessária uma intervenção integrada;
- As habitações sociais, localizadas na Rua Engenheiro Carlos Rodrigues, cujos edifícios e espaço público se encontram em elevado estado de degradação e desqualificação;
- Os principais elementos estruturantes da malha urbana da Cidade, nomeadamente os eixos viários estruturantes que contribuem para a imagem urbana e que condicionam a coesão da Cidade de Águeda;
- Os espaços verdes de referência, como a zona ribeirinha e o parque da Alta Vila;
- Os principais valores patrimoniais existentes, com destaque para o parque de Alta Vila e a Casa da Carapeteira, classificados de património de interesse municipal, outros Imóveis de Interesse Patrimonial, como é o caso da Igreja Paroquial de Santa Eulália, a Capela de São Pedro, a Capela de São Sebastião, a Estação CP de Águeda, as “casas de brasileiros”, e, ainda, alguns Imóveis em vias de classificação. São ainda abrangidos alguns Elementos de Interesse Patrimonial, como é o caso de fontes e cruzeiros, que necessitam ser valorizados.

A ARU de Águeda foca-se, assim, no núcleo central da Cidade, integrando as áreas adjacentes que com este possuem fortes relações físicas e funcionais e/ou aquelas que, por razões estratégicas e pelas suas condições locativas, urbanísticas, patrimoniais e socioeconómicas, podem contribuir decisivamente para o processo de reabilitação do núcleo histórico da Cidade,

conferindo maior 'massa crítica' à intervenção e, por essa via, melhores condições para a sua viabilização. A mesma abrange, como já referido, 182,6 ha, constitui cerca de 11% do perímetro urbano da Cidade de Águeda, e procura solucionar os principais problemas funcionais e de desqualificação do espaço público e do parque edificado.

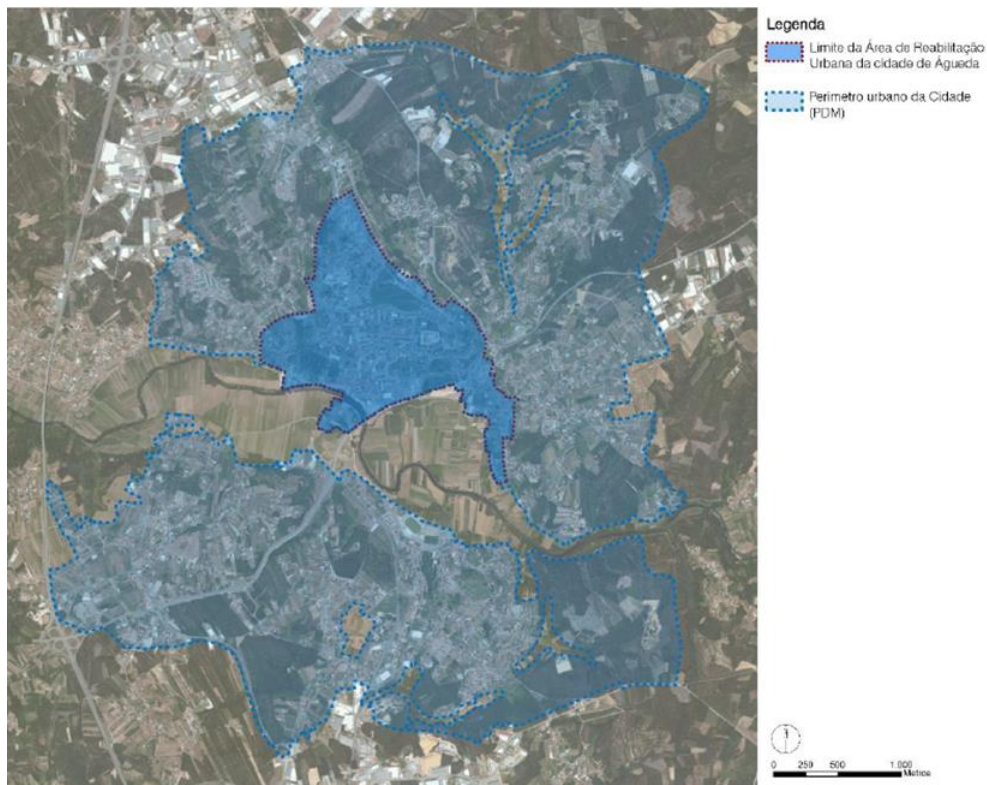


Figura 11. Enquadramento territorial da ARU da Cidade de Águeda no perímetro urbano definido no PDM de Águeda.
Fonte: CMA, 2015.

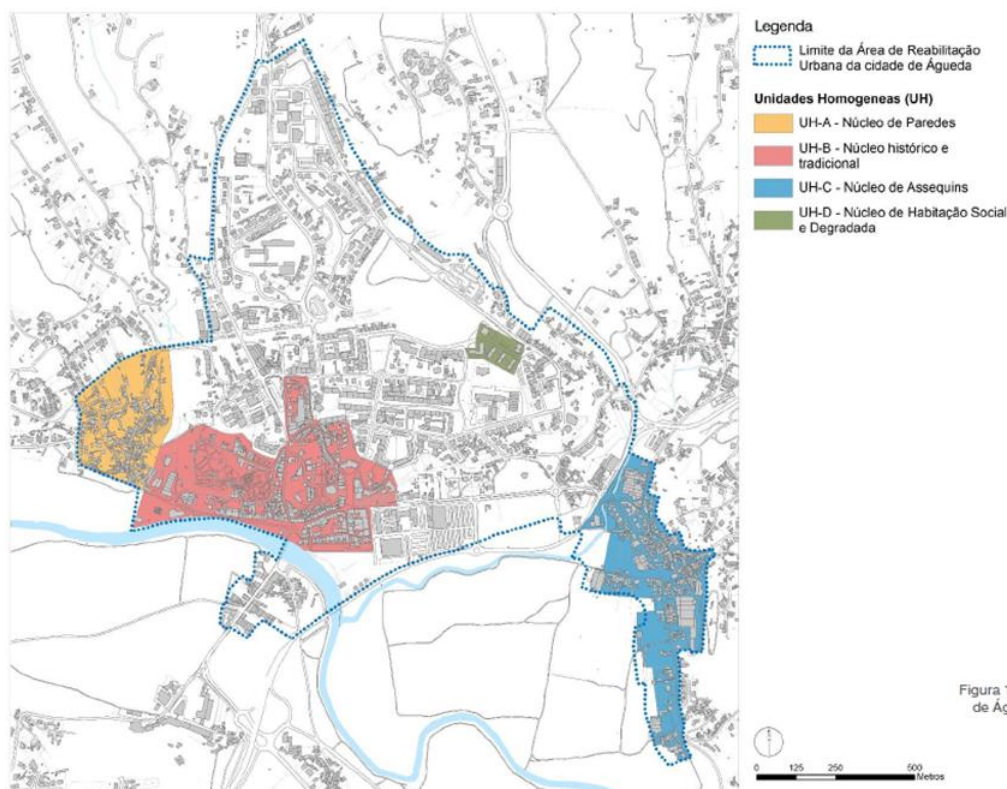


Figura 12. Enquadramento da ARU da Cidade de Águeda no perímetro urbano definido no PDM de Águeda.
Fonte: CMA, SPI, 2015.

iii. *Modelo habitacional*

A ARU da Cidade de Águeda abrange um território com 182,6 ha, na freguesia de Águeda, e insere-se no perímetro urbano da Cidade cuja área ronda os 1725 ha.

De acordo com o recenseamento da população de 2011, residem na ARU cerca de 4600 indivíduos, o que representa 9,7% do total da população concelhia. Esta população tem um perfil etário em que sobressaem as classes mais idosas (23,1% dos residentes na ARU possui mais de 65 anos, quando comparado com 19,6% da população total do concelho). Este fenómeno é evidente no valor do índice de envelhecimento, bastante superior ao da Cidade de Águeda e do concelho (202 na ARU, 130 na Cidade de Águeda e 152 no concelho).

Ao analisar a evolução demográfica 2001/2011, constata-se que na ARU houve um decréscimo da população na ordem dos 12,7%, valor significativamente superior ao verificado à escala municipal (de -2,7%). Durante o mesmo período, foi observado igualmente uma diminuição substancial da população jovem (cerca de 27%) e um aumento de população idosa (em 13%).

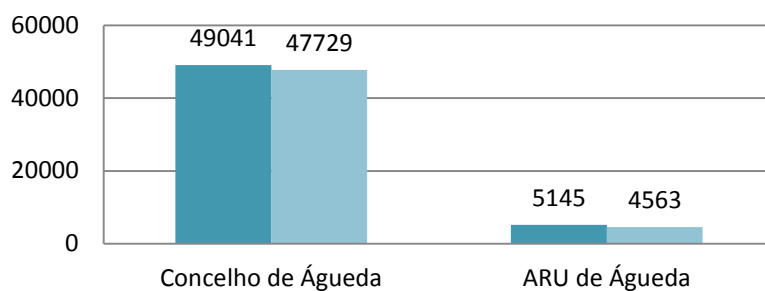


Figura 13. Variação da população residente, 2001 e 2011.

Fonte: Censos 2001 e 2011 - Importação dos principais dados alfanuméricos e geográficos (BGRI).

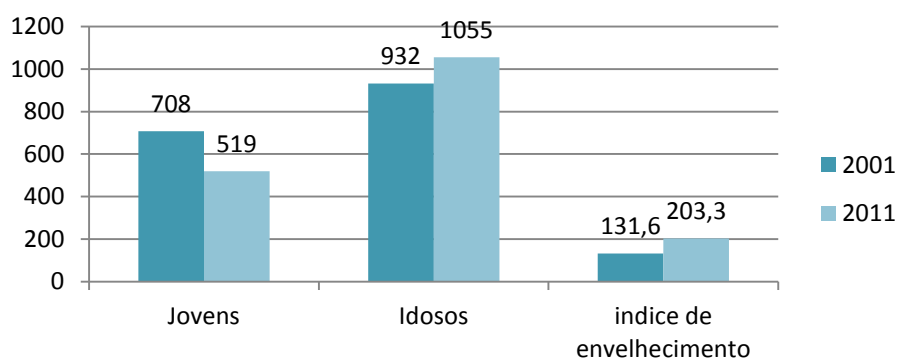


Figura 14. Variação da população residente no ARU, 2001 e 2011.

Fonte: Censos 2001 e 2011 - Importação dos principais dados alfanuméricos e geográficos (BGRI).

A população residente distribui-se de forma assimétrica na ARU, existindo zonas de maior concentração populacional. A densidade populacional média da ARU é de cerca de 16 habitantes por hectare, contudo ao analisar este indicador à subsecção estatística, verifica-se que existem unidades onde a densidade populacional é elevada, atingindo valores superiores a 150 habitantes por hectare.

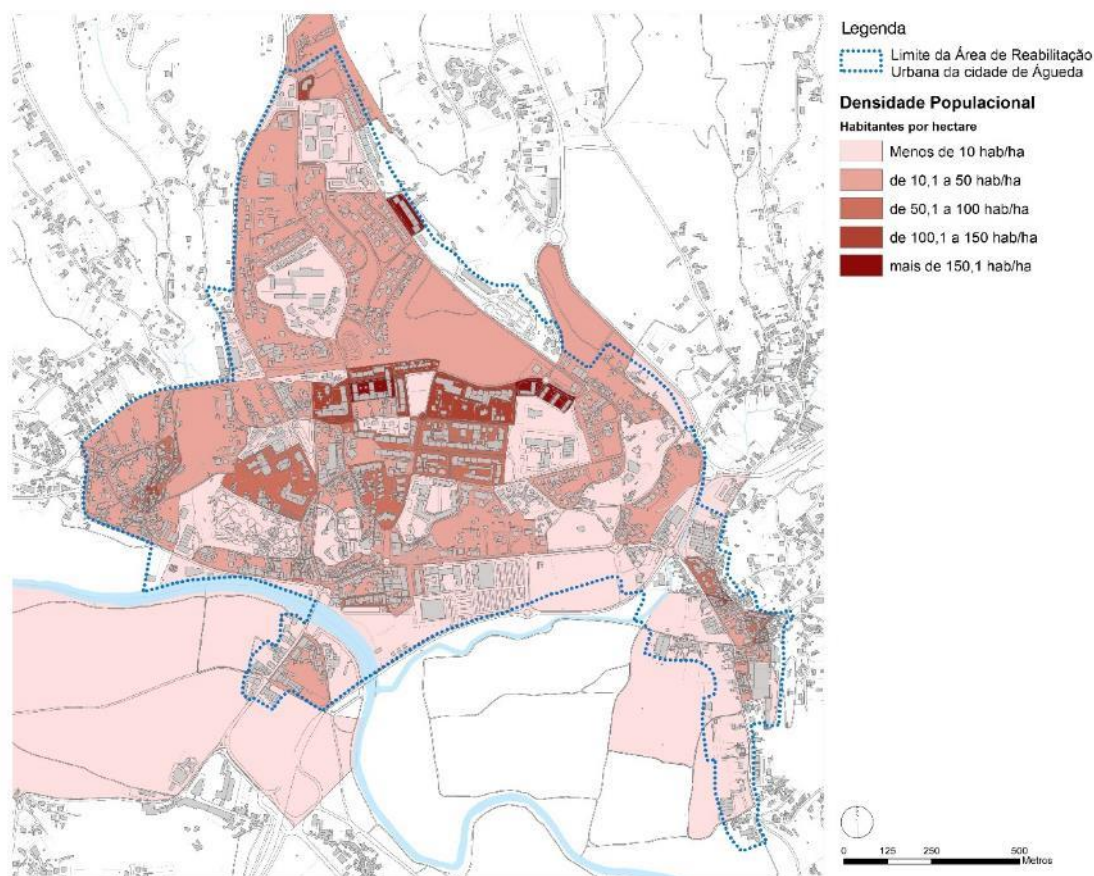


Figura 15. Densidade populacional na ARU de Águeda (subsecções estatísticas)

Fonte: CMA/SPI, tendo como base o recenseamento da população e habitação de 2011, INE, 2015

Relativamente ao edificado, na ARU existem cerca de 1200 edifícios, maioritariamente de um ou dois pisos e de uso residencial (84% exclusivamente residenciais). Estes edifícios correspondem a 2688 alojamentos (12% do total concelhio). Registe-se que cerca de 450 dos alojamentos se encontram vagos.

Face às diferentes características morfológicas, urbanísticas e socioeconómicas da ARU, foram identificadas 4 Unidades Homogéneas (UH) no seu interior: núcleo de Paredes (UH A); núcleo histórico e tradicional (UH B); núcleo de Assequins (UH C) e núcleo de habitações sociais e degradadas (UH D). De referir que todas apresentam fragilidades urbanísticas e sociais.



Figura 16. Enquadramento territorial da UH-A – Núcleo de Paredes

Fonte: CMA, SPI, 2015

O núcleo de Paredes, na zona poente da ARU, destaca-se pela sua malha edificada compacta e complexa. As edificações de pequena dimensão desenvolvem-se em redor de ruas estreitas e sinuosas, que acompanham a morfologia acidentada do território. A malha urbana desta unidade é caracterizada pela inexistência de elementos marcantes ou espaço públicos de referência (pequenos largos ou cruzamentos) e por uma rede viária orgânica e desestruturada.

Este núcleo é predominantemente habitacional (81%) e possui um nº significativo de edifícios devolutos (cerca de 15%). A maioria dos edifícios é de 2 pisos (63%), caracterizando-se por uma ocupação urbana de edificado agrupado de baixa volumetria, não existindo edifícios com 4 ou mais pisos.

Nesta UH residem cerca de 350 indivíduos, equivalente a 7,2% da população da ARU. Na última década, registou-se aqui um decréscimo populacional de 10%, acompanhando a tendência de esvaziamento que se regista na generalidade da ARU. O núcleo de Paredes é caracterizado por um elevado índice de envelhecimento (706 idosos por 100 jovens) e por um baixo nível de escolaridade (52,6% da população possui um nível de escolaridade inferior ao 1º CEB).

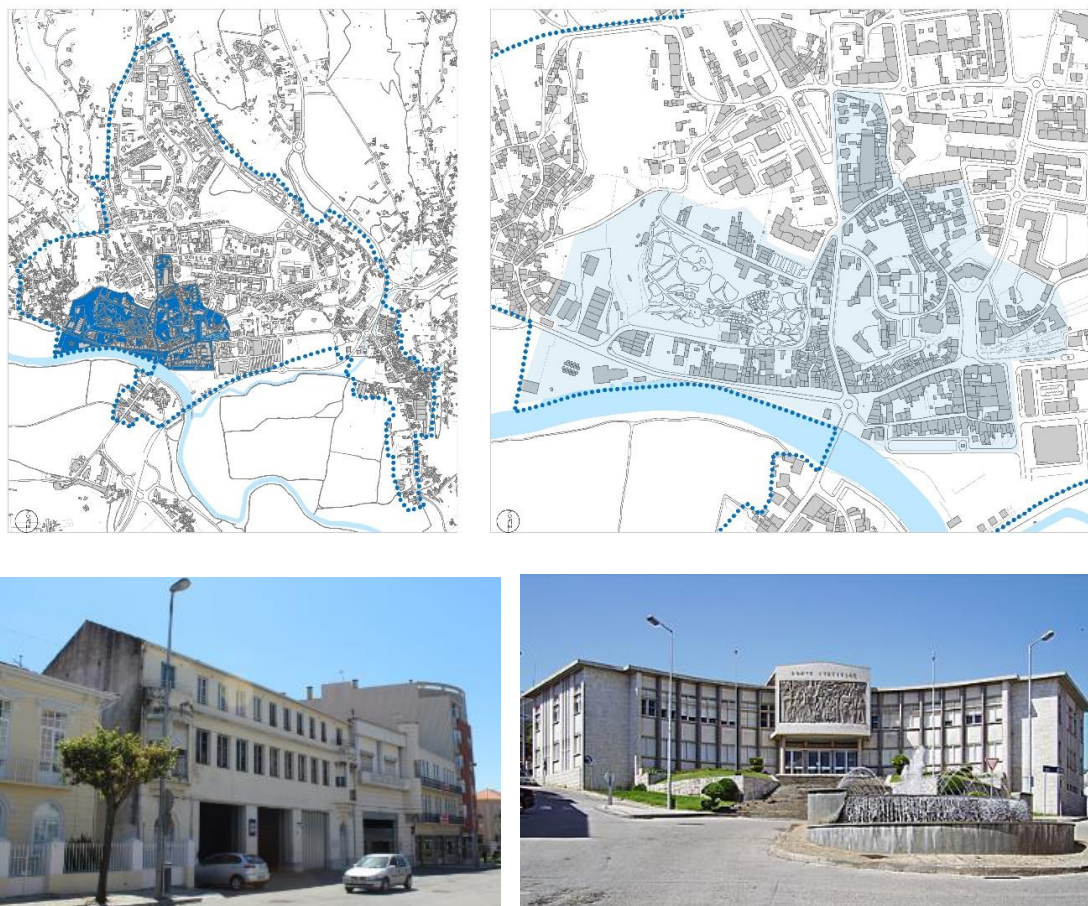


Figura 17. Enquadramento territorial da UH-B – Núcleo histórico e tradicional de Águeda

Fonte: CMA, SPI, 2015

A UH B compreende o núcleo histórico e tradicional da Cidade de Águeda, incluindo a sua zona ribeirinha. Correspondente à génese da Cidade suportada pela EN1, caracteriza-se por uma estrutura viária irregular, que acompanha a morfologia sinuosa. Nesta unidade destacam-se diversos espaços públicos de referência, como a Praça Conde de Águeda, o Parque Municipal da Alta Vila e a zona ribeirinha. Importa destacar o elevado estado de degradação e subaproveitamento do Parque de Alta Vila, importante elemento verde da malha urbana, e com grande potencial.

Esta é também a zona de maior concentração de comércio, verificando-se uma distribuição equitativa de edifícios de usos exclusivamente habitacional (27%) e edifícios de uso misto (27%). Verifica-se, também, um peso significativo de edifícios devolutos (23% do parque edificado). Nesta UH cerca de 50% dos edifícios é de 2 pisos e 35% de 3 pisos (35%), características de uma ocupação urbana mais consolidada. Em termos de estado de conservação, existem mais de 120 edifícios a necessitar de intervenção de reabilitação profunda, registando-se edifícios em ruína.

Em 2011, nesta UH residiam de 461 indivíduos, tendo-se observado um decréscimo populacional significativo (-13 % da população entre 2011 e 2001), à semelhança da média da ARU. Esta UH apresenta um índice de envelhecimento elevado, embora inferior à média da ARU e das restantes UH (200 idosos para 100 jovens). É caracterizada por uma população com maiores níveis de escolaridade, principalmente se comparada com as restantes UH, e apresenta a menor taxa de desemprego (11,8%).

Na UH-B destaca-se a existência de diversos equipamentos (de culto, administrativos e culturais), que atraem população, induzindo dinâmicas positivas no núcleo histórico e tradicional.

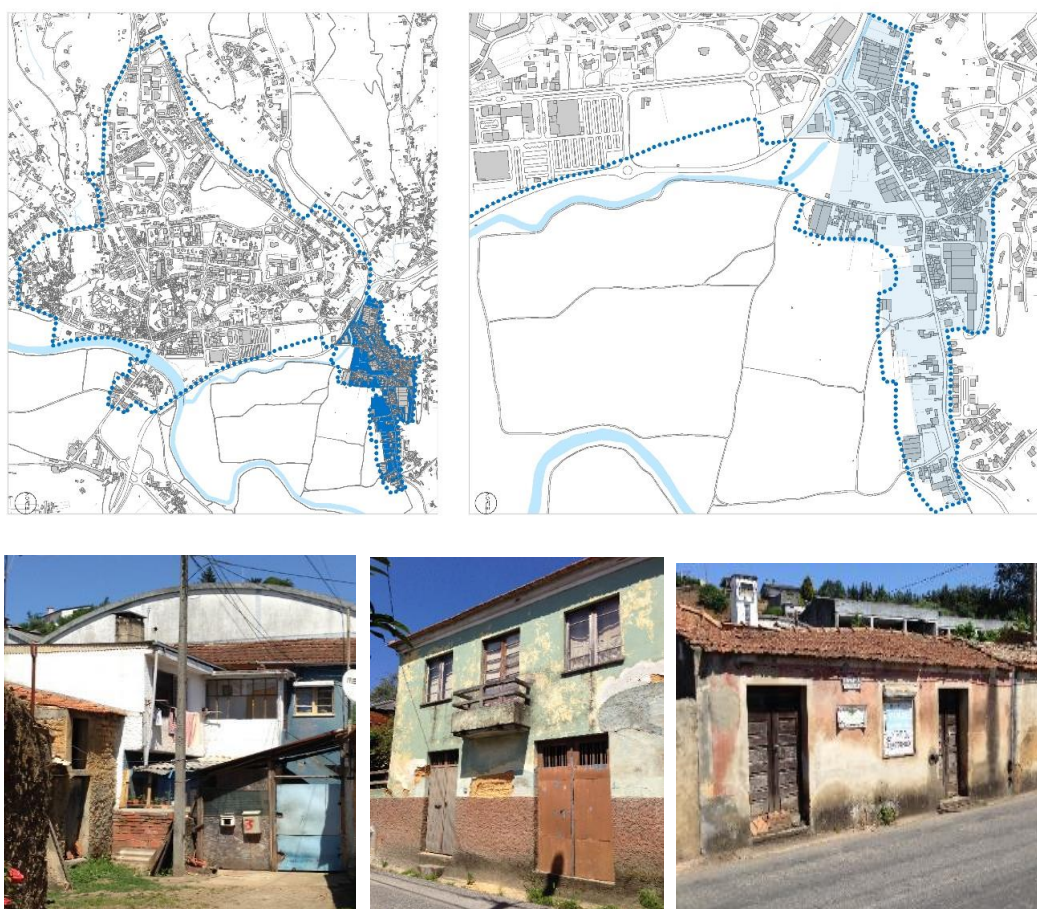


Figura 18. Enquadramento territorial da UH-C – Núcleo de Assequins

Fonte: CMA, SPI, 2015

Na zona nascente da ARU localiza-se o núcleo de Assequins, cujo crescimento urbano se encontra associado ao desenvolvimento industrial do concelho, como comprova o número de unidades industriais atualmente desativadas.

Para além de unidades industriais devolutas de grande dimensão, que se localizam a norte e a sul do núcleo de Assequins, este é pontuado por pequenas indústrias e armazéns. Em 2011, a maioria da população empregada de Assequins encontrava-se afeta ao setor secundário (52,6%), contrariando a preponderância do setor terciário registada na ARU (66,1%).

Em 2011, nesta UH residiam 372 indivíduos, tendo-se registado um decréscimo populacional na última década (-11% entre 2001 e 2011), acompanhando a tendência da globalidade da ARU. A população idosa supera em grande número a população jovem, verificando-se um índice de envelhecimento de 215.

No que diz respeito ao edificado, destaca-se a existência de um número elevado de edifícios devolutos (58 edifícios correspondentes a 24,5% do parque edificado) e em mau estado de conservação, ultrapassando o valor registado nas restantes unidade homogéneas.



Figura 19. Enquadramento territorial da UH-D – Núcleo de habitação social e degradada

Fonte: CMA, SPI, 2015

A UH D engloba 9 edifícios construídos com fins de habitação social. Estas edificações foram construídas ao abrigo de programas públicos de habitação social, por uma cooperativa de habitação e pela Caixa de Previdência.

Em 2011, residiam 181 indivíduos/81 famílias nesta UH. Ao analisar a estrutura etária da população verifica-se que mais de metade da população (57%) se encontra entre os 25 e os 64 anos de idade, retrato muito diferente das restantes unidades homogêneas, que não atingem os 50% neste escalão etário. A proporção de idosos (19%) e o índice de envelhecimento (170) é inferior à média da ARU. Em contraste, em 2011, regista-se uma elevada taxa de desemprego (19,8%), muito superior à da ARU (11,3%) e do concelho (10,1%). A população residente encontra-se maioritariamente empregada no setor terciário (66,1% dos indivíduos residentes empregados), à semelhança da generalidade da ARU.

Entre as dinâmicas de regeneração urbana já existentes destaca-se o Programa Parcerias para a Regeneração Urbana (PRU) da Cidade que permitiu a intervenção e requalificação de múltiplos espaços e equipamentos urbanos, tendo sido a sua promoção fruto de uma parceria da autarquia com diversas entidades locais. Complementarmente a autarquia, através da definição da ARU e respeitando o RJRU irá aplicar medidas de incentivo à reabilitação do edificado.



Figura 20. Fotografias das intervenções recentes de regeneração urbana
Fonte: CMA, SPI, 2015 e publicação CMA – Águeda Uma Visão

iv. *Modelo económico*

A Cidade de Águeda tem a sua génese indissociável da dinâmica empresarial/industrial que caracteriza o concelho. Alicerçada na confluência de vias estruturantes nacionais, como é o caso da EN1, aqui se foram localizando diversas indústrias (a sua maioria no setor da metalomecânica e cerâmica) e, na altura ainda à margem de qualquer demanda de ordenamento funcional do território, as habitações dos que nela laboravam. A prosperidade do tecido económico rapidamente levou à necessidade de expansão do mesmo, o que não foi possível no centro urbano que entretanto se adensava de habitações e equipamentos. Neste contexto, a partir da década de 90, surgiram áreas industriais periféricas para onde se deslocaram indústrias e para onde se deslocam diariamente milhares de trabalhadores. A Cidade foi-se refuncionalizando e crescendo, sendo contudo ainda possível encontrar algumas unidades industriais devolutas em zonas centrais que permitem ainda perceber esse apogeu industrial aqui sediado.



Figura 21. Antigas unidades industriais na EN1, EN333 e EN230
Fonte: Google earth, www.google.pt/maps/ e SPI, 2015

Atualmente, o modelo económico¹⁰ do concelho assenta nas quase 5000 empresas aqui sediadas, correspondendo a 12% do total de empresas do Baixo Vouga e 2,1% da Região Centro. Em termos setoriais, tendo por base a classificação por CAE¹¹, observa-se uma forte concentração de empresas no setor terciário (G a S), cerca de 70% das empresas, seguido do sector secundário

¹⁰ Segundo o Anuário Estatístico da Região Centro. 2013, INE 2014.

¹¹ CAE: Classificação Portuguesa de Atividades Económicas. A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, B - Indústrias extrativas, C - Indústrias transformadoras, D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio, E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição, F - Construção, G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, H - Transportes e armazenagem, I - Alojamento, restauração e similares, J - Atividades de informação e de comunicação, K - Atividades financeiras e de seguros, L - Atividades imobiliárias, M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares, N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio, O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória, P - Educação, Q - Atividades de saúde humana e apoio social, R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas, S - Outras atividades de serviços.

(de B a F), particularmente associado à Indústria transformadoras e Construção, representando este último 25,5% do total. Em termos de proporção do volume de negócios, os valores rondam também os 12% no peso sub-regional.

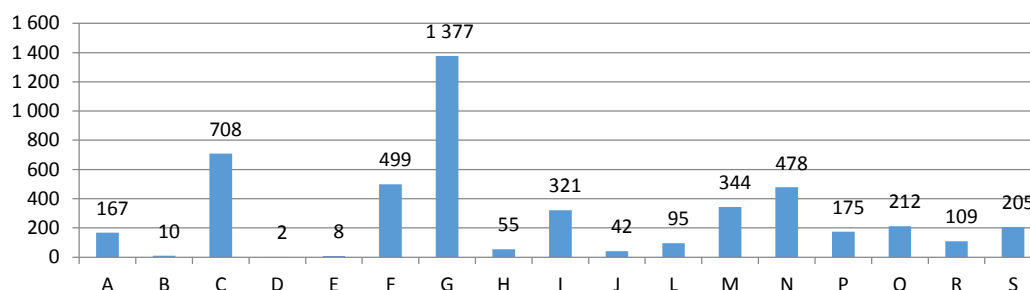


Figura 22. Número de empresas com sede em Águeda por setor de Atividade

Fonte: Anuários Estatísticos da região Centro 2013, INE 2014

Em 2012, encontravam-se empregados 18341 indivíduos¹², 9551 dos quais na indústria transformadora, e 3960 no comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos.

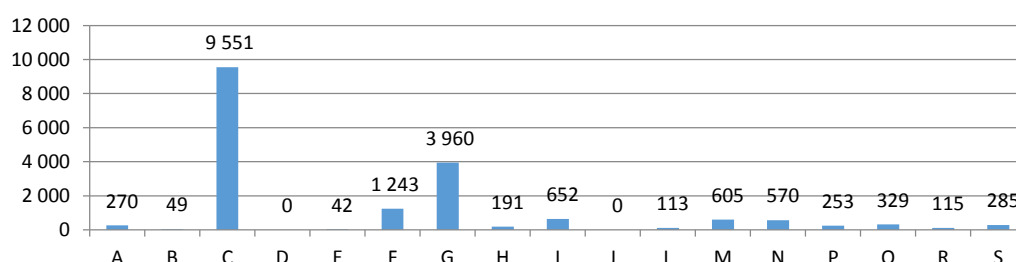


Figura 23. Pessoal ao serviço das empresas com sede em Águeda por setor de atividade

Fonte: Anuários Estatísticos da região Centro 2013, INE 2014

No território da ARU, de acordo os censos de 2001 e 2011, verificou-se um aumento exponencial do nº de indivíduos residentes desempregados (duplicou), particularmente de desempregados associados à procura de novo emprego. Durante o mesmo período, observou-se igualmente um aumento de indivíduos residentes pensionistas/reformados (acréscimo 216 indivíduos residentes pensionistas/reformados).

¹² No Anuário Estatístico do Centro 2013, encontravam-se omissos os valores para os setores D e J.

Tabela 14. Caracterização económica dos indivíduos residentes na ARU, em 2001 e 2011.

Unidade Territorial	Ano	Total	Indivíduos residentes desempregados		Indivíduos residentes empregados	Indivíduos residentes pensionistas ou reformados	Indivíduos residentes a trabalharem no município de residência
			à procura do 1º emprego	à procura de novo emprego			
ARU	2001	112	12	100	2551	909	2113
	2011	245	40	205	1933	1125	1598

Fonte: INE, Censos 2011, com base nos dados relativos às subsecções.

A população empregada diminuiu cerca de 25%. De notar ainda que no mesmo período se regista na ARU uma forte transformação do perfil de emprego, com a diminuição do peso do setor secundário e aumento do terciário (redução de 43,1% para 36,2% no setor secundário e aumento de 56,5% para 63,6%, no setor terciário).

Em 2011, a distribuição de indivíduos residentes por setor de atividade na ARU era de 0,2% no setor primário, 36,2% no setor secundário e 63,6% no setor terciário.

Tabela 15. Indivíduos residentes empregados por setor de atividade na ARU.

Unidade Territorial	Ano	Indivíduos residentes empregados	Indivíduos residentes empregados					
			Sector Primário		Sector Secundário		Sector Terciário	
			Nº	%	Nº	%	Nº	%
ARU	2001	2551	10	0,4	1099	43,1	1442	56,5
	2011	1933	4	0,2	700	36,2	1229	63,6

Fonte: INE, Censos 2011, com base nos dados relativos às subsecções.

À semelhança do que acontece no contexto da ARU, destaca-se uma reduzida presença (quase nula) do setor primário em qualquer uma das Unidades Homogéneas analisadas. Evidencia-se um peso significativo, tanto do setor terciário, responsável por mais de 60% do emprego nas UH-B e UH-D, como do setor secundário, responsável por mais de metade do emprego na UH-C. De notar que na UH-A, o peso do setor secundário e terciário é idêntico.

Tabela 16. Indivíduos residentes empregados por setor de atividade, por Unidade Homogénea.

Unidade Territorial	Indivíduos residentes empregados		
	Sector Primário	Sector Secundário	Sector Terciário
	%	%	%
ARU	0,2	36,2	63,6
Unidade Homogénea A	0	49,6	50,4
Unidade Homogénea B	0,6	30,3	69,1
Unidade Homogénea C	0,7	52,6	46,7
Unidade Homogénea D	0	33,9	66,1

Fonte: INE, Censos 2011, com base nos dados relativos às subsecções.

Acresce à presente informação, a informação já trabalhada no âmbito do PERU e constante dos documentos anexos à presente candidatura (R2 e R3).

Reconversão funcional e revitalização do tecido empresarial local

Ao longo dos anos, a indústria das ferragens, cuja génese se deve em grande parte ao empreendedorismo de antigos ilustres aguedenses, deu origem a outro dos sectores âncora na economia concelhia - o sector da metalomecânica - que rapidamente extravasou o fabrico de ferragens e se afirmou com novos produtos, de entre os quais se destacam as bicicletas. O fabrico de bicicletas é um testemunho evidente da capacidade de racionalização e adaptação dos aguedenses, reinventando saberes na criação de novos produtos.

A par com o assinalável e reconhecido dinamismo do tecido empresarial do concelho, salienta-se ainda o esforço da Câmara Municipal na criação de condições para a atração e fixação de atividades económicas, referindo-se iniciativas como o Parque Empresarial do Casarão, a Linha de Apoio ao Empresário, a Incubadora de Empresas de Águeda, a Incubadora Cultural (em fase de conclusão), o *Lighting Living Lab*, o Projeto *Águeda Concept*, entre outros.



Figura 24. Projeto “Águeda Concept”, Parque empresarial do Casarão e Logótipo do *Lighting Living Lab*

Fonte: CM Águeda, 2015

A ARU é caracterizada pela elevada concentração de comércio e serviços / equipamentos públicos. Como referido anteriormente é no centro da Cidade (UH B e áreas contíguas) que se concentra o comércio urbano, com especial expressão, na zona alta da Cidade, na Praça do Município e envolvente, Av. Dr. Eugénio Ribeiro e Largo António Breda, e, na zona baixa, na Rua Luís de Camões, Praça da República, Rua Dr. Elísio Sucena e Rua Celestino Neto/Rua Rio Grande (envolvente ao mercado e ao GICA).



Figura 25. Concentração de comércio local na zona histórica de Águeda (incluída na ARU) - Rua Luís de Camões

Fonte: CMA, SPI, 2015

Alguns dos espaços comerciais da Cidade encontram-se em espaços já exclusivamente pedonalizados (peões e bicicletas) que inclusive são palco de iniciativas culturais que animam a Cidade.

Neste contexto importa salientar a necessidade de intervenção especial em dois domínios associados à reconversão funcional e revitalização do tecido empresarial.

- (1) A já referida existência de unidades industriais devolutas, cuja dimensão exacerba o seu impacto negativo na Cidade/comunidade envolvente, tornando-se urgente intervir.
- (2) A necessidade de reforçar dinâmicas comerciais na Cidade, diversificando e qualificando a oferta e apostando também na valorização da comercialização de produtos de proximidade.

Tendo por base as problemáticas anteriormente identificadas, na carteira de projetos do PARU estão previstas operações de reabilitação de edifícios como o mercado e a qualificação de espaços públicos adjacentes às atividades comerciais. Acresce a estas iniciativas a iniciativa emblemática de reabilitação de um espaço industrial com vista à sua reconversão como equipamento de utilização coletiva. Também as iniciativas imateriais de terão um foco específico na promoção as atividades económicas da ARU.

v. Regras e critérios de proteção do património arquitetónico e arqueológico

As regras e critérios de proteção do património arquitetónico e arqueológico encontram-se definidos no Regulamento do Plano Diretor Municipal de Águeda (Diário da República, 2.^a série — N.º 44 — 1 de março de 2012, através do Aviso n.º 3341/2012) que estabelece, na SUBSECÇÃO II referente ao património cultural (Património e listados no Anexo I do Diário da República, 2.^a série — N.º 44 — 1 de março de 2012, através do Aviso n.º 3341/2012: Imóveis classificados ou em vias de classificação; Imóveis passíveis de classificação; Imóveis de interesse patrimonial; e Património arqueológico), o seguinte:

IMÓVEIS CLASSIFICADOS

- Qualquer intervenção sobre imóveis classificados ou em vias de classificação ou inseridos nas respetivas zonas de proteção rege-se pelo disposto na legislação em vigor aplicável (art. 19.º).

IMÓVEIS PASSÍVEIS DE CLASSIFICAÇÃO E IMÓVEIS DE INTERESSE PATRIMONIAL

- Os imóveis passíveis de classificação, até à sua classificação, e os imóveis de interesse patrimonial apenas podem ser sujeitos a obras de conservação, reconstrução, alteração e ampliação, que englobem a consolidação ou restauro dos elementos ou sistemas degradados, devendo estas obras assegurar a manutenção da estrutura, materiais preexistentes, fachadas e cotas de soleira (n.º 1, art. 20.º).
- Nos casos em que o estado avançado de degradação do edificado não permita a sua conservação, de forma a manter as características originais, permite-se a sua reconstrução desde que a edificação integre os elementos de reconhecido valor arquitetónico da edificação original, tais como pilastras, cimbras, cunhais, gárgulas, varandas, cornijas, mísulas, pináculos ou fogaréus, cachorros, azulejos, gradeamentos em ferro forjado, entre outros. (n.º 2, art. 20.º).
- Adicionalmente ao referido no número anterior, e em casos excecionais de elevado estado de degradação da edificação original e dos elementos de reconhecido valor arquitetónico e de comprovada impossibilidade técnica da sua preservação, é permitida a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas, e a construção de uma nova edificação, não podendo a altura da fachada ultrapassar em mais do que 2 pisos as edificações imediatamente confinantes. (n.º 3, art. 20.º).

PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO

- Nos elementos referentes ao património arqueológico, e no raio de 50 m em torno destes, qualquer intervenção, no âmbito da categoria ou subcategoria de espaço onde se insere, fica condicionada a trabalhos arqueológicos, realizados nos termos da legislação em vigor, que viabilizem a sua realização sem danos patrimoniais. (n.º 1, art. 21.º).
- Todas as intervenções que impliquem revolvimento de solos, em Igrejas e Capelas construídas em data anterior a 1835, “Lei da proibição dos enterramentos nas Igrejas”, ficam condicionadas a trabalhos arqueológicos nos termos da legislação em vigor. (n.º 2, art. 21.º).

vi. Identificação indicativa dos investimentos a desenvolver

As ações propostas no domínio da reabilitação urbana, apresentadas no âmbito da "PI 6.5 - Adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas" assumem diferentes tipologias de intervenção, incidindo sobre a reabilitação de espaços públicos e a reabilitação e refuncionalização de edifícios, como na melhoria da gestão urbana e do reforço da dinamização socioeconómica e cultural da Cidade. Estas ações têm uma relação de interdependência entre si e com as previstas no PMUS e PAICD uma vez que incidem sobre vários elementos estruturantes dentro da Cidade que, numa lógica de desenvolvimento integrado, procuram criar estímulos a uma maior apropriação da Cidade.

Tabela 17. Quadro de investimentos PARU

Objetivo Temático	P.I.	Designação do investimento	NIF Promotor	Nome do Promotor	Investimento Total	Ano de Início	NUTS III	Freguesia	% Imputação
06	05	PARU 1. Reabilitação do Mercado Municipal	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	1.200.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 2. Reabilitação do Centro de canoagem	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	175.000 €	2015	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 3. Reabilitação do edifício do conservatório	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	302.500 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 4. Reabilitação do espaço público envolvente à casa do adro	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	415.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 5. Reabilitação de casa de ensaios do cancionero	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	62.500 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 6. Reabilitação do edifício da orquestra típica	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	102.500 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 7. Reabilitação do Parque da Alta Vila (com arruamento sul)	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	800.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00

Objetivo Temático	P.I.	Designação do investimento	NIF Promotor	Nome do Promotor	Investimento Total	Ano de Início	NUTS III	Freguesia	% Imputação
06	05	PARU 8. Reabilitação de edifícios para residências de estudantes	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	502.500 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 9. Reabilitação do edifício das piscinas	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	1.102.500 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 10. Reabilitação de espaço industrial abandonado - criação do museu da indústria	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	2.722.500 €	2017	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 11. Reabilitação de edifício para equipamento de apoio à infância	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	352.500 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 12. Reabilitação de espaços públicos da baixa da Cidade	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	310.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 13. Sistema de gestão da qualidade do ar e ruído	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	250.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 14. Promoção de atividades de gestão urbana e dinamização sociocultural e económica da Cidade	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	500.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 15. Reabilitação e reconversão de espaço industrial abandonado (antigo IVV) - Rede de Interpretação e Observação do Rio - RIO	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	1.550.000 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
06	05	PARU 16. IFRRU - Instrumento Financeiro de Reabilitação e Regeneração Urbana	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	8.000.000€	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00

No que se refere às metas / resultados esperados prevêem-se alcançar os seguintes:

Tabela 18. Resultados Esperados PARU

Indicadores de realização					Indicadores de resultado				
Designação (unidade de medida)	Meta 2018	Meta 2023	Justificação		Designação	Meta 2018	Meta 2023	Justificação	
O.06.05.03.C	Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m²)	17.800	53.000	Valor correspondente ao somatório das intervenções	R.06.05.01.E	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)	2	2	Meta da NUTS II
O.06.05.04.C	Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m²)	4 980	16 750	Valor correspondente ao somatório das intervenções					
O.06.05.05.C	Habitacões reabilitadas em áreas urbanas (N.º)	20	40	Considera-se um valor médio de 50 mil euros/habitacão					

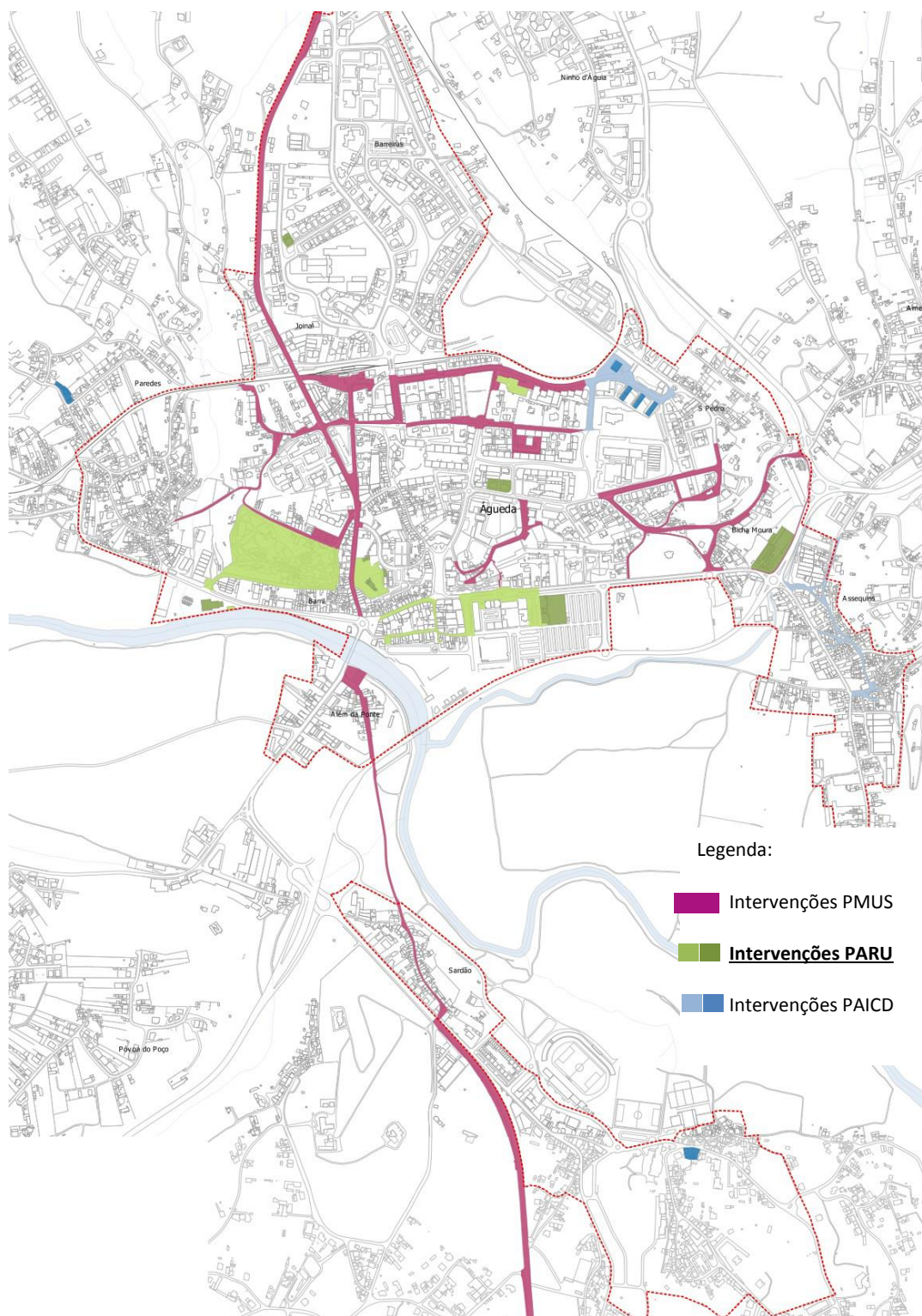


Figura 26. Planta de localização dos investimentos do PEDU (PMUS, ARU, PAICD)
Fonte: CMA

vii. Fichas Síntese

ID	PARU 1. Reabilitação do Mercado Municipal
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º 121., ponto 1, alínea a) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto –Lei n.º 266 –B/2012, de 31 de dezembro
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de Edifício	Requalificação integral do edifício do Mercado Municipal dotando-o de condições adequadas à venda de produtos frescos. Este é um edifício estruturante da Cidade, tendo já mais de 30 anos e carecendo de uma profunda intervenção de requalificação dado apresentar patologias associadas à sua construção já antiga. Localizado na zona baixa da Cidade, o Mercado municipal é um importante elemento dinamizador da Cidade, com um papel de grande relevo na promoção das complementaridades urbano-rurais. Esta intervenção ocorrerá numa área de aproximadamente 5000m ² , distribuída por 2 pisos.

ID	PARU 2. Reabilitação - Centro de canoagem
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º 121., ponto 1, alínea a) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto –Lei n.º 266 –B/2012, de 31 de dezembro
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de Edifício	O Edifício a reabilitar para acolher o Centro de Canoagem também se enquadra na tipologia de edifícios com mais de 30 anos ou com nível de conservação igual ou inferior a 2. É um espaço edificado da autarquia localizado na zona ribeirinha e cuja função se pretende manter. Esta intervenção ocorrerá numa área de aproximadamente 120 m ² .

ID	PARU 3. Reabilitação do edifício do conservatório
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º 121., ponto 1, alínea a) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto –Lei n.º 266 –B/2012, de 31 de dezembro
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de Edifício	<p>Reabilitação de edifício da Casa do Adro onde funciona o Conservatório de Águeda. Este edifício é um prédio antigo, cumprindo os parâmetros de elegibilidade do investimento.</p> <p>A intervenção visa a reabilitação do espaço que apresenta algumas patologias derivadas da idade e da sua intensa utilização para atividades culturais.</p> <p>Localizado no centro da Cidade é um espaço de grande relevância no contexto das dinâmicas culturais de Águeda, uma vez que aqui se realizam as atividades do Conservatório.</p> <p>Esta intervenção ocorrerá numa área de aproximadamente 750 m² distribuída por 2 pisos.</p> <p>Destaque para a complementaridade com os Projetos PARU 4, 5 e 6</p>

ID	PARU 4. Reabilitação do espaço público envolvente à Casa do Adro
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º 121., ponto 1, alínea b) Reabilitação de espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 anos ou menos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de Espaço Público	<p>Reabilitação do espaço público da Casa do Adro atualmente sem condições para o seu uso condigno. Este espaço público enquadra um conjunto edificado onde se registam atividades culturais de múltiplas entidades culturais e associativas, sendo por isso de elevada importância para a valorização e qualificação da Cidade. A intervenção permite, para além de organizar o espaço dotá-lo de condições condignas para que possa ter diferentes usos relacionados com as funções urbanas que suporta.</p> <p>Na envolvente deste espaço encontram-se vários edifícios intervencionados no âmbito da anterior PRU (CEFAS, Orfeão, etc.)</p> <p>Esta intervenção ocorrerá numa área de aproximadamente 5000m².</p> <p>Destaque para a complementaridade com os Projetos PARU 3, 5 e 6.</p>

ID	PARU 5. Reabilitação do edifício da Escola de danças tradicionais
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º 121., ponto 1, alínea a) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto –Lei n.º 266 –B/2012, de 31 de dezembro
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de Edifício	Reabilitação de edifício contíguo à Casa do Adro utilizado para fins culturais que se encontra com problemas estruturais a necessitar de serem intervencionados. É um edifício antigo que carece de uma intervenção de reabilitação. Na envolvente deste espaço encontram-se vários edifícios intervencionados no âmbito da anterior PRU (CEFAS, Orfeão, etc.) Esta intervenção ocorrerá numa área de aproximadamente 150m². Destaque para a complementaridade com os Projetos PARU 3, 4 e 6.

ID	PARU 6. Reabilitação do edifício da orquestra típica
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º 121., ponto 1, alínea a) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto –Lei n.º 266 –B/2012, de 31 de dezembro
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de Edifício	Reabilitação de edifício contíguo à Casa do Adro utilizado para fins culturais que se encontra com problemas estruturais a necessitar de serem intervencionados. Na envolvente deste espaço encontram-se vários edifícios intervencionados no âmbito da anterior PRU (CEFAS, Orfeão, etc.) Esta intervenção ocorrerá numa área de aproximadamente 150m². Destaque para a complementaridade com os Projetos PARU 3, 4 e 5.

ID	PARU 7. Reabilitação do Parque da Alta Vila
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º 121., ponto 1, alínea b) Reabilitação de espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 anos ou menos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de Espaço Público	Nesta operação prevê-se uma intervenção profunda no principal parque urbano da Cidade. Este espaço integra um conjunto edificado intervencionado no âmbito da PRU (ainda em fase de conclusão). Pretende-se qualificar ao nível da organização dos espaços do parque, arborizar e integra-lo no tecido urbano existente anulando a sua imagem de espaço murado e isolado da Cidade envolvente. Nesta intervenção integra-se ainda o tratamento do arruamento sul, essencial a esta integração com a zona baixa da Cidade. Integra-se no projeto a intervenção no arruamento confinante a sul, dado ter de ser executado simultaneamente uma vez que corresponde a um espaço de suporte ao terreno. Esta intervenção ocorrerá numa área de aproximadamente 35000 m².

ID	PARU 8. Reabilitação de edifícios para residências de estudantes
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º 121., ponto 1, alínea a) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto –Lei n.º 266 –B/2012, de 31 de dezembro
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de Edifício	Reabilitação integral de edifícios na Rua Comandante Pinho e Freitas, espaços com mais de 30 anos e que apresentam patologias que importa debelar. Estes edifícios faziam parte do conjunto edificado do quartel onde agora se encontra a funcionar a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda (ESTGA), localizando-se contigualmente ao espaço ocupado pela Escola. A presente intervenção visa a reabilitação de edifícios propriedade da autarquia para que possam ser posteriormente refuncionalizados servindo de espaço de acolhimento dos estudantes universitários. Esta intervenção ocorrerá numa área de construção de aproximadamente 1000m² (edifícios principais de 2 pisos e anexos).

ID	PARU 9. Reabilitação do edifício das piscinas
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º 121., ponto 1, alínea a) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto –Lei n.º 266 –B/2012, de 31 de dezembro
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de Edifício	A presente intervenção visa a intervenção no edifício que acolhe as piscinas municipais. Este edifício é muito antigo e apresenta patologias na sua estrutura, sendo por isso essencial intervir. Pretende-se uma intervenção integrada de reabilitação do edifício reforçando as condições de segurança da estrutura. Esta intervenção ocorrerá numa área de aproximadamente 2000m².

ID	PARU 10. Reabilitação de espaço industrial abandonado – criação do museu da indústria
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º 121., ponto 1, alínea c) Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas com vista à sua reconversão, destinadas às tipologias de uso referidas nas alíneas anteriores
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas	Reabilitação integral da antiga Fábrica Canário Lucas para albergar o museu da indústria de Águeda. Pretende-se manter a estrutura e todos os espaços que constituíram a fábrica, perpetuando lógicas funcionais, contudo garantindo a segurança na sua utilização e inovando na forma como o modo produtivo é dado a conhecer. Esta intervenção é uma âncora quer do ponto de vista urbanístico, uma vez que reforça dinâmicas funcionais da Cidade entre o centro e a sua expansão nascente – Assequins e Ameal, qualifica o território da ARU a nascente e sustenta novas dinâmicas culturais e económicas fortemente associadas à história industrial de Águeda e ao seu perfil socioeconómico. Esta intervenção ocorrerá numa área de aproximadamente 5000m² num conjunto edificado com elementos diversos.

ID	P11. Reabilitação de edifício para equipamento de apoio à infância
----	--

Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º 121., ponto 1, alínea a) Reabilitação integral de edifícios, nomeadamente destinados a habitação, a equipamentos de utilização coletiva, a comércio ou a serviços, públicos ou privados, com idade igual ou superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a 2, determinado nos termos do estabelecido pelo Decreto –Lei n.º 266 –B/2012, de 31 de dezembro
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de Edifício	Reabilitação de edifício habitacional na Rua Heróis do Ultramar para funções de equipamento de apoio Social. O edifício, próximo da EB2/3 Fernando Caldeira, tem mais de 30 anos que necessita de obras na sua estrutura e a adequação para cumprimento de todas as normas de segurança necessárias a esta nova função. Esta intervenção ocorrerá numa área de aproximadamente 700m ² distribuída por 2 pisos.

ID	P12. Reabilitação de espaços públicos da baixa da Cidade
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º 121., ponto 1, alínea b) Reabilitação de espaço público, desde que associada a ações de reabilitação do conjunto edificado envolvente em curso ou concluídas há 5 anos ou menos, podendo envolver a demolição de edifícios para criação de espaço público e a recuperação e expansão de infraestruturas verdes
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de Espaço Público	Reabilitação de espaços públicos na baixa da Cidade, nomeadamente das Rua Luis de Camões, Rua Vasco da Gama, Rua José Maria Veloso, Rua Jornal Soberania do Povo, Rua Celestino Neto, Avenida 25 de Abril, Rua Rio Grande e ligações ao Largo 1º de Maio. Os espaços a intervencionar são contíguos a diversas intervenções no conjunto edificado, destacando-se as recentemente realizadas no GICA, na Rua Luis de Camões (Pensão Santos) e no Largo Dr. Elísio Sucena. Esta intervenção ocorrerá numa área de aproximadamente 12000m ² prevendo-se a requalificação de pavimentos e dotação de condições de segurança e qualidade para o adequado usufruto da zona baixa da Cidade de Águeda.

ID	PARU 13. Sistema de gestão da qualidade do ar e ruído
-----------	--

Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º. 124
RELAÇÃO EIDT	<p>ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais <p>ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Sistema de gestão	<p>Desenvolvimento de sistema e aquisição de equipamentos e de sistemas de monitorização para a medição da qualidade do ar e do ruído.</p> <p>Este Projeto terá um impacto direto nas políticas municipais uma vez que aportará dados que permitirão sustentar diferentes opções urbanas e soluções de mobilidade.</p>

ID	PARU 14. Promoção de atividades de gestão urbana e dinamização sociocultural e económica da Cidade
Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art. 121., ponto 1, alínea d) Desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana, à promoção da atividade económica, à valorização dos espaços urbanos e à mobilização das comunidades locais, desde que diretamente relacionadas com as ações previstas nas alíneas anteriores.
RELAÇÃO EIDT	<p>ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais <p>ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Ações imateriais	<p>Desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana, à promoção da atividade económica, à valorização dos espaços urbanos e à mobilização da comunidade local.</p> <p>Neste projeto enquadram-se as iniciativas imateriais associadas à mobilização da comunidade local, articulação de atores urbanos (diretamente responsáveis pela implementação de projetos do PEDU e outros que não tendo projetos previamente identificados são de enorme relevância para a revitalização da Cidade).</p> <p>Entre as atividades integradas nesta ação destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> A comunicação, divulgação, promoção do PEDU e projetos nele integrados; A mobilização de parceiros; A concretização de iniciativas de suporte às atividades económicas e culturais na Cidade; A partilha de boas práticas; A concretização do modelo de governação, envolvimento de parceiros, avaliação de resultados, entre outros.

ID	PARU 15. Reabilitação e reconversão espaço industrial abandonado (antigo IVV) – Rede de Interpretação e Observação RIO
-----------	---

Enquadramento Regulamentar	Regulamento SEUR (Portaria n.º 57-B/2015 de 27 de fevereiro) – secção 18, art.º 121., ponto 1, alínea c) Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas com vista à sua reconversão, destinadas às tipologias de uso referidas nas alíneas anteriores
RELAÇÃO EIDT	ME2: Proteger e valorizar os recursos naturais da Região <ul style="list-style-type: none"> Promover um ambiente saudável e comportamentos ambientalmente responsáveis Proteger e preservar os recursos naturais Valorizar os recursos naturais ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de espaços e unidades industriais abandonadas	Reabilitação integral do espaço do IVV – espaço industrial ligado ao setor vitivinícola e reconversão como equipamento de utilização coletiva focalizado na interpretação e observação da biodiversidade (fauna e flora) associada ao rio Águeda numa perspectiva de sensibilização e valorização de complementaridades entre dinâmicas dos ecossistemas naturais e urbanos. Esta intervenção ocorrerá numa área de aproximadamente 1850m ² num espaço localizado na zona ribeirinha da Cidade.

ID	PARU 16. IFRRU. Instrumento financeiro		
Enquadramento Regulamentar	IFRRU		
RELAÇÃO EIDT	ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none">Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos		
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO		
Reabilitação de Edifício	Instrumento financeiro de apoio à reabilitação de edifícios para entidades não elegíveis a apoios não reembolsáveis. Considerando a dimensão da ARU e a dinâmica urbana prevê-se a afetação de um valor de cerca de 8 Milhões de Euros para o Instrumento financeiro, considerando a sua atribuição equitativa a entidades privadas sem fins lucrativos e entidades públicas com intervenções não enquadráveis a fundo perdido e a entidades privadas (proprietários privados dos imóveis).		
	Previsão da participação dos vários atores – em resposta ao disposto nos pontos 16 e 18 da FAQ publicadas pelo Portugal 2020		
	Montante Fundo – A alocar a instrumento financeiro (€)		
	Tipos de entidades (faq 16)	Território	Montante do Instrumento financeiro
	6.5. Entidades Públicas (CMA, etc.)	ARU	2.000.000 €
	6.5 - Privados sem fins lucrativos (IPSS, associações, coletividades, etc) - Todas as entidades privadas sem fins lucrativos com sede na ARU ou proprietárias de espaços na ARU que possam vir a intervencioná-los, contribuindo para a estratégia definida no PEDU/PARU.	ARU	3.000.000 €
	6.5 - Privados (proprietários de imóveis com fins residenciais ou outros)	ARU	3 000 000 €
	9.8 - Privados (proprietários de imóveis em áreas PAICD)	Áreas PAICD	
	Total	8 000 000 €	

ID	REQUALIFICAÇÃO DE EDIFÍCIOS / ESPAÇOS PÚBLICOS NA ARU PROPRIEDADE DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS
Enquadramento Regulamentar	A determinar – Em resposta ao determinado nas FAQ do Portugal 2020. De acordo com o estabelecido em Portugal 2020 – PEDU - FAQ 16 e 18.
RELAÇÃO EIDT	ME4: Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Reabilitação de Edifícios	<p>Esta iniciativa visa responder ao exposto nas FAQ que determinam a necessidade de referir, a título indicativo, o valor de FEDER que poderá vir a ser necessário para a intervenção em espaços propriedade de outras entidades públicas que não tenham ainda o grau de detalhe que permita constarem com detalhe como projetos da PARU.</p> <p>Considerando a multiplicidade de outras entidades públicas, algumas delas com acesso a outras PI que não a 6.5., importa acautelar que estas possam vir a ser beneficiárias de apoios no âmbito do quadro 2014-2020. Assim entende a autarquia de Águeda extrapolar, a título indicativo, um montante global de 8 Milhões € de FEDER para outras entidades públicas. Destaque para o Ministério da Saúde (Hospital), Educação (Escola Adolfo Portela, Escola Marques Castilho, UA/ESTGA), Junta de Freguesia, Infraestruturas de Portugal, AMA (Agencia de Modernização Administrativa), etc.</p>

d.3. Componentes do Plano de Ação Integrada para as comunidades desfavorecidas

i. Identificação das comunidades desfavorecidas em que se pretende atuar

Tabela 19. Classificação das Comunidades Desfavorecidas a intervir no PEDU de Águeda

Id / Nome		1. Núcleo de Paredes	2. Núcleo de Asseguins	3. Núcleo de habitação social e degradada	4. Núcleo de habitação social da Borralha
Localização		Cidade de Águeda	Cidade de Águeda	Cidade de Águeda	Borralha
Tipologia a) a e)		e) Áreas urbanas consolidadas	d) Áreas urbanas antigas	a) Bairros sociais	d) Áreas urbanas antigas a) bairro social
Critérios (selecionar pelo menos 3)	Desemprego de longa duração			●	●
	Escassa atividade económica	●	●	●	
	Pobreza e exclusão social	●	●	●	●
	Fenómenos de exclusão social designadamente associados a imigrantes e minorias				●
	Baixo nível de instrução e insucesso e abandono escola	●	●	●	●
	Criminalidade e delinquência				
	Evolução demográfica desfavorável	●	●		
	Ambiente degradado		●	●	

ii. Delimitação da área territorial a intervir

As áreas a intervir no âmbito do presente instrumento são quatro, como descrito no ponto anterior. Estas áreas estão na sua quase totalidade inseridas na ARU da Cidade de Águeda, sendo as únicas exceções uma parte do núcleo de Paredes cuja área extravasa ligeiramente o limite da ARU e o núcleo da Borralha.

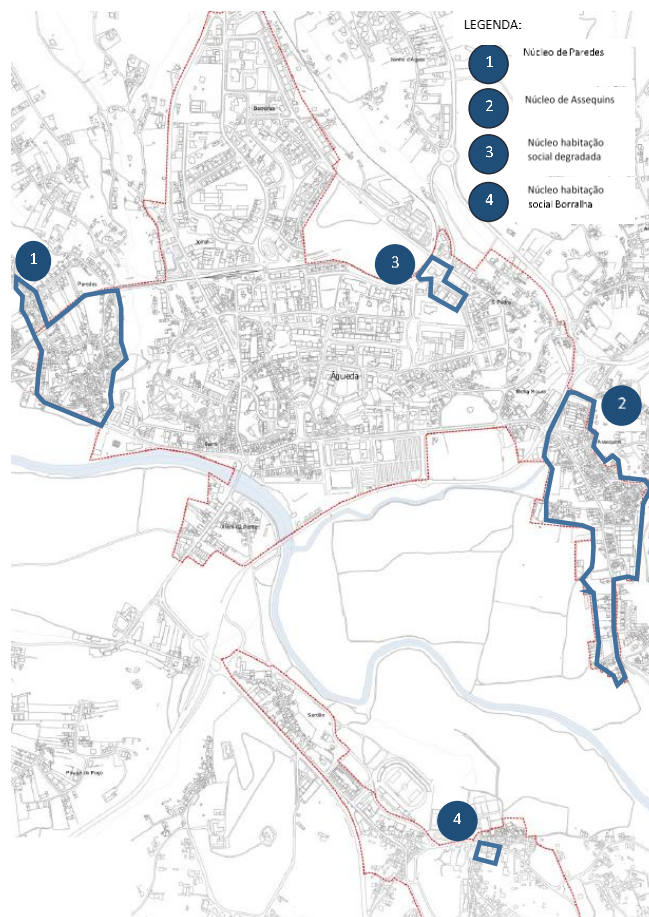


Figura 27. Enquadramento das comunidades desfavorecidas na ARU de Águeda

Com base nas características físicas e sociofuncionais do território foram identificados e caracterizados os principais pontos críticos, que justificam a integração em ARU para efeitos de desenvolvimento de operações de reabilitação urbana, particularmente ao nível das comunidades desfavorecidas:

1. **Núcleo de Paredes:** O núcleo de Paredes, a poente do núcleo central da Cidade, onde são débeis as condições de habitabilidade do parque edificado e a qualidade do espaço público e espaços verdes, possuindo também problemas sociais;
2. **Núcleo de Asseguins:** O núcleo de Asseguins, a nascente do núcleo central da Cidade, onde o edificado se encontra muito degradado e o espaço público desqualificado. É pontuado por unidades industriais e armazéns devolutos, em estado avançado de degradação;
3. **Núcleo de habitação social e degradada:** As habitações sociais, localizadas na Rua Eng. Carlos Rodrigues, cujo edificado e espaço público se encontra muito desqualificado.
4. **Núcleo de habitação social da Borralha:** Unidade de habitação social integrada no núcleo da Borralha.

1. Núcleo de Paredes

O Núcleo de Paredes é uma “área urbana consolidada” - tipologia e).



Figura 28. Enquadramento Comunidade Desfavorecida - Núcleo de Paredes

Fonte: CMA, SPI, 2015

Localizada na zona poente da ARU, destaca-se pela malha edificada compacta e complexa. As edificações de pequena dimensão desenvolvem-se em redor de ruas estreitas e sinuosas, que acompanham a morfologia acidentada do território. A malha urbana desta unidade é caracterizada pela inexistência de elementos marcantes ou espaço públicos de referência e por uma rede viária orgânica e desestruturada.

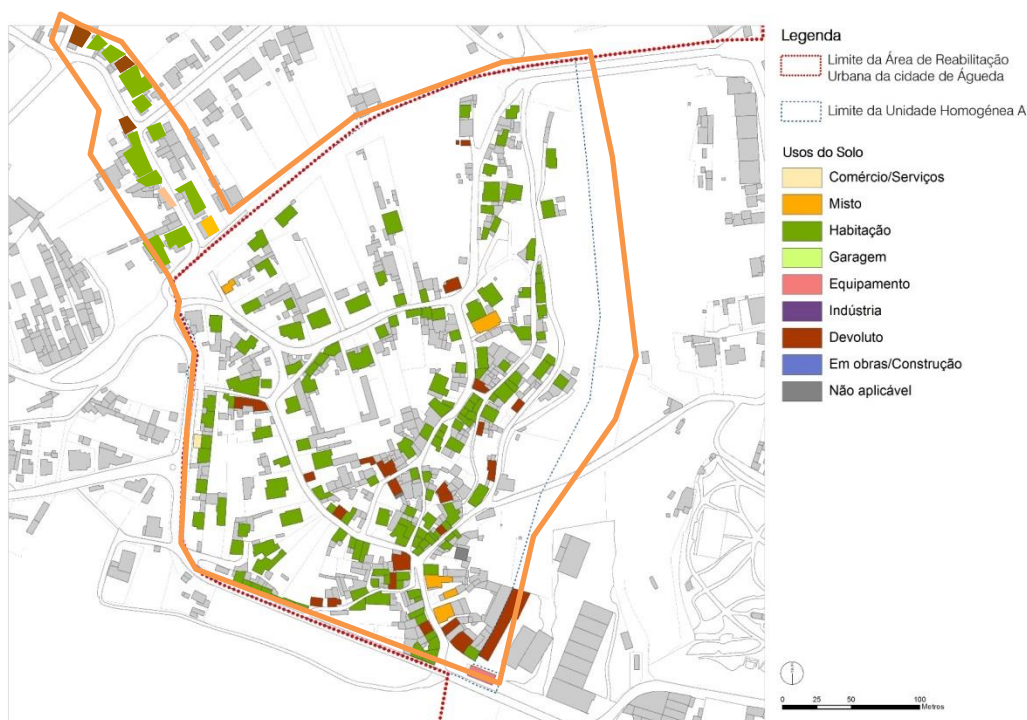


Figura 29. Núcleo de Paredes - Usos do Edificado

Fonte: CMA, SPI, 2015

Nesta unidade foram identificados 200 edifícios, 2 dos quais de habitação social, sendo que o uso predominante é o habitacional (81%). Apenas 36 edifícios com funções não habitacionais. Destaca-se o elevado nº de edifícios devolutos (31 edifícios correspondentes 16% do parque edificado).

A maioria dos edifícios é de 2 pisos (63%).

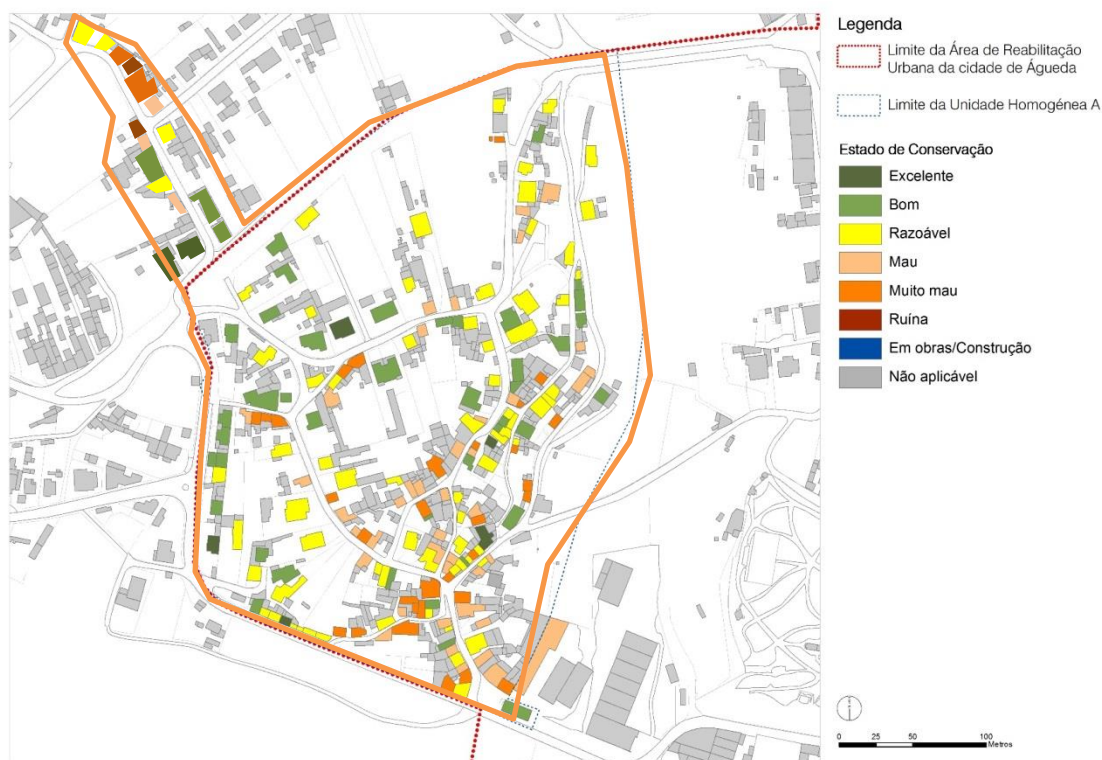


Figura 30. Núcleo de Paredes – Estados de conservação

Fonte: CMA / SPI, 2015

Em relação ao estado de conservação, encontra-se uma distribuição heterogénea, com destaque para os edifícios com estado de conservação razoável (37 %). No entanto, importa destacar que o nº de edifícios em mau ou muito mau estado superam os edifícios em bom ou excelente estado de conservação, com elevado número de edifícios em estado avançado de degradação. De acordo com o levantamento realizado existem 76 edifícios com estado de conservação mau ou muito mau (aprox. 40% do total) e 51 edifícios em bom ou excelente estado de conservação (aprox. 25% do total).



Figura 31. Diferentes realidades do estado de conservação do edificado

(cima -- Excelente à esquerda e muito mau à direita; baixo – muito mau em casas de habitação social)

Fonte: CMA, SPI, 2015 e www.googlemaps.com

Esta área concentra cerca de 160 famílias clássicas e aproximadamente 350 indivíduos residentes (7,2% da população da ARU). Na última década, esta área registou um decréscimo populacional de 10%. O núcleo de Paredes é caracterizado por um elevado índice de envelhecimento (706 idosos por 100 jovens) e por um baixo nível de escolaridade (52,6% da população possui um nível de escolaridade inferior ao 1º ciclo do ensino básico).



Figura 32. Fotografias do Núcleo de Paredes

Fonte: CMA, SPI, 2015

2. Núcleo de Assequins

O Núcleo de Assequins é uma “área urbana antiga” - tipologia d).

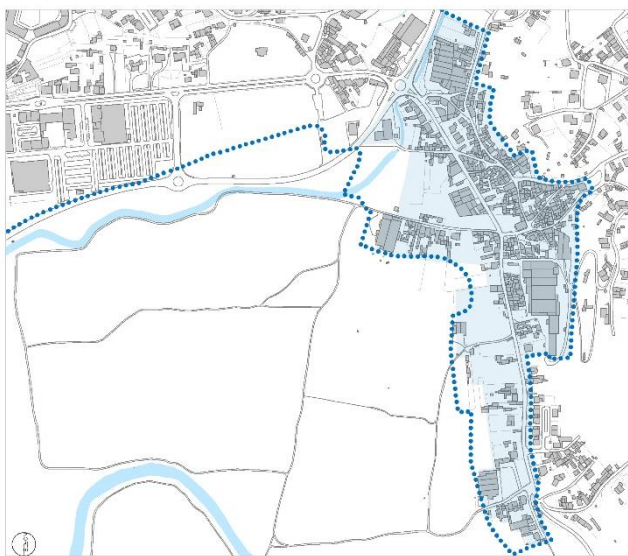


Figura 33. Enquadramento Comunidade Desfavorecida - Núcleo de Assequins

Fonte: CMA, SPI, 2015

Na zona nascente da ARU localiza-se o núcleo de Assequins, que possui uma identidade própria, existindo referência a esta localidade em documentos datados de 1050. O seu crescimento urbano encontra-se associado ao desenvolvimento industrial do concelho, encontrando-se neste local algumas unidades industriais de referência, atualmente desativadas.

A malha urbana estrutura-se em torno da EN230, que regista um elevado tráfego de atravessamento viário, constituindo-se como um eixo fraturante do território. A nascente deste eixo viário encontra-se o tecido urbano consolidado de Assequins, caracterizado por uma ocupação informal das frentes de rua e dos interstícios dos quarteirões, que gerou uma malha complexa e fechada, onde existem poucos espaços vazios. A poente da EN230 as edificações implantam-se linearmente, quer em torno da estrada nacional, como ao longo de alguns arruamentos que se desenvolvem no sentido nascente-poente.

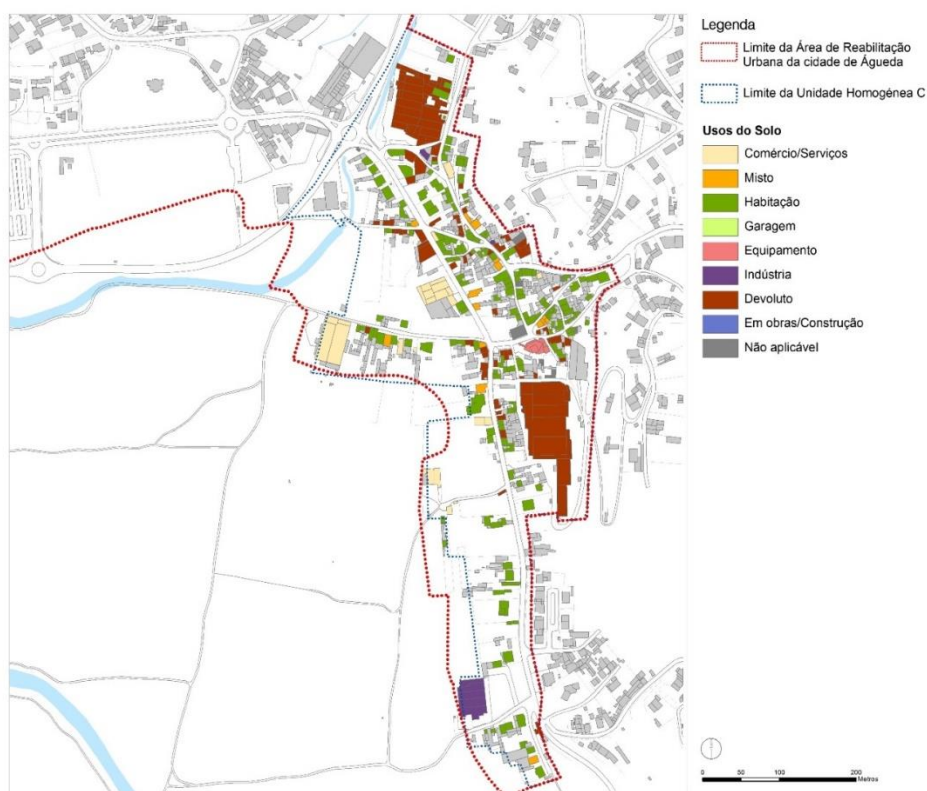


Figura 34. Núcleo de Assequins – Usos do Edificado

Fonte: CMA, SPI, 2015

Para além de duas unidades industriais devolutas de grande dimensão, que se localizam a norte e a sul do núcleo, Assequins é pontuado por pequenas indústrias e armazéns alguns dos quais ainda sustentam alguma dinâmica económica neste território. Em 2011, a maioria da população empregada trabalhava no setor secundário (52,6 %), contrariando a preponderância do setor terciário registada na ARU (66,1% dos indivíduos residentes encontravam-se empregados no setor terciário).



Figura 35. Fotografias do Núcleo de Asseguins

Fonte: CMA, SPI, 2015

Em 2011, no núcleo de Asseguins residiam cerca de 152 famílias e 372 indivíduos, tendo registado um decréscimo populacional na última década (taxa de crescimento de -11% entre 2001 e 2011), acompanhando o esvaziamento populacional registado na globalidade da ARU. A população idosa supera em grande número a população jovem, verificando-se um índice de envelhecimento de 215.

No que diz respeito ao edificado, o levantamento de campo realizado identificou 237 edifícios, sendo que o uso predominante é o habitacional (142 edifícios), havendo 40% (95 edifícios) de espaços não habitacionais. Destaca-se ainda a existência de um nº elevado de edifícios devolutos (58 edifícios - 24,5%) muito superior à restante ARU.

Nesta área a maioria dos edifícios tem 2 pisos (72%), seguido de 1 piso (19%) e 3 pisos (7%), correspondendo a uma ocupação urbana de edifícios agrupados de baixa volumetria. Destaca-se a inexistência de edifícios com 4 ou mais pisos nesta unidade.



Figura 36. Fotografias do núcleo de Assequins

Fonte: CMA, SPI, 2015

Relativamente ao estado de conservação do edificado, é evidente um elevado nível de degradação do edificado. Registou-se um número elevado de edifícios em mau ou muito mau estado de conservação ou até em ruína (113 edifícios, que correspondem a 48% do total). Apenas são identificados 44 edifícios em excelente ou bom estado de conservação (19% do total), enquanto se registaram 79 edifícios em razoável estado de conservação, apenas necessitando de algumas obras de manutenção (33% do total).

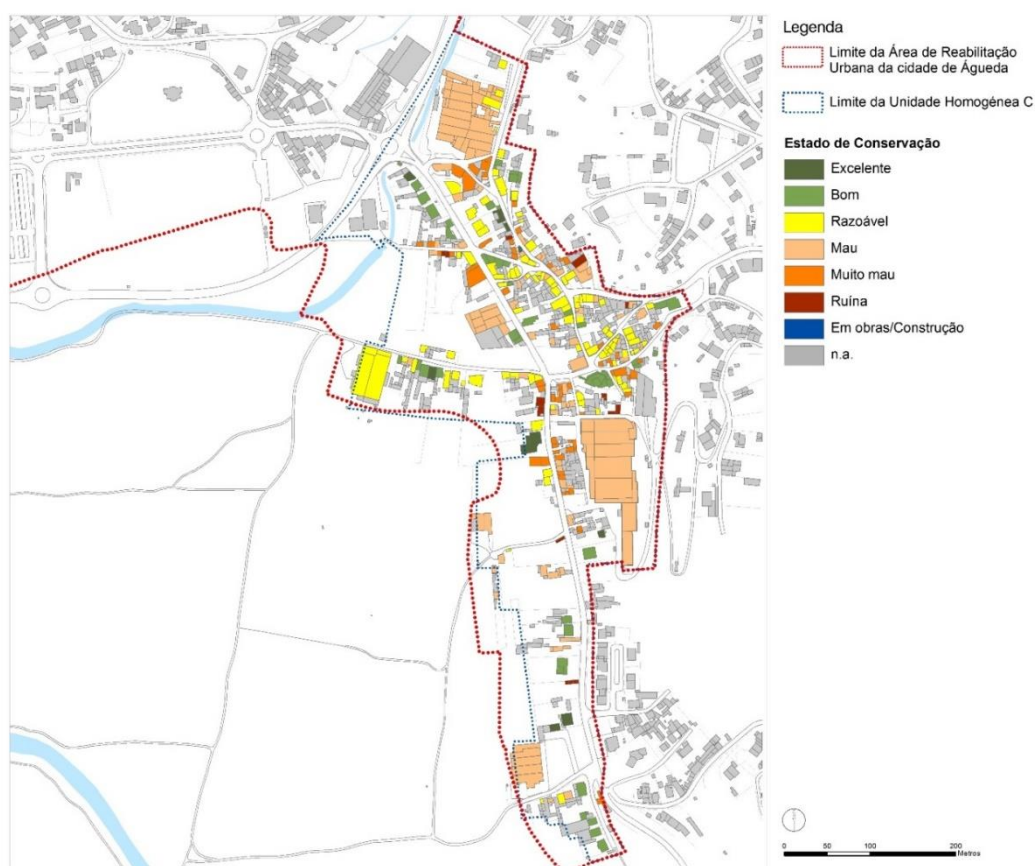


Figura 37. Núcleo de Assequins – Estado de conservação

Fonte: CMA, SPI, 2015

No Largo de Nossa Senhora da Graça localiza-se a Capela de Nossa Senhora da Graça, principal elemento marcante, onde se realiza a Festa de Nossa Senhora da Graça. O Largo constitui-se como o principal espaço público de referência deste núcleo, onde se localizam alguns estabelecimentos comerciais/ cafés. Este largo encontra-se desqualificado, sendo escassos os espaços de circulação pedonal e os espaços para usufruto da população.



Figura 38. Fotografias do Largo de Nossa Senhora da Graça e da Capela, núcleo de Assequins

Fonte: CMA, SPI, 2015

Neste mesmo largo, em frente à Capela, ergue-se uma casa de dois pisos, edificada no século XIX, que se encontra em vias de classificação, de acordo com o PDM de Águeda. Este imóvel encontra-se devoluto. No que diz respeito aos valores patrimoniais, destaca-se ainda a fonte de Assequins, identificado no PDM como Elemento de Interesse Patrimonial.

3. Núcleo de habitação social e degradada

O Núcleo de habitação social e degradada é um “Bairro social - tipologia a).

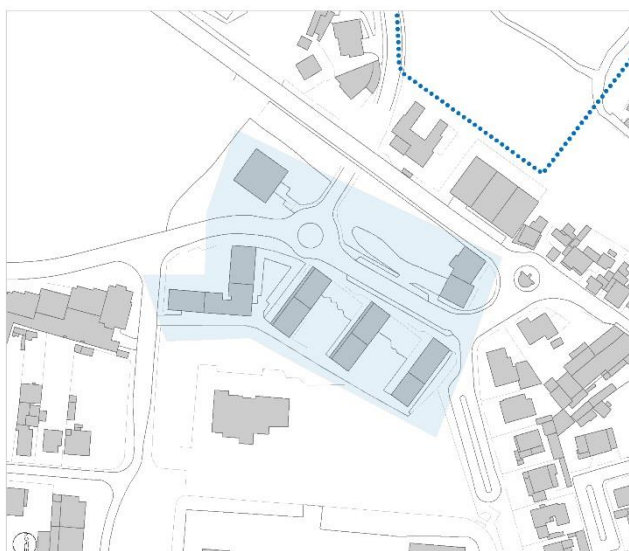


Figura 39. Enquadramento Comunidade Desfavorecida - Núcleo de habitação social e degradada

Fonte: CMA, SPI, 2015

A área engloba 9 edifícios e 110 alojamentos com função unicamente de habitação social que se localizam na Rua Engº Carlos Rodrigues. Estas edificações foram construídas ao abrigo de programas públicos de habitação social, por uma cooperativa de habitação e pela Caixa de Previdência.



Figura 40. Unidade homogénea D – Usos do Edificado

Fonte: CMA, SPI, 2015

Em 2011, residiam nesta unidade cerca de 181 indivíduos, correspondendo a cerca de 81 famílias. Ao analisar a estrutura etária da população verifica-se que mais de metade da população (57% do total de indivíduos residentes) se encontra entre os 25 e os 64 anos de idade, retrato muito diferente das restantes unidades homogéneas, que não atingem o valor de 50% neste escalão etário. A proporção de idosos (19%) e o índice de envelhecimento (170) é inferior à média da ARU. Em contraste, em 2011, esta unidade homogénea regista uma elevada taxa de desemprego (de 19,8%), sendo muito superior à da ARU (11,3%) e do concelho de Águeda (10,1%), indicador que, à semelhança do território nacional, deverá ter-se agravado nos últimos anos. A população residente encontra-se maioritariamente empregada no setor terciário (66,1% dos indivíduos residentes empregados), à semelhança da generalidade da ARU.

No que diz respeito ao edificado, os três blocos de edifícios encontram-se degradados, tendo sido classificados como em mau estado de conservação.

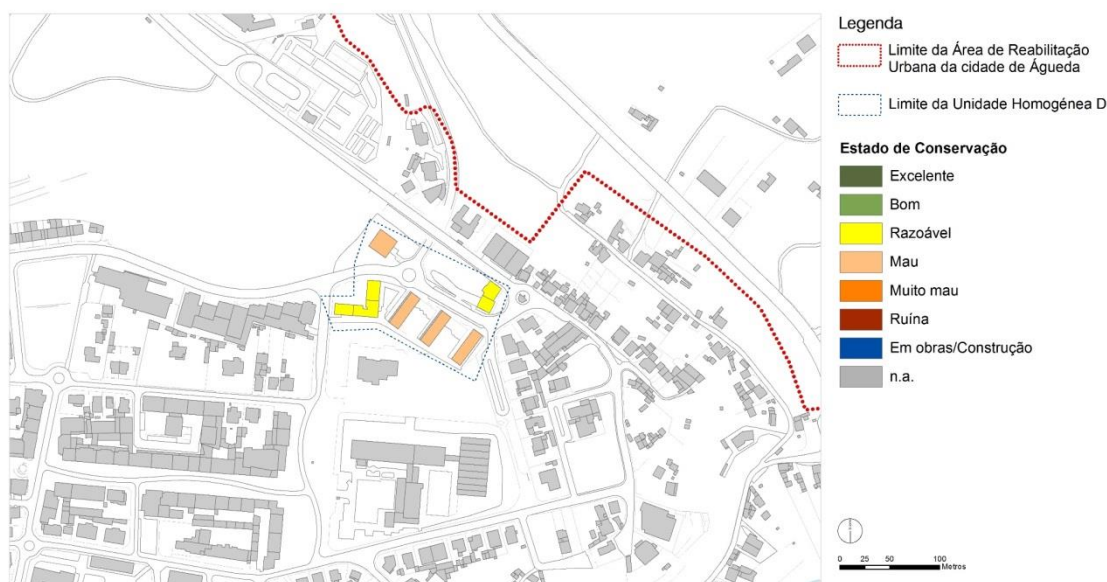


Figura 41. Unidade homogénea D – Estado de conservação

Fonte: CMA, SPI, 2015

Os espaços vazios entre estes encontram-se desqualificados, os espaços verdes são escassos e não existem espaços de estadia e lazer para a população. Destaca-se também existência de uma torre de habitação com 12 pisos, construída pela Caixa de Previdência e hoje em propriedade horizontal, em elevado estado de degradação, existindo partes da fachada colapsadas.



Figura 42. Fotografias das habitações sociais e degradadas (UH-D)

Fonte: CMA, SPI, 2015

4. Núcleo de habitação social da Borralha

O Núcleo da Borralha é uma “área urbana antiga” - tipologia d), sendo contudo de referir que a intervenção prevista se enquadra na tipologia a) dado tratar-se de habitação social.

Neste contexto, estando o núcleo da Borralha a ser avaliado em sede de delimitação de ARU, integra o presente PAICD a área delimitada relativa à habitação social aí existente.

Nesta área habitam 4 famílias numerosas de diferentes etnias.

A habitação social encontra-se num estado de conservação precário, salientando-se que o edifício é na sua origem um edifício de habitação unifamiliar que por via de doação passou a habitação social com cerca de 4 fogos, não possuindo as condições de habitabilidade necessárias à ocupação que alberga.



Figura 43. Fotografias das habitações sociais da Borralha

iii. Identificação das necessidades encontradas e definição da estratégia de intervenção para resposta às mesmas

A articulação física e funcional das diversas unidades urbanas da Cidade é essencial para a coesão da Cidade de Águeda, e para a sua consolidação e desenvolvimento sustentado. A análise das unidades homogéneas desfavorecidas permite aferir os principais desafios a que importa dar resposta:

- **Desemprego / escassa atividade económica:** O desemprego (a unidade homogénea D regista uma taxa de desemprego de 19,8%) e a escassa atividade económica são um dos principais problemas destas áreas sendo premente implementar medidas de apoio ao empreendedorismo e à criação de emprego. De acordo com instrumentos de natureza social definidos para o território, este fenómeno encontra-se associado à dificuldade de reconversão do sector metalúrgico à falência de algumas unidades fabris, principalmente adjacentes ao sector têxtil. Para além disso, algumas empresas que operam nos sectores mais afetados pela conjuntura económica recessiva, nomeadamente no cerâmico, não têm renovado o contrato de trabalho aos operários com idade igual ou superior a 55 anos, ou seja, verifica-se cada vez mais uma tendência generalizada para a redução dos postos de trabalho com a não renovação de contratos a termo ou com a pressão para as rescisões por mútuo acordo. O padrão verificado, de incidência no desemprego de longa duração com um nível de qualificação reduzido, associado à idade avançada de alguns desempregados dificulta a sua reinserção no mercado de trabalho.
- **Baixo nível de instrução e insucesso e abandono escolar:** Verifica-se que existe ainda uma falta de qualificações da população local que conduz, frequentemente, à contratação de quadros nos concelhos vizinhos, representado um risco para o futuro da sua empregabilidade. No que respeita ao insucesso escolar este é consequente de uma crescente desmotivação dos alunos perante a vida escolar, o que leva muitas vezes ao seu abandono precoce. Esta situação é muitas vezes reflexo do reduzido apoio das famílias e pouca valorização dada à permanência no sistema de ensino. Paralelamente instrumentos de natureza social definidos para o território, identificam como problemática o aumento do número de comportamentos desviantes muitas vezes por falta de competência das famílias e de ausência de perspetivas de futuro, bem como por falta de atividades direcionadas para esta faixa etária e de espaços na zona urbana.
- **Evolução demográfica desfavorável / Envelhecimento da população:** Sendo Águeda um concelho envelhecido, este envelhecimento faz-se sentir mais acentuadamente dentro da ARU, onde 19,6% dos residentes tem mais de 65 anos. Em 2011, o núcleo de Assequins registou um decréscimo populacional de 11% e um índice de envelhecimento de 215.
- **Pobreza e exclusão social:** A pobreza e a exclusão social estão relacionadas com os fenómenos de desemprego e de evolução demográfica desfavorável. A pobreza de idosos,

maioritariamente com elevadas despesas e com pensões reduzidas; ou de idosos dependentes sem suporte familiar e institucional deve ser considerada como prioritária. Também de salientar o caso da Borralha onde estão alojadas famílias de diferentes etnias, nomeadamente etnia cigana.

- **Ambiente degradado:** A existência de focos de degradação do edificado e o património edificado devoluto foram aspetos comprovados nos levantamentos realizados. Esta situação acaba por ser prejudicial para a imagem dos edifícios em melhor estado de conservação que se encontram na envolvente, pois são influenciados negativamente pelos primeiros. Simultaneamente identifica-se a existência de diversos espaços industriais e de armazéns de grandes dimensões devolutos e em processo acelerado de degradação.

Estas fragilidades comuns, às unidades homogéneas, torna evidente a necessidade de desenvolvimento de uma intervenção para dar resposta às mesmas. Esta estratégia encontra-se articulada, com outras intervenções de natureza social (Contrato Local de Desenvolvimento Social -CLDS, etc.) em implementação no Concelho de Águeda.

O PAICD tem como principal linha condutora o “Eixo 3 – Regeneração Física e Social das Comunidades Desfavorecidas”, definido no PEDU de Águeda, o qual tem como objetivo central “Promover a qualificação dos espaços tornando-os veículos de inclusão e dinamizar ações focadas nas necessidades da comunidade e na sua capacitação ativa”.



Figura 44. PAICD de Águeda

Para a implementação do PAICD é necessário delinear objetivos claros, que se constituam como a base orientadora para a definição da estratégia integrada de reabilitação urbana das 3 unidades homogéneas desfavorecidas. Enquadrados nas estratégias estabelecidas pelo Município (ex. CLDS) e alinhados com as prioridades de financiamento comunitário, podem, desde já, identificar-se as seguintes medidas e objetivos estratégicos:

■ Medida 3.1. Regeneração de espaços e edifícios

A caracterização realizada à ARU evidencia a existência de diversos núcleos degradados e desqualificados, como é o caso do núcleo histórico, de Paredes, de Assequins e de habitações sociais. Neste sentido, é necessário estimular e apoiar a intervenção, física e funcional, ao nível do edificado e do espaço público, fomentando parcerias com as instituições particulares e os privados.

Esta medida tem como objetivo estratégico “*Reabilitar/reconverter espaços com vista a regeneração das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e a mitigação de situações de carência, de disfunção e de marginalização social*”. A concretização deste objetivo materializa-se nos seguintes objetivos específicos:

- Reabilitar integral de edifícios de habitação social ocupados maioritariamente por habitação;
- Reabilitar de espaço público, visando nomeadamente a sua requalificação, segurança, prevenção de comportamentos ilícitos, resiliência e melhoria do ambiente urbano.

A medida 3.1 tem como principais investimentos:

- PAICD 1. Reabilitação integral de edifícios de habitação social – Paredes: Esta ação visa a reabilitação integral dos edifícios de habitação social de Paredes garantindo a qualidade de vida dos residentes e apostando na regeneração desta comunidade desfavorecida e a mitigação de situações de carência, de disfunção e de marginalização social.
- PAICD 2. Reabilitação de espaço público de Assequins: Este investimento pretende a reabilitação de espaço público de Assequins, visando a sua requalificação, segurança, prevenção de comportamentos ilícitos, resiliência e melhoria do ambiente urbano.
- PAICD 3. Reabilitação de espaço público envolvente habitação social do Centro: Este investimento pretende a reabilitação de espaço público envolvente ao Núcleo de habitação social e degradada, visando a sua requalificação, segurança, prevenção de comportamentos ilícitos, resiliência e melhoria do ambiente urbano.
- PAICD 4. Reabilitação de habitação social do Centro: Esta ação visa a reabilitação de edifícios de habitação social “Torre da Previdência” e “Fundo de Fomento Habitação” propriedade de privados, da CMA e do IHRU. Nesta fase a CMA inscreve-se como promotora única para posterior retificação do promotor.

- PAICD 5. Reabilitação de habitação social Borralha: Esta ação visa a reabilitação de edifício de habitação social da Associação das Obras Sociais de São Vicente de Paulo localizados na Borralha.

■ **Medida 3.2. Ações de inclusão ativa das comunidades desfavorecidas**

É essencial para o desenvolvimento de novas dinâmicas na Cidade que se estimule a instalação de novas funções, capazes de atrair novos residentes que promovam o rejuvenescimento da população na ARU da Cidade de Águeda. É com este sentido que se define o objetivo de atrair e fixar um conjunto de atividades económicas diferenciadas.

Associada à degradação e desqualificação da malha urbana surgem comunidades desfavorecidas com diversos problemas sociais aos quais importa dar resposta. É neste âmbito que surge este objetivo, tendo em vista promover o combate à pobreza e à exclusão social. Esta medida tem como objetivo estratégico “Promover a inclusão das comunidades desfavorecidas com vista o fomento da igualdade de oportunidades, da participação ativa e melhoria da empregabilidade”. A concretização deste objetivo materializa-se nos seguintes objetivos específicos:

- Promover o envelhecimento saudável e autónomo e a aprendizagem e empreendedorismo ao longo da vida;
- Valorizar o capital humano explorando o potencial criativo e de inovação;
- Reforçar a atividade económica, o empreendedorismo e o emprego, explorando novas oportunidades;
- Reforçar os níveis de participação, capacitação e envolvimento dos atores urbanos;
- Promover um envolvimento ativo dos jovens na atividade criativa e no desenvolvimento de projetos;
- Potenciar a utilização dos espaços da Cidade de forma continuada e promovendo atividades orientadas para todos os grupos etários, nomeadamente no que se refere a atividades desportivas e promoção de hábitos mais saudáveis.

A medida 3.2 tem como principais investimentos:

- PAICD 6. Águeda ativa e saudável: Este projeto visa definir novas abordagens para o envelhecimento ativo e saudável nas comunidades desfavorecidas. Prevê-se o desenvolvimento de um Programa Envelhecimento Saudável sustentado no “bem-estar” com atividades ao longo de todo o ano, incluindo o contacto com a natureza, prática desportiva, saúde preventiva, alimentação saudável, etc., com diferenciação de públicos-alvo.

O projeto assume ainda uma segunda componente – Programa Envelhecimento Ativo, a qual se reveste de um carácter inovador, pela capacidade de integrar a população idosa em atividades promovidas no âmbito do PAICD 7. O *know-how* fruto da sua experiência deve ser utilizado como fator de motivação para a população jovem que utiliza “Espaço ALL”. O convívio intergeracional e a figura de tutores serão fundamentais para se trabalhar uma comunidade inclusiva e empreendedora.

- PAICD 7. Águeda *Living Lab*: O *Águeda Living Lab (ALL)* tem como objetivo estimular e facilitar a criação, experimentação e disseminação de soluções inovadoras mais eficazes, eficientes e sustentáveis para as necessidades, problemas ou desafios sociais de Águeda, em sentido amplo. Pretende-se trabalhar o empreendedorismo, o emprego e a participação cívica através da promoção de processos de inovação de novos produtos e serviços, segundo uma filosofia de *LL*. O modelo de *LL*, como forma de transformar os territórios em laboratórios de experimentação para o desenvolvimento de soluções inovadoras, beneficia das sinergias entre indústrias criativas e tradicionais, e oferece oportunidades para promover o dinamismo socioeconómico das regiões. Para existir uma adequação à realidade este projeto tem 3 etapas:
 - Diagnóstico de competências da população: Realização de diagnóstico das principais competências, vocações e aspirações dos seguintes públicos: jovens, idosos, desempregados.
 - Plataforma de experimentação e inovação social: Conhecidas as principais competências e vocações da população serão definidas as áreas temáticas e equipamentos do “Espaço *ALL*”. A criação de um Laboratório de Experimentação e Prototipagem para teste e desenvolvimento de ideias e modelos de negócio. A interação dos diferentes atores, incluindo os potenciais utilizadores, com recurso a novas tecnologias de inovação aberta, permitirá a motivação dos participantes, a partilha de competências e a incorporação de criatividade e inovação nos processos de produção, gestão e comercialização, aumentando as hipóteses de sucesso.
Prevê-se ainda criar uma plataforma de disseminação e venda dos novos produtos e serviços - *ALL MOBILE*.
 - Programa de Capacitação para o empreendedorismo e apoio ao emprego: O Programa de Capacitação para o empreendedorismo e apoio ao emprego é direcionado para os cidadãos que pretendam desenvolver as suas ideias e oferece uma metodologia para apoiar a criação e a exploração de soluções inovadoras e para as implementar no mercado.

- PAICD 8. Contratos de Emprego e Inserção (CEI): O município de Águeda prevê CEI para desempregados beneficiários de subsídio de desemprego.
- PAICD9. Promoção integrada da Igualdade de Género em Águeda
- PAICD10. Promoção integrada da igualdade de Oportunidades para públicos estratégicos em Águeda
- PAICD11. Promoção do acesso a serviços de saúde e sociais sustentáveis e inclusivos
- PAICD12. Promoção do Sucesso Educativo e Qualificação da População de Águeda.

i. Identificação indicativa dos investimentos, estimativa do investimento público a realizar, realizações e resultados esperados

Os investimentos a desenvolver encontram-se sistematizados na tabela seguinte, juntamente com a respetiva calendarização, estimativa de custos, fontes de financiamento, e entidades/autoridades responsáveis e intervenientes.

Tabela 20. Investimentos PAICD.

Objetivo Temático	P.I.	Designação do investimento	NIF Promotor	Nome do Promotor	Investimento Total	Ano de Início	NUTS III	Freguesia	% Imputação
09	08	PAICD 1. Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Paredes	502491280	Património dos Pobres da Freguesia de Águeda	100.000,00	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
09	08	PAICD 2. Reabilitação de espaço público de Assequins	501090436	CMA	500.000,00	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
09	08	PAICD 3. Reabilitação de espaço público envolvente habitação social do Centro	501090436	CMA	150.000,00	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
09	08	PAICD 4. Reabilitação de habitação social - UHD (propriedade da CMA e IHRU)	501090436	CMA	420.000,00	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
09	08	PAICD 5. Reabilitação integral de edifícios de habitação social na Borralha	500874875	Associação das Obras Sociais de São Vicente de Paulo	75.000,00	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
09	01	PAICD 6. Águeda ativa e saudável	501090436	CMA	50.000,00	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
09	01	PAICD 7. Águeda Living Lab	501090436	CMA	225.000,00	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
09	01	PAICD 8. Contratos Emprego Inserção	501090436	CMA	15.000,00	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00

Objetivo Temático	P.I.	Designação do investimento	NIF Promotor	Nome do Promotor	Investimento Total	Ano de Início	NUTS III	Freguesia	% Imputação
8	4	PAICD9. Promoção integrada da Igualdade de Género em Águeda	501090436	CMA	250 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
9	3	PAICD10. Promoção integrada da igualdade de Oportunidades para públicos estratégicos em Águeda	501090436	CMA	250 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
9	4	PAICD11. Promoção do acesso a serviços de saúde e sociais sustentáveis e inclusivos	501090436	CMA	1 000 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00
10	1	PAICD12. Promoção do Sucesso Educativo e Qualificação da População de Águeda	501090436	CMA	1 000 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100,00

Salienta-se a necessária mobilização das restantes PI indicadas no Aviso (PI 8.4, 9.3, 9.4, 10.1).

No que se refere às metas / resultados esperados prevêem-se alcançar os seguintes:

Tabela 21. Resultados Esperados PAICD

Indicadores de realização					Indicadores de resultado				
Designação (unidade de medida)	Meta 2018	Meta 2023	Justificação		Designação	Meta 2018	Meta 2023	Justificação	
O.06.05.03.C	Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m ²)	5100	13200	Valor correspondente ao somatório das intervenções. Em 2018 considera-se apenas a envolvente à UHD	R.06.05.01.E	Aumento do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)	2	2	Meta da NUTS II
O.06.05.05.C	Habitacões reabilitadas em áreas urbanas (N.º)	5	12	Neste indicador são apenas consideradas as habitações das entidades elegíveis, sendo os privados					

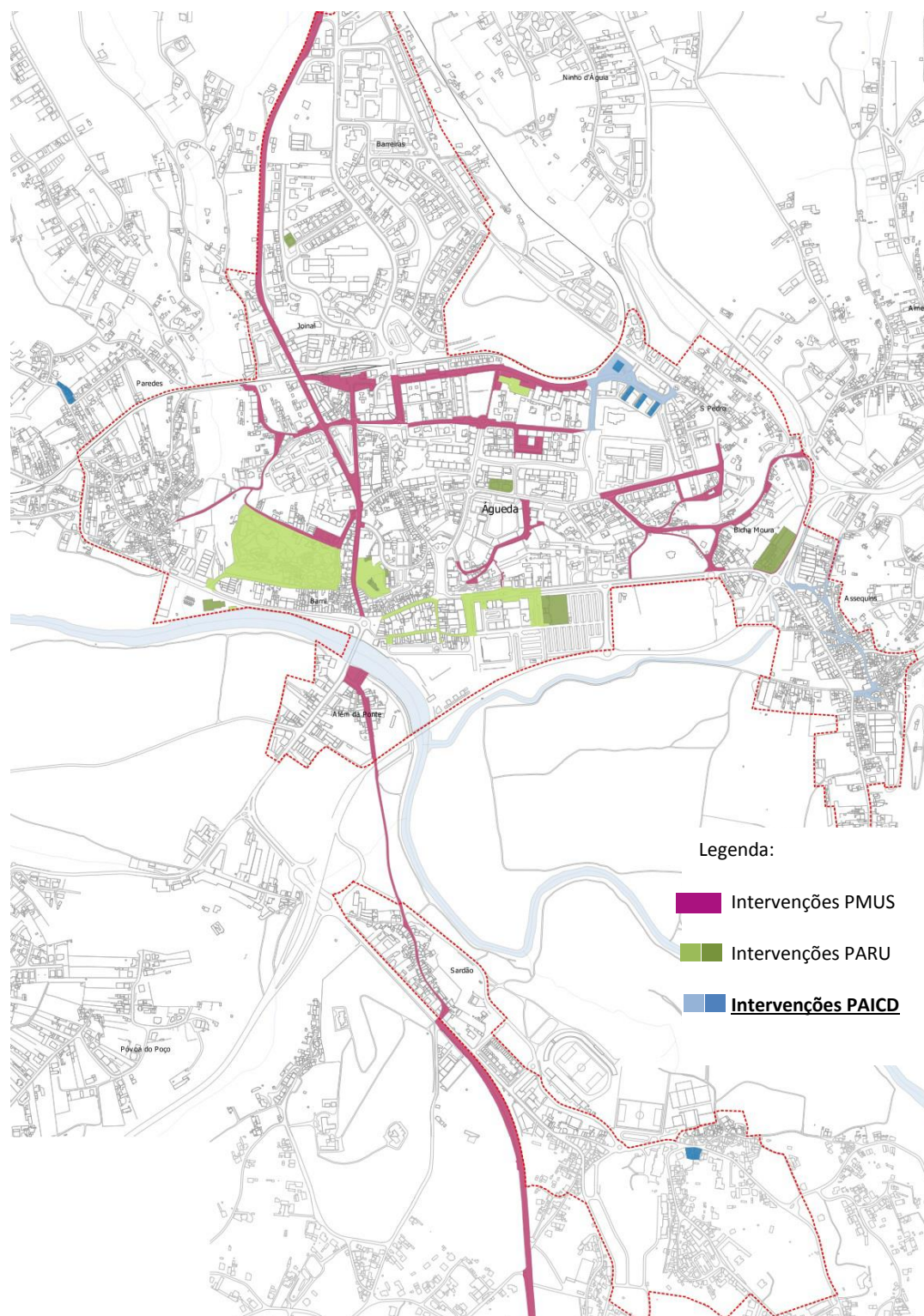


Figura 45. Planta de localização dos investimentos do PEDU (PMUS, ARU, PAICD)
Fonte: CMA

ii. *Fichas Síntese*

ID	PAICD 1. Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Paredes
Enquadramento Regulamentar	<p>Regulamento ISE (Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março):</p> <p>9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais, art. 261º):</p> <p>a) Reabilitação integral de edifícios de habitação social ou de edifícios devolutos destinados a este tipo de habitação, ocupados maioritariamente por habitação, que tenham idade superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a dois, determinado nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, podendo integrar espaço para equipamentos, comércio, serviços ou atividades complementares da habitação, como estacionamento ou arrecadações.</p>
RELAÇÃO EIDT	<p>ME4. Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Edificado	Esta ação visa a reabilitação integral dos edifícios de habitação social de Paredes garantindo a qualidade de vida dos residentes e apostando na regeneração desta comunidade desfavorecida e a mitigação de situações de carência, de disfunção e de marginalização social.

ID	PAICD 2. Reabilitação de espaço público de Asseguins
Enquadramento Regulamentar	<p>Regulamento ISE (Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março):</p> <p>9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais, art. 261º):</p> <p>b) Reabilitação de espaço público, visando nomeadamente a sua requalificação, segurança, prevenção de comportamentos ilícitos, resiliência, melhoria do ambiente urbano, desde que seja envolvente a edifícios de habitação social ou cuja intervenção esteja incluída numa operação integrada de regeneração de um bairro de habitação social.</p>
RELAÇÃO EIDT	<p>ME4. Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Espaço Público	Este investimento pretende a reabilitação de espaço público de Asseguins, visando a sua requalificação, segurança, prevenção de comportamentos ilícitos, resiliência e melhoria do ambiente urbano.

ID	PAICD 3. Reabilitação de espaço público envolvente habitação social do Centro
Enquadramento Regulamentar	Regulamento ISE (Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março): 9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais, art. 261º): b) Reabilitação de espaço público, visando nomeadamente a sua requalificação, segurança, prevenção de comportamentos ilícitos, resiliência, melhoria do ambiente urbano, desde que seja envolvente a edifícios de habitação social ou cuja intervenção esteja incluída numa operação integrada de regeneração de um bairro de habitação social.
RELAÇÃO EIDT	ME4. Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora • Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Espaço Público	Este investimento pretende a reabilitação de espaço público envolvente ao Núcleo de habitação social e degradada, visando a sua requalificação, segurança, prevenção de comportamentos ilícitos, resiliência e melhoria do ambiente urbano.

ID	PAICD 4. Reabilitação de habitação social - UHD
Enquadramento Regulamentar	Regulamento ISE (Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março): 9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais, art. 261º): a) Reabilitação integral de edifícios de habitação social ou de edifícios devolutos destinados a este tipo de habitação, ocupados maioritariamente por habitação, que tenham idade superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a dois, determinado nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, podendo integrar espaço para equipamentos, comércio, serviços ou atividades complementares da habitação, como estacionamento ou arrecadações.
RELAÇÃO EIDT	ME4. Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora • Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Edificado	Esta ação visa a reabilitação de edifícios de habitação social "Torre da Previdência" e "Fundo de Fomento Habitação" propriedade de privados, da CMA e do IHRU. Nesta fase da candidatura, considerando que o IHRU não se encontra inscrito no Balcão, a CMA inscreve-se como promotora única para posterior retificação do promotor. A autarquia possui cerca de 10 imóveis, considerando-se o mesmo nº para o IHRU. É neste projeto que se prevê a componente de comunicação do PAICD, de acordo com o previsto na alínea i), do número 1 do artigo 264º da Portaria 97-A, de 30 de março de 2015,

ID	PAICD 5. Reabilitação integral de edifícios de habitação social na Borralha
Enquadramento Regulamentar	<p>Regulamento ISE (Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março):</p> <p>9.8. A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais, art. 261º):</p> <p>a) Reabilitação integral de edifícios de habitação social ou de edifícios devolutos destinados a este tipo de habitação, ocupados maioritariamente por habitação, que tenham idade superior a 30 anos, ou, no caso de idade inferior, que demonstrem um nível de conservação igual ou inferior a dois, determinado nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro, podendo integrar espaço para equipamentos, comércio, serviços ou atividades complementares da habitação, como estacionamento ou arrecadações.</p>
RELAÇÃO EIDT	<p>ME4. Apostar no território como identidade, recurso e marca diferenciadora</p> <ul style="list-style-type: none"> Promover e apoiar a requalificação e revitalização dos centros urbanos e dos espaços públicos
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Edificado	Esta ação visa a reabilitação de edifício de habitação social da Associação das Obras Sociais de São Vicente de Paulo localizados na Borralha, garantindo a qualidade de vida dos residentes e apostando na regeneração desta comunidade desfavorecida e a mitigação de situações de carência, de disfunção e de marginalização social.

ID	PAICD 6. Águeda ativa e saudável
Enquadramento Regulamentar	<p>Regulamento ISE (Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março):</p> <p>9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade:</p> <p>CAPÍTULO VII Modernização e abordagens</p> <p>Artigo 205.º e) Operações previstas na PI 9i dos eixos prioritários 7 do POR Norte, 5 do POR Centro e 6 do POR Lisboa, do POR Alentejo e do POR Algarve, que visem: iv) Fomentar abordagens locais inovadoras de desenvolvimento social e promover estratégias locais de inclusão ativa.</p>
RELAÇÃO EIDT	<p>ME3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva</p> <ul style="list-style-type: none"> Apostar na qualificação das comunidades Promover comunidades saudáveis e coesas Promover respostas sociais com base na Inovação Social
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Intervenções para integração da população	<p>Este projeto visa definir novas abordagens para o envelhecimento ativo e saudável nas comunidades desfavorecidas. Prevê-se o desenvolvimento de um Programa Envelhecimento Saudável sustentado no sector do "bem-estar" com atividades ao longo de todo o ano (realização de atividades regulares para promover a cultura do "bem-estar"), incluindo o contacto com a natureza, prática desportiva, saúde preventiva, alimentação saudável, etc., com diferenciação de públicos-alvo (idosos, famílias, jovens).</p> <p>O projeto assume ainda uma segunda componente – Programa Envelhecimento Ativo, a qual se reveste de um carácter inovador, pela capacidade de integrar a população idosa em atividades de empreendedorismo promovidas no âmbito do PAICD 7. O know-how fruto da sua experiência deve ser utilizado como fator de motivação para a população jovem e desempregada que utiliza "Espaço Águeda Living Lab". O convívio intergeracional e a figura de tutores, que os idosos podem assumir, será fundamental para se trabalhar uma comunidade cada vez mais inclusiva e empreendedora.</p>

ID	PAICD 7. Águeda Living Lab
Enquadramento Regulamentar	<p>Regulamento ISE (Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março):</p> <p>9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade:</p> <p>CAPÍTULO VII Modernização e abordagens</p> <p>Artigo 205.º e) Operações previstas na PI 9i dos eixos prioritários 7 do POR Norte, 5 do POR Centro e 6 do POR Lisboa, do POR Alentejo e do POR Algarve, que visem: ii) Desenvolver iniciativas para a inovação e a experimentação social que facilitem a dinamização de estratégias de inclusão social.</p>
RELAÇÃO EIDT	<p>ME3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apostar na qualificação das comunidades • Promover comunidades saudáveis e coesas • Promover respostas sociais com base na Inovação Social
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Iniciativas de apoio ao empreendedorismo	<p>O Águeda Living Lab tem como objetivo estimular e facilitar a criação, experimentação e disseminação de soluções inovadoras mais eficazes, eficientes e sustentáveis para as necessidades, problemas ou desafios sociais de Águeda, em sentido amplo. Pretende-se trabalhar o empreendedorismo, o emprego e a participação cívica pela participação em processos de inovação de novos produtos e serviços, segundo uma filosofia de living lab. O modelo de living lab, como forma de transformar os territórios em laboratórios de experimentação para o desenvolvimento de soluções inovadoras, beneficia das sinergias entre indústrias criativas e tradicionais, e oferece oportunidades para promover o dinamismo socioeconómico das regiões. Para existir uma adequação à realidade este projeto tem 3 componentes interdependentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Diagnóstico de competências da população: Antes de se definir a orientação do Águeda Living Lab será realizado um diagnóstico das principais competências, vocações e aspirações dos seguintes públicos: jovens, idosos, desempregados. ■ Plataforma de experimentação e inovação social: Conhecidas as principais competências e vocações da população serão definidas as áreas temáticas e equipamentos do "Espaço Águeda Living Lab". <p>A criação de um Laboratório de Experimentação e Prototipagem para investigação, teste e desenvolvimento para teste de ideias e modelos de negócio. A interação dos diferentes atores, incluindo os potenciais utilizadores, com recurso a novas tecnologias de inovação aberta, permitirá a motivação dos participantes, a partilha de competências e a incorporação de criatividade e inovação nos processos de produção, gestão e comercialização, aumentando as hipóteses de sucesso.</p> <p>Este é um espaço de cocriação, onde se estimula a partilha de ideias (em que a população idosa assume a figura de tutores) e onde se testa ideias.</p> <p>Equaciona-se a criação de uma plataforma de disseminação e venda dos novos produtos e serviços. O Águeda Living Lab MOBILE será um espaço móvel passível de ser utilizado e partilhado pelos diferentes empreendedores em ações concertadas.</p> <ul style="list-style-type: none"> ■ Programa de Capacitação para o empreendedorismo e apoio ao emprego: O Programa de Capacitação para o empreendedorismo e apoio ao emprego é direcionado para os cidadãos que pretendam desenvolver as suas ideias e oferece uma metodologia para apoiar a criação e a exploração de soluções inovadoras e para as implementar no mercado.

ID	PAICD 8. Contratos Emprego Inserção
Enquadramento Regulamentar	<p>Regulamento ISE (Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março):</p> <p>9.1. Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade:</p> <p>CAPÍTULO II Acesso ao emprego - Artigo 18.º Tipologia de operações e) Trabalho socialmente necessário.</p>
RELAÇÃO EIDT	<p>ME3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apostar na qualificação das comunidades • Promover comunidades saudáveis e coesas • Promover respostas sociais com base na Inovação Social
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
CEI	O município de Águeda prevê 10 Contratos Emprego para desempregados beneficiários de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego.

ID	PAICD9. Promoção integrada da Igualdade de Género em Águeda
Enquadramento Regulamentar	<p>Regulamento ISE (Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março):</p> <p>PI 8.4, "Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, incluindo no acesso ao emprego, na progressão na carreira, na conciliação da vida profissional e privada e na promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual"</p>
RELAÇÃO EIDT	<p>ME3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Apostar na qualificação das comunidades • Promover comunidades saudáveis e coesas • Promover respostas sociais com base na Inovação Social
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Interv. integração da população	O município de Águeda prevê o desenvolvimento de Programa de incentivo à empregabilidade parcial de pais e desenvolvimento de Planos para a igualdade.

ID	PAICD10. Promoção integrada da igualdade de Oportunidades para públicos estratégicos em Águeda
Enquadramento Regulamentar	Regulamento ISE (Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março): 9.3 “Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades”
RELAÇÃO EIDT	ME3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva <ul style="list-style-type: none"> • Apostar na qualificação das comunidades • Promover comunidades saudáveis e coesas • Promover respostas sociais com base na Inovação Social
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Interv. integração da população	Esta intervenção prevê a implementação de ações de formação de públicos estratégicos com intervenção nos seguintes domínios: <ul style="list-style-type: none"> - Promoção da igualdade de género e da prevenção e combate à discriminação em razão do sexo, da orientação sexual e da identidade de género; - Prevenção e combate à violência doméstica e, em geral, à violência de género, incluindo a mutilação genital feminina; - Prevenção e combate ao tráfico de seres humanos; - Apoio e acompanhamento especializados a vítimas e agressores; - Obtenção da certificação ou especialização em igualdade de género.

ID	PAICD11. Promoção do acesso a serviços de saúde e sociais sustentáveis e inclusivos
Enquadramento Regulamentar	Regulamento ISE (Portaria n.º 97-A/2015 de 30 de março): PI 9.4 “Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, mormente cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral”
RELAÇÃO EIDT	ME3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva <ul style="list-style-type: none"> • Apostar na qualificação das comunidades • Promover comunidades saudáveis e coesas • Promover respostas sociais com base na Inovação Social
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Equipamentos de utilização coletiva e respetiva priorização	No âmbito da PI 9.4 prevê-se a implementação das seguintes intervenções: <ul style="list-style-type: none"> - Modelos de apoio à vida independente - desenvolvimento de serviços diferenciados e diversificados, adequados às necessidades das pessoas com deficiência e incapacidade e seus cuidadores ou famílias - Rede de cuidadores de proximidade - ações que visem o desenvolvimento de projetos preventivos, reforçando os mecanismos de apoio, dirigidos a pessoas idosas e a pessoas com deficiência e incapacidade. - Suporte ao doente em casa ou na comunidade através do uso de tecnologias - desenvolvimento de serviços de saúde à distância, com recurso a tecnologias de saúde de proximidade e que inclui a telemonitorização e o acompanhamento do doente à distância. - Cuidados especializados - desenvolvimento de projetos dirigidos a pessoas com deficiência e incapacidade, demências e prematuros. - Qualificação do sistema nacional de intervenção precoce na infância - promoção da inclusão e da cidadania de crianças entre os 0 e os 6 anos e das respetivas famílias - Apoio à parentalidade positiva - capacitação das famílias, nomeadamente em situação de vulnerabilidade social, para o exercício de uma parentalidade responsável; capacitação de técnicos, outros profissionais e colaboradores de ação social, no âmbito da formação para o desempenho parental.

ID	PAICD12. Promoção do Sucesso Educativo e Qualificação da População de Águeda
Enquadramento Regulamentar	Regulamento CH (Portaria n.º 60-C/2015 de 02 de março): PI10.1 "Redução e prevenção do abandono escolar precoce e para o estabelecimento de condições de igualdade no acesso à educação infantil, primária e secundária, incluindo percursos de aprendizagem, formais, não formais e informais, para a reintegração no ensino e formação"
RELAÇÃO EIDT	ME3. Reforçar e capacitar as comunidades de forma inclusiva <ul style="list-style-type: none"> • Apostar na qualificação das comunidades • Promover comunidades saudáveis e coesas • Promover respostas sociais com base na Inovação Social
TIPO DE INTERVENÇÃO	DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO
Combate ao insucesso e abandono escolar	<p>No âmbito da PI 10.1 prevê-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Implementação de medidas educativas orientadas para a promoção da inclusão, do sucesso educativo e para a prevenção do abandono escolar; - Intervenções específicas na área da qualidade, inovação e criatividade educativa e formativa, nomeadamente: <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de recursos didáticos inovadores • Desenvolvimento de projetos ligados ao reforço da aprendizagem dos conhecimentos e das capacidades, previstos nos programas e nas metas das diferentes disciplinas ou módulos; • Desenvolvimento de projetos de carácter transversal nas áreas de educação e formação para a cidadania e igualdade de género, incluindo a violência doméstica e violência de género; • Desenvolvimento de atividades, de projetos e de outras iniciativas no âmbito do Programa de Desporto Escolar, tutelado pelo Ministério da Educação e Ciência; • Desenvolvimento de projetos que promovam o mérito e a excelência dos alunos e formandos; • Promoção de atividades de monitorização e avaliação do sistema de educação e formação; - Desenvolvimento de projetos que promovam o ajustamento entre a oferta e a procura de qualificações, incluindo: <ul style="list-style-type: none"> • Estudos de diagnóstico para identificação e antecipação de necessidades de qualificação; • Criação de redes regionais de coordenação da oferta formativa ou de pactos territoriais para o emprego e a formação; - Desenvolvimento de projetos de inovação educativa e ou formativa, designadamente os que visem a igualdade de oportunidades e a criatividade: <ul style="list-style-type: none"> • Produção e adaptação de materiais escolares em formatos acessíveis ou desenho universal; • Promoção da transição para a vida pós -escolar; • Disponibilização de produtos e tecnologias de apoio para acesso ao currículo. - Cooperação transnacional em matéria de inovação e criatividade no ensino.

E. RESULTADOS ESPERADOS, FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO E INTERDEPENDÊNCIAS

e.1. Investimentos, ações, resultados e metas

Tabela 22. Indicadores e metas do PEDU

PI a mobilizar	Fundo	Eixo/ Medida do Programa Ação do Plano	Indicador de Realização		Indicador de Resultado				Proposta de Dotação Fundo a Contratar
			Indicador	Meta 2018	Meta 2023	Indicador	Meta 2018	Meta 2023	
4.5	FEDER	Eixo 1/ Medida 1.1.	Planos de mobilidade urbana sustentável implementados (n.º)	1	1	Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa (Ton/CO2)	255 000	251 120	5 261 500,00 €
6.5	FEDER	Eixo 2/ Medida 2.1.	Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m²)	17800	53000	Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10)	2	2	16 795 375,00 € (com Instrumento Financeiro) 8 795 375,00 € (sem Instrumento Financeiro)
6.5	FEDER	Eixo 2/ Medida 2.2.	Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m²)	4980	16750				
6.5	FEDER	Eixo 2/ Medida 2.2.	Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (n.º)	20	40				
9.8	FEDER	Eixo 3/ Medida 3.1.	Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m²)	5100	13200	Melhoria do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10)	2	2	1 058 250 €
9.8	FEDER	Eixo 3/ Medida 3.1.	Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (n.º)	5	12				

e.2. Síntese das principais realizações, incluindo mecanismos de recolha de dados para cálculo dos indicadores

Os resultados são:

PI4.5. Planos de mobilidade urbana sustentável implementados (N.º): Considera-se a implementação em Águeda das ações previstas no PIMTRA, sendo por isso 1 o valor da meta em 2018 e 2023.

PI4.5. Interfaces modais apoiados (N.º): Considera-se o interface rododiferroviário existente e contemplado também no PIMTRA como projeto relevante a implementar a curto prazo.

PI4.5. Emissão estimada dos gases com efeitos de estufa (Ton/CO₂): Assume-se a redução das emissões de CO₂ apenas afeta à parte relativa aos transportes (considerando os valores nacionais, a % das emissões provenientes do transporte é de 30%). Com base na % afeta aos transportes considera-se uma redução equivalente a 1/3 da % assumida pela NUTS II - Região Centro, uma vez que a redução terá contributos de outros investimentos não integrados neste aviso do PEDU (ex. eficiência energética nos transportes públicos).

PI6.5. Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m²): O valor considerado corresponde ao somatório das áreas a intervencionar. A meta 2018 corresponde ao somatório dos investimentos a iniciar a curto prazo.

PI 6.5. Desenvolvimento urbano: Edifícios públicos ou comerciais construídos ou renovados em áreas urbanas (m²): O valor considerado corresponde ao somatório das áreas a intervencionar. A meta 2018 corresponde ao somatório dos investimentos a iniciar a curto prazo.

PI 6.5. Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (N.º): Considera-se um valor médio de 50 mil euros por reabilitação, com uma meta de 40 habitações em 2023 e metade em 2018.

PI 6.5. Aumento do grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano (1 a 10): Considera-se a meta estabelecida para a Região Centro.

PI 9.8. Desenvolvimento urbano: Espaços abertos criados ou reabilitados em áreas urbanas (m²): O valor considerado corresponde ao somatório das áreas a intervencionar. A meta 2018 corresponde ao investimento a iniciar a curto prazo na UHD.

PI 9.8 Desenvolvimento urbano: Habitações reabilitadas em áreas urbanas (N.º): O valor considerado corresponde ao valor estimado das habitações sociais a intervencionar uma vez que as habitações privadas recorrerão ao Instrumento financeiro.

PI9.8. Melhoria do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção (1 a 10): Considera-se a meta 2 estabelecida para a Região Centro.

QUESTIONÁRIO DE SATISFAÇÃO										
<i>Este inquérito destina-se a avaliar as iniciativas realizadas no âmbito do Plano de Desenvolvimento Urbano de Águeda (PEDU)</i>										
Data: _____										
1. Local de residência (freguesia /rua):										
2. Qual o seu grau de satisfação com o seu local de residência (qualidade dos espaços, dinâmicas socioculturais, serviços, etc)? Classifique de 1 a 10, sendo o 10 o valor mais elevado.										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	
3. Comentários/Sugestões/Observações										
AGRADECEMOS A SUA COLABORAÇÃO!										

Figura 46. Questionário para aferição do indicador “Melhoria do grau de satisfação dos residentes nas áreas de intervenção”
Fonte: CMA, SPI, 2015.

Destaque ainda para a complementaridade com as restantes PI identificadas no PAICD (9.1,8.4,9.3,9.4 e 10.1) com as quais se prevê uma melhoria do contexto ao nível do emprego e inclusão social.

e.3. Desafios e Fatores Críticos de Sucesso

A estratégia de desenvolvimento urbano da Cidade de Águeda assume-se os seguintes desafios que importa considerar nas intervenções a realizar na Cidade em matéria de mobilidade sustentável, regeneração urbana e inclusão social de comunidades desfavorecidas:

- Consolidação de uma economia verde, assegurando a transição para um modelo de baixo carbono numa perspetiva de promoção da sustentabilidade urbana e de desenvolvimento de novos modelos de crescimento urbano e económico;
- Promoção de condições urbanas e ambientais que contribuam para a qualidade de vida e satisfação da população e para a fixação de população e atividades económicas;
- Reforço da atividade económica através do incentivo a uma economia de proximidade;
- Promoção de uma sociedade inclusiva capaz de integrar diferentes grupos especiais, em especial os mais desfavorecidos e com maior dificuldade de acesso a bens e serviços essenciais.

Estes desafios têm ainda por base um conjunto de fatores críticos de sucesso, nomeadamente:

- A adaptabilidade e apropriação local de uma estratégia de mobilidade urbana sustentável (PIMTRA) definido à escala intermunicipal;
- A capacidade para inverter a tendência para a utilização massiva do transporte individual, bem como para aumentar o número de deslocações em modos suaves, inclusivamente nas deslocações de proximidade;
- A capacidade de produzir efeitos ao nível da qualificação urbanística, ambiental e patrimonial do espaço a intervir, mas também (e sobretudo) de promover as condições que permitam estimular o desenvolvimento económico e a coesão social neste território;
- A articulação física e funcional das diversas unidades urbanas da Cidade enquanto fator essencial para a coesão da Cidade de Águeda, e para a sua consolidação e desenvolvimento sustentado;
- A competência para os espaços qualificados atuarem como veículos de inclusão e mote para promoção de ações focadas nas necessidades da comunidade e na sua capacitação ativa;
- A clareza e adaptação à realidade local do IFRRU - Instrumento Financeiro de Reabilitação e Regeneração Urbana;
- A capacidade de mobilização dos privados para a reabilitação do seu património através do IFRRU;
- O envolvimento da comunidade e das entidades responsáveis pela dinamização de funções urbanas estruturantes (comércio, serviços, equipamentos, etc.);
- O sucesso das ações de sensibilização e mobilização da comunidade para novos hábitos de deslocação e capacitação para a mudança.

F. MODELO DE GOVERNAÇÃO

f.1. Modelo de gestão e organização que assegurem a prossecução do Plano com eficácia e eficiência, incluindo descrição da equipa técnica

O modelo de gestão e organização de governação do PEDU de Águeda é estruturado em três órgãos com responsabilidades definidas, articuladas entre si, no sentido de garantir a implementação eficiente do Plano Estratégico: Executivo Municipal, Equipa Técnica e Observatório Externo.



Figura 47. Modelo de gestão e organização

No modelo de governação, nomeadamente no que se refere aos órgãos de decisão e técnicos, será consagrado o princípio de segregação de funções, ou seja será assegurada a separação de funções potencialmente conflituantes, nomeadamente de autorização, aprovação, execução, controlo e contabilização das operações. Neste sentido, em momento algum, a mesma pessoa será responsável cumulativamente pelas funções acima descritas. Esta regra será aplicada transversalmente a todo o modelo de gestão e organização, com especial destaque para a EDUA.

Cada órgão assume as seguintes funções:

- **Executivo do Município de Águeda:** Enquanto órgão executivo colegial do município, eleito pelos cidadãos eleitores recenseados na sua área, este órgão assume o papel deliberativo. Assim o Executivo é responsável pela:
 - Coordenação global do PEDU e da Equipa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Águeda;
 - Procura de complementaridades e soluções inovadoras para potenciar os resultados dos investimentos;
 - Articulação com as diferentes autoridades de gestão;
 - Aprovação dos relatórios de Monitorização e Avaliação.

- **EDUA – Equipa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Águeda:** Corresponde à equipa técnica, responsável pela gestão operacional dos investimentos e metas do PEDU. Esta equipa é responsável por:
 - Coordenar as atividades desenvolvidas e o seu alinhamento com as opções de execução deliberadas;
 - Mobilizar e gerir os contactos diretos com os parceiros e com proprietários privados, com vista a concretizar o grau de alavancagem de desenvolvimento económico previsto na estratégia;
 - Manter atualizado o quadro de execução física e financeira do PEDU;
 - Elaborar relatórios de execução com periodicidade trimestral e formular medidas corretivas a apresentar ao Executivo;
 - Elaborar relatórios de monitorização e avaliação com periodicidade anual;
 - Executar ações de comunicação e divulgação;
 - Garantir a implementação do IFRRU, nomeadamente:
 - Disponibilizar informação aos proprietários privados sobre o IFRRU;
 - Instruir e apreciar as candidaturas de projetos, verificando, designadamente o seu enquadramento nas regras definidas para o instrumento financeiro;
 - Formular pareceres técnicos sobre a viabilidade dos projetos;
 - Manter atualizado a informação junto das autoridades de gestão sobre cada projeto;
 - Prestar apoio às autoridades de gestão na preparação dos relatórios de execução;
 - Efetuar acompanhamento físico e financeiro das candidaturas aprovadas.

A Equipa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Águeda está organizada nas seguintes áreas:

- Valorização dos espaços urbanos e regeneração económica;
- Regeneração social das comunidades desfavorecidas;
- Acompanhamento e controlo de projetos;
- Execução física e financeira.

A EDUA será constituída por elementos da Câmara Municipal de Águeda tendo a seguinte constituição:

- Chefia da Divisão de Modernização Administrativa, Qualidade, Auditoria, Financiamentos e Parceria, responsável pela coordenação da EDUA e pela “Execução física e financeira” dos investimentos do PEDU e do instrumento financeiro;
- Chefia da Divisão de Execução de Obras Municipais, com formação na área da engenharia civil que será responsável pela execução e acompanhamento das empreitadas dos diversos projetos do PEDU;
- Chefia da Divisão de Desenvolvimento Local, com formação em planeamento urbano, e que será responsável pela componente de “Valorização dos espaços urbanos e regeneração económica”;
- Técnico superior, corresponsável pela implementação das ações imateriais da responsabilidade da autarquia e pela monitorização da “Execução física e financeira”;
- Técnico Superior, corresponsável pela aplicação do IFRRU;
- Técnico da Área Social a designar pela Divisão de Desenvolvimento Local que será responsável pela implementação e acompanhamento das ações da PAICD e do seu devido alinhamento com outros instrumentos existentes.

Reitera-se aqui a aplicação do princípio da segregação de funções, com a definição, após aprovação do PEDU das funções específicas de cada elemento. Esta equipa poderá ainda ser apoiada por elementos externos a contratar.

- **ODUA - Observatório de Desenvolvimento Urbano de Águeda:** O ODUa assegura a avaliação global da intervenção e assume o papel de órgão consultivo externo. Constituído por representantes dos parceiros, da comunidade local e de associações locais que, apesar de não serem executoras, atuam nas áreas de intervenção do presente Plano. Estas serão convocadas para dar o seu parecer sobre o planeamento das ações, os resultados alcançados e o seu impacto no território.

f.2. Mecanismos de acompanhamento e avaliação

Os mecanismos de acompanhamento e avaliação visam a identificação de fatores críticos que condicionaram ou potenciaram a implementação da estratégia e os respetivos resultados, com destaque para a deteção de desvios de execução face aos objetivos e metas programadas, dificuldades e constrangimentos associados aos mesmos desvios para proceder a ajustamentos ou alterações na programação e gestão dos apoios e/ou outras dimensões que se revelem necessários para atingir os objetivos fixados.

De acordo com o modelo de gestão e organização apresentado anteriormente apresenta-se o contributo de cada órgão para o acompanhamento e avaliação do PEDU:

- O **Executivo** é responsável por avaliar, dar parecer e aprovar o relatório de monitorização e avaliação do PEDU, bem como por verificar a pertinência de medidas corretivas, que poderão envolver a redefinição do programa de investimentos;
- A **Equipa de Apoio ao Desenvolvimento Urbano de Águeda** é responsável por recolher e analisar as metas de realização e resultado e de elaborar, anualmente, um relatório de monitorização e avaliação do PEDU. Os resultados são enviados ao Executivo, com o intuito de apreciar o percurso efetuado e dar parecer de acordo com o nível e a natureza da prossecução do PEDU. É também esta equipa a responsável pela articulação entre os parceiros promotores;
- O **Observatório de Desenvolvimento Urbano de Águeda** deve dar o seu parecer sobre o planeamento das ações, os resultados alcançados e o seu impacto no território.

Será da responsabilidade da Equipa a elaboração de um plano de comunicação, desenvolvido no decurso da execução da operação e após a sua conclusão, com vista a disponibilização de informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, de acordo com o estipulado na alínea i), do número 1 do artigo 264º da Portaria 97-A, de 30 de março de 2015, com especial destaque para as intervenções enquadradas no PAICD.

Os mecanismos de acompanhamento e avaliação, bem como o previsto no Plano de comunicação, deverão permitir, de uma forma ágil e em tempo útil, detetar pontos críticos na implementação do PEDU e introduzir as necessárias medidas corretivas. Neste sentido, definem-se os seguintes mecanismos:

- **Reuniões do Executivo Municipal:** Estas reuniões entre o Executivo e a EDUA, com carácter mensal, tem como objetivo apresentar resultados, monitorizar a implementação das ações e avaliar o seu contributo para os objetivos e metas definidos. O Executivo deverá dar o seu parecer sobre o planeamento das ações, os resultados alcançados e o seu impacto no território, bem como introduzir eventuais melhorias;
- **Reuniões técnicas:** Com periodicidade semanal, estas reuniões permitirão o acompanhamento da implementação do PEDU entre a equipa técnica, bem como a preparação de relatórios trimestrais de execução física e financeira e relatórios de monitorização e avaliação anuais;
- **Reuniões com proprietários privados:** Considerando a relevância da integração dos proprietários privados no processo, estão planeadas reuniões de carácter trimestral para ponto de situação das ações a executar com o seu apoio. Caso pertinente serão convocadas reuniões de carácter extraordinário;

- **Visitas de acompanhamento** aos projetos em execução e elaboração dos respetivos relatórios de execução;
- **Relatórios de execução física e financeira:** Estes relatórios deverão ser preparados pela equipa técnica para acompanhamento da implementação do PEDU com carácter trimestral;
- **Relatórios de monitorização e avaliação:** Os relatórios de monitorização e avaliação devem ter um carácter anual e ter por base os indicadores de realização e resultado definidos para a implementação do PEDU. Considerando que os diferentes projetos são executados ao longo do período de vigência do PEDU, a avaliação irá acompanhar todo o período de execução, sugerindo-se:
 - o **Avaliação Intercalar**, com o objetivo principal de identificar eventuais desvios de execução face às expectativas e ao programado, as principais dificuldades e constrangimentos responsáveis e proceder a ajustamentos ou alterações no PEDU e resultados esperados, na programação e gestão dos apoios, na dinamização da parceria e/ou outras dimensões, que se revelem necessários em função dos resultados da Avaliação, para a prossecução dos objetivos em causa;
 - o **Avaliação Final**, centrada no contributo dos resultados e impactos da intervenção para os objetivos estratégicos e na formulação de recomendações a ter em conta na preparação de novas intervenções com características semelhantes.
- **Website DeAgueda:** Com o intuito de comunicar aos cidadãos o ponto de situação das operações, os constrangimentos de circulação, entre outras informações úteis será criado o website **DeAgueda**. Esta plataforma será ainda essencial para divulgação das ações enquadradas na alínea d) *“Desenvolvimento de ações com vista à gestão e animação da área urbana, à promoção da atividade económica, à valorização dos espaços urbanos e à mobilização das comunidades locais”* da prioridade 6.5. A divulgação do IFRRU também terá como suporte este website;
- **Questionário online** para aferir o grau de satisfação dos residentes que habitam em áreas com estratégias integradas de desenvolvimento urbano.

f.3. Envolvimento e responsabilidades dos parceiros

As atividades e projetos desenvolvidos no âmbito do PEDU de Águeda, ainda que promovidos e assegurados, na sua grande parte, em exclusividade pela Câmara Municipal de Águeda [à exceção de 2 projetos promovido no âmbito do Eixo 3 – Regeneração física e social das comunidades desfavorecidas], preveem o envolvimento da comunidade e de diversas entidades locais no domínio da educação, cultura, promoção da economia local, desporto, apoio social entre outras que venham a revelar-se pertinentes à concretização com sucesso dos investimentos. Complementarmente às atividades previstas na operação, prevê-se a criação de um Plano de

Comunicação a desenvolver no decurso da execução da operação e na sua conclusão, que permita a informação e divulgação dos indicadores de resultado da operação junto dos potenciais beneficiários ou utilizadores e do público em geral, de acordo com o artigo 264º, alínea 1 i), da Portaria 97-A, de 30 de março de 2015, com especial destaque para as intervenções enquadradas no PAICD. No âmbito do Projeto PARU 14 está a ser planeada a dinamização de diversas ações imateriais, nas quais se prevê a mobilização de parceiros locais. Complementarmente às atividades previstas na operação, o envolvimento de parceiros externos terá por base os seguintes mecanismos:

- **Website DeAgueda**, onde será comunicado o IFRRU, e toda a informação referente ao mesmo;
- **Brochura**: Conceção e edição de uma pequena brochura de grande divulgação que faça um resumo simples e acessível dos objetivos e estrutura do PEDU;
- **Folhetos**: Elementos de grande divulgação sobre aspetos específicos que interesse salientar, nomeadamente sobre o IFRRU;
- **Newsletter**: Conceção e edição de uma publicação periódica de divulgação semestral que permita o acompanhamento da execução da globalidade do PEDU;
- **Divulgação nos meios de comunicação social local**: Através de anúncios institucionais, sempre que seja aconselhável a divulgação de informação na imprensa diária; e anúncios específicos e entrevistas sobre aspetos relevantes que envolvam as intervenções operacionais ou que justifiquem um enquadramento global.
- **Sessões públicas** de informação técnica para divulgação do Instrumento Financeiro para a Reabilitação Urbana;
- **Sessões informais** de partilha de informação/ testemunhos;
- **Sessões privadas com parceiros** para análise, avaliação e/ou acompanhamento de projeto.

Os parceiros executores e privados a implementar projetos no âmbito do IFRRU e que deverão assumir as seguintes responsabilidades:

- Implementar os projetos, garantindo:
 - o A execução do(s) projeto(s), de acordo com a descrição e metas definidas;
 - o A implementação do(s) projeto(s) nos termos e prazos previstos, respeitando sempre as normas legais e fiscais aplicáveis aos FEEL;
 - o A comunicação à EDUA de qualquer decisão ou modificação com influência nas condições definidas no(s) projeto(s) que promove;
 - o A divulgação do(s) projeto(s) e de todo o PEDU;
 - o A existência de informação relativa à elaboração e implementação do(s) projeto(s), incluindo de ordem financeira e física.
- Contribuir para a monitorização do PEDU;
- Divulgar os seus projetos respeitando as regras definidas pelas autoridades de gestão.

G. QUADRO DE INVESTIMENTOS

Os investimentos a desenvolver encontram-se sistematizados na tabela seguinte, juntamente com a respetiva calendarização, estimativa de custos, fontes de financiamento, e entidades/autoridades responsáveis e intervenientes.

Tabela 23. Quadro de investimentos Final

Objetivo Temático	P.I.	Designação do investimento	NIF Promotor	Nome do Promotor	Investimento Total	Ano de Início	NUTS III	Freguesia	% Imputação	eixo medida
4	5	PMUS1. Melhoria do Interface modal de transportes urbanos coletivos da Cidade de Águeda	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	1 260 000,00 €	2017	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo1/medida 1.1.
4	5	PMUS 2. Estruturação do eixo EN1/interface modal/Escola Marques Castilho para circulação ciclável e Pedonal (Rua Dr. Manuel Alegre/Rua 15 de Agosto e Praceta das Chãs)	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	310 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo1/medida 1.1.
4	5	PMUS 3.Construção de ciclovia e via pedonal / solução mecânica – reforço da ligação cota alta cota baixa da Cidade	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	600 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo1/medida 1.1.
4	5	PMUS 4. Construção de ciclovias e vias pedonais a nascente – Ligações centro/equipamentos escolares e comerciais a Asseguins e Ameal	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	370 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo1/medida 1.1.
4	5	PMUS 5. Estruturação do corredor urbano de atravessamento - EN1 - Controle de velocidade, priorização do peão e bicicleta	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	300 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo1/medida 1.1.
4	5	PMUS 6. Construção de ciclovias e vias pedonais a poente – Ligações centro/equipamentos sociais e de saúde a Paredes	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	700 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo1/medida 1.1.

4	5	PMUS 7. Ligação ciclável centro da Cidade às Zonas industriais Travassô e Barrô	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	2 000 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo1/medida 1.1.
4	5	PMUS 8. Sistema integrado de gestão de transportes públicos e estacionamento de Águeda	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	200 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo1/medida 1.1.
4	5	PMUS 9. Sistema de gestão e informação para soluções inovadoras e experimentais de transporte, adequadas à articulação entre os territórios urbanos e os territórios de baixa densidade	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	200 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo1/medida 1.1.
4	5	PMUS 10. Construção de ciclovias e acessos pedonais – fecho da rede ciclável do centro	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	250 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo1/medida 1.1.
6	5	PARU 1. Reabilitação do Mercado Municipal	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	1 200 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.2
6	5	PARU 2. Reabilitação do Centro de canoagem	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	175 000,00 €	2015	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.2
6	5	PARU 3. Reabilitação do edifício do conservatório	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	302 500,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.1
6	5	PARU 4. Reabilitação do espaço público envolvente à casa do adro	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	415 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.1

6	5	PARU 5. Reabilitação de casa de ensaios do cancionero	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	62 500,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.2
6	5	PARU 6. Reabilitação do edifício da orquestra típica	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	102 500,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.2
6	5	PARU 7. Reabilitação do Parque da Alta Vila (com arruamento sul)	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	800 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.1
6	5	PARU 8. Reabilitação de edifícios para residências de estudantes	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	502 500,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.2
6	5	PARU 9. Reabilitação do edifício das piscinas	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	1 102 500,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.2
6	5	PARU 10. Reabilitação de espaço industrial abandonado - criação do museu da indústria	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	2 722 500,00 €	2017	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.2
6	5	PARU 11. Reabilitação de edifício para equipamento de apoio à infância	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	352 500,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.2
6	5	PARU 12. Reabilitação de espaços públicos da baixa da Cidade	501090436	MUNICIPIO DE AGUEDA	310 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.1

6	5	PARU 13. Sistema de gestão da qualidade do ar e ruído	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	250 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.1
6	5	PARU 14. Promoção de atividades de gestão urbana e dinamização sociocultural e económica da Cidade	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	500 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.3
6	5	PARU 15. Reabilitação e reconversão de espaço industrial abandonado (antigo IVV) - Rede de Interpretação e Observação do Rio - RIO	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	1 550 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo2/medida 2.2
6	5	PARU 16. IFRRU - Instrumento Financeiro de Reabilitação e Regeneração Urbana	501090436	MUNICIPIO DE ÁGUEDA	8.000.000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	
9	8	PAICD 1. Reabilitação integral de edifícios de habitação social - Paredes	502491280	Património dos Pobres da Freguesia de Águeda	100 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo3/medida 3.1
9	8	PAICD 2. Reabilitação de espaço público de Assequins	501090436	CMA	500 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo3/medida 3.1
9	8	PAICD 3. Reabilitação de espaço público envolvente habitação social do Centro	501090436	CMA	150 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo3/medida 3.1
9	8	PAICD 4. Reabilitação de habitação social - UHD (propriedade da CMA e IHRU)	501090436	CMA	420 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo3/medida 3.1

9	8	PAICD 5. Reabilitação integral de edifícios de habitação social na Borralha – Associação das Obras de São Vicente de Paulo	500874875	Associação das Obras Sociais de São Vicente de Paulo	75 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo3/medida 3.1
9	1	PAICD 6. Águeda ativa e saudável	501090436	CMA	50.000,00	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo3/medida 3.2
9	1	PAICD 7. Águeda Living Lab	501090436	CMA	225.000,00	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo3/medida 3.2
9	1	PAICD 8. Contratos Emprego Inserção	501090436	CMA	15 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo3/medida 3.2
8	4	PAICD9. Promoção integrada da Igualdade de Género em Águeda	501090436	CMA	250 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo3/medida 3.2
9	3	PAICD10. Promoção integrada da igualdade de Oportunidades para públicos estratégicos em Águeda	501090436	CMA	250 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo3/medida 3.2
9	4	PAICD11. Promoção do acesso a serviços de saúde e sociais sustentáveis e inclusivos	501090436	CMA	1 000 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo3/medida 3.2
10	1	PAICD12. Promoção do Sucesso Educativo e Qualificação da População de Águeda	501090436	CMA	1 000 000,00 €	2016	Região de Aveiro	União das freguesias de Águeda e Borralha	100	eixo3/medida 3.2



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional